



RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
1992





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE
Itamar Franco

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

MINISTRO
Paulo Haddad

SISTEMA BNDES

BNDES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
Luiz Antonio Andrade Gonçalves

VICE-PRESIDENTE
Antonio Barros de Castro

CONSELHEIROS
Benjamin Steinbruch
Felix de Bulhões
João Paulo dos Reis Velloso

DIRETORIA

PRESIDENTE
Antonio Barros de Castro

VICE-PRESIDENTE
Alexis Stepanenko

DIRETORES
Fabio Stefano Erber
Guilherme Leite da Silva Dias
José Mauro M. Carneiro da Cunha
Sérgio Zendron

SUPERINTENDENTES
Danilo Fabiano da Costa
Guilherme Gomes Dias
Henrique Dittmar Filho
Ivone Hiromi Takahashi Saraiva
Jorge Kalache Filho
José Henrique C. da Cunha Couceiro
Julio Olimpio Fusaro Mourão
Luiz Orenstein
Paulo Sérgio Ferracioli
Reginaldo Treiger

CHEFE DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Sérgio Besserman Vianna

CONSELHO FISCAL

TITULARES
Ciro Dittberner
Nemésio Altoe
Luiz Jorge de Oliveira

SUPLENTES
Alfredo de Freitas Garcia
Lilian Gil Barbosa de Aragão
Fernando Veiga Barros e Silva

FINAME

JUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
Antonio Barros de Castro

MEMBROS
José Mauro M. Carneiro da Cunha
Antonio Teófilo de Andrade Orth
Pedro Moreira Salles
Paulo Roberto Nunes Guedes
Roberto Josué
Camillo Calazans de Magalhães

DIRETORIA

DIRETOR EXECUTIVO
José Mauro M. Carneiro da Cunha

DIRETORES ADJUNTOS
Beny Palatnik
Dalan José Dórea Santos

BNDESPAR

CONSELHO

PRESIDENTE
Roberto Brás Matos Macedo

VICE-PRESIDENTE
Antonio Barros de Castro

CONSELHEIROS
Guilherme Augusto Frering
Luiz Carlos Mandelli
Marcos Pereira Vianna
Roberto Teixeira da Costa

DIRETORIA

DIRETOR-SUPERINTENDENTE
Sérgio Zendron

DIRETORES
José Luiz Alqueres
Júlio M. A. Monteiro de Barros
Licínio Velasco Júnior



RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
1992

SUMÁRIO

Apresentação

A Economia Brasileira em 1992

Desempenho Econômico-Financeiro

A Demanda de Crédito

Ação Setorial

O Processo de Privatização

Outras Atividades

FINAME

BNDESPAR

Demonstrações Contábeis

Anexos

APRESENTAÇÃO

O Sistema BNDES, ao longo da última década, vem injetando anualmente US\$ 5 bilhões em empreendimentos que visam ao desenvolvimento da economia brasileira, alavancando cerca de US\$ 10 bilhões de investimentos anuais. Ao invés de entrar no mérito, embora da maior relevância, do volume de recursos necessários para mover uma economia cujo produto se eleva a mais de US\$ 400 bilhões, prefiro destacar que a qualidade deste investimento supera em importância o aspecto quantitativo.

Hoje, investimentos em gestão da qualidade, treinamento de recursos humanos, capacitação tecnológica e renovação da base produtiva, em um ambiente de mercado interno menos protegido, são fundamentais para tornar a indústria e a agricultura mais eficientes e competitivas. De fato, em 1992 os recursos do BNDES e de suas subsidiárias foram canalizados para a realização de investimentos que permitirão aos nossos clientes se reestruturar e se modernizar, adaptando-se a um ambiente de

maior competição através do incremento de suas produtividades.

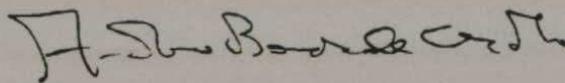
Sendo o mais importante produzir a preços, prazos de entrega e níveis de qualidade competitivos com os padrões internacionais, a importância que assume a variável "qualidade" do investimento é exemplar.

Através da ação do BNDES e suas subsidiárias, parte dos US\$ 10 bilhões de investimentos alavancados anualmente está sendo direcionada para empresas localizadas em setores que, por incorporar vantagens comparativas, são os mais aptos a participar do processo de competição global. Uma outra parte destes recursos vem sendo destinada à promoção da reorganização empresarial, de modo a impulsionar outros setores e empresas. Atenção particular tem sido dedicada às exportações e ao desenvolvimento do agrobusiness brasileiro.

O esforço de maximizar a alocação de recursos escassos numa economia que resolutamente necessita se reestruturar para produzir mais e melhor pressupõe a

existência de quadros técnicos capacitados para a gestão deste processo que, tanto pela sua novidade quanto pela intensidade das mudanças que provoca, é de gerenciamento complexo e desafiador. E, sem dúvida, o corpo técnico do Sistema BNDES é composto por pessoal competente e à altura dos desafios que representam esta missão.

Ao submeter à sociedade brasileira o "quanto" e o "como" o Sistema BNDES realizou em 1992, reafirmo que, graças à motivação de um funcionalismo bem qualificado, com lisura e transparência, como vem realizando ao longo dos seus 40 anos, o BNDES desempenha papel ímpar no financiamento de setores estratégicos para o desenvolvimento. Nosso banco de desenvolvimento foi e continua sendo um grande agente de mudanças da economia brasileira.



Antonio Barros de Castro
PRESIDENTE



A ECONOMIA BRASILEIRA EM 1992

O comportamento da economia brasileira em 1992 foi marcado, no âmbito interno, por uma política econômica restritiva e pela incerteza latente por parte dos agentes econômicos, devido ao impasse político que se estendeu de maio a dezembro.

A combinação destes dois fatores provocou a desaceleração da atividade econômica, com reflexos inevitáveis sobre o nível de investimentos. Apesar das adversidades, os setores agropecuário e externo tiveram desempenho positivo.

A política econômica, compatível com o grau de incerteza reinante, procurou controlar a liquidez gerada pelos cruzados novos liberados e pela entrada maciça de divisas, mantendo taxas de juros reais positivas e taxa de câmbio adequada, de forma a não prejudicar as exportações. Estas, por sua vez, foram a alternativa encontrada pela indústria para não sofrer integralmente os efeitos da recessão interna, que significou queda de cerca de 16% no consumo e de 3% no nível de investimento, em relação a 1991.

A ambiência internacional, em 1992, não provocou qualquer tipo de choque – via juros, preço do petróleo etc. – sobre a economia brasileira. A aprovação da Carta de Intenções do Brasil pelo FMI no início do ano, dando partida a um amplo processo de reestruturação da dívida externa, a percepção generalizada da irreversibilidade do processo de abertura comercial e de maior exposição à concorrência internacional, o crescente ingresso de recursos externos e a

continuidade do processo de desestatização balizaram o novo padrão de inserção brasileira no contexto da economia mundial.

■ O Comportamento do Produto

A política econômica, que pretendia preparar a retomada do crescimento já no segundo semestre de 1992, foi interrompida pelo aumento da incerteza no ambiente econômico, fruto do impasse político, alterando o clima de otimismo existente.

Como conseqüência, a produção agregada apresentou queda, apesar da reação observada após o término da crise política ao final do ano. A nível setorial, no entanto, o comportamento foi bastante diferenciado. A agropecuária apresentou a melhor evolução, tendo crescido 8% em 1992 (*Tabela 1*). A ausência de importantes quebras de safra e a política agrícola adotada pelo governo foram os principais fatores explicativos desse desempenho favorável.

A indústria, que vinha apresentando taxas positivas de crescimento no primeiro trimestre de 1992, foi o setor mais diretamente atingido pela contração da demanda doméstica e, embora tenha conseguido direcionar parcela crescente de suas vendas ao mercado externo e avançado na adoção de técnicas de organização da produção e gestão da qualidade, não alcançou crescimento em 1992.

Por sua vez, o setor de serviços não registrou retração significativa, particularmente graças às atividades relacionadas ao escoamento da safra agrícola, principalmente seu transporte.

Para 1993 as expectativas são de crescimento da economia brasileira na faixa de 2% a 4%. Para tanto deverão contribuir a reforma fiscal, os

Tabela 1

Produto Interno Bruto
Taxa de Variação Acumulada no Ano (%)

	OBSERVADO					PREVISTO	
	4ºTRIM. 1991	1ºTRIM. 1992	2ºTRIM. 1992	3ºTRIM. 1992	4ºTRIM. 1992	1ºTRIM. 1993	2ºTRIM. 1993
PIB	-0,1	4,0	1,5	-0,5	-0,9	-2,1	-1,4
Agropecuária	2,5	3,7	6,0	5,6	8,0	5,0	3,5
Lavouras	1,8	3,8	7,4	6,7	6,5	5,5	3,1
Produção Animal	3,4	3,7	4,1	4,0	5,3	4,2	4,0
Indústria	-0,7	4,7	-0,4	-3,4	-4,1	-5,6	-3,8
Transformação	-0,6	4,3	-1,4	-5,0	-4,9	-5,9	-4,0
Construção Civil	-4,0	7,0	2,6	-0,5	-4,4	-8,4	-6,8
Demais	2,8	4,4	2,2	-2,2	1,0	-0,4	0,2
Serviços	2,0	3,5	2,0	0,4	-0,1	0,8	0,6
Comércio	1,4	4,7	0,2	-3,7	-3,2	-4,0	-2,6
Transportes	2,5	7,5	6,1	4,5	2,4	-1,5	-2,3
Demais	2,2	2,4	2,1	1,4	0,7	0,5	0,4

Fontes: IBGE e Ipea.

investimentos e gastos sociais do governo, o comércio exterior, a nova política salarial e a recuperação da confiança por parte dos agentes após a conclusão do impasse político.

■ A Evolução dos Preços

O ano de 1992 caracterizou-se pela estabilização da inflação, embora ainda em patamar elevado e indesejável. Mesmo assim, o assinalado resultado reflete o mérito da política econômica de neutralizar uma série de fatores perturbadores, como a devolução dos cruzados novos, o efeito monetário do acúmulo de reservas internacionais e o aumento de incerteza na economia, proveniente da crise política desencadeada em maio.

Mesmo tendo o país se beneficiado da ausência de choques de oferta de quaisquer naturezas, a estabilização da taxa de inflação foi resultado de um conjunto de iniciativas que evitou qualquer aceleração inflacionária perturbadora em 1992, dentre as quais se destacam: a política de taxas de juros reais positivas praticadas pelo Banco Central; a manutenção de superávits de caixa do Tesouro; a utilização do mecanismo de câmaras setoriais; e o contínuo esforço de persuasão dos agentes econômicos quanto à não adoção de choques na economia. De fato, ao final de 1992, com relação aos preços, já não operava qualquer aparato institucional de controle, com os preços públicos sem subsídios, na grande maioria dos casos.

■ O Setor Externo

A estabilidade da economia mundial em 1992, mesmo com reduzidas taxas de crescimento dos países desenvolvidos, combinadas com taxas internacionais de juros extremamente baixas, contribuiu para a performance da economia brasileira no *front* externo.

Complementarmente a esses fatores, salientam-se iniciativas do próprio país, como o esforço de integração ao Mercosul e a condução da política cambial, que manteve as paridades em patamar adequado ao fluxo de comércio.

Destacam-se também o restabelecimento da confiança dos investidores externos quanto à estabilidade das regras de entrada e saída de capitais, notadamente nas bolsas de valores, e a política de taxas de juros internos, que catalisaram o expressivo aumento de reservas internacionais.

A balança comercial apresentou um superávit de US\$ 15,6 bilhões, inferior

apenas aos de 1988 e 1989 em toda a sua história. As exportações atingiram US\$ 36 bilhões, o maior valor já alcançado, com o aumento da participação de produtos industrializados (*Tabela 2*). As importações mantiveram-se praticamente no mesmo nível do ano anterior (US\$ 20,5 bilhões), diminuindo o peso do petróleo na pauta.

A combinação de um mercado interno retraído com uma taxa de câmbio real elevada, embora ainda inferior à de 1988 (*Tabela 3*), contribuiu decisivamente para os resultados alcançados.

No que se refere ao movimento de capitais, o ano de 1992 apresentou um significativo avanço no padrão de captação líquida de poupança externa, apesar da crise política que se estendeu de maio a setembro. Observa-se uma entrada líquida de US\$ 7,2 bilhões durante o ano (*Tabela 4*). As autorizações para ingresso de capital estrangeiro totalizaram o recorde nominal de US\$ 17,6 bilhões. As reservas internacionais alcançaram US\$ 23,7 bilhões no conceito "liquidez internacional", contra o nível médio de US\$ 9,7 bilhões no período 1989/91.

Tabela 2

	1989		1990		1991		1992	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Exportações	34,4	100	31,4	100	31,6	100	36,1	100,0
Básicos	9,6	28	8,8	28	8,7	28	8,9	24,5
Industrializados	24,4	71	22,1	70	22,5	71	26,8	74,1
Operações Especiais	0,4	1	0,5	2	0,4	1	0,5	1,4
Importações	18,3	100	20,7	100	21,0	100	20,5	100,0
Petróleo	3,4	19	4,4	21	3,6	21	3,0	14,6
Outros	14,9	81	16,3	79	17,4	79	17,5	85,4
Saldo Comercial	16,1		10,7		10,6		15,6	

Fonte: Ministério da Fazenda / Departamento de Comércio Exterior.

Tabela 3

Taxa de Câmbio Efetiva Real¹ - 1992
1988 = 100

Média 1989	82,6	Média 1991	85,1
Média 1990	69,9	Média 1992	91,9
Janeiro	92,8	Julho	97,7
Fevereiro	90,4	Agosto	94,4
Março	91,2	Setembro	91,0
Abril	94,3	Outubro	89,2
Maior	94,4	Novembro	89,7
Junho	95,5	Dezembro	85,5

Fonte: Ipea.

1 - Índice de taxa de câmbio nominal ponderado pela cesta de moedas multiplicado pelo índice de preços internacionais/IPA-OG. Refere-se ao total das exportações.

Tabela 4

Movimento de Capitais e Reservas Internacionais
US\$ Milhões

	1989	1990	1991	1992
Investimentos Diretos¹	-268	448	1.117	2.859
Ingressos	463	745	1.440	5.188
Retornos	-731	-297	-323	-2.329
Financiamentos e Demais Instrumentos Financeiros²	-2.804	1.019	1.488	2.561
Desembolsos	2.963	3.573	6.122	7.660
Amortizações	-5.767	-4.592	-4.634	-5.099
Entrada Líquida Total	-3.072	-571	2.575	7.242
Autorizações para Ingresso de Capitais Estrangeiros		5.400	11.600	17.600
Reservas Internacionais (Liquidez Internacional)	9.679	9.973	9.406	23.754

Fonte: Banco Central do Brasil.

1 - Inclui investimentos em bolsas de valores.

2 - Inclui bancos oficiais internacionais, bancos privados, bônus, commercial papers etc.

DESEMPENHO ECONÔMICO- FINANCEIRO

O Sistema BNDES administra recursos no valor de Cr\$ 351,9 trilhões (equivalentes a US\$ 28,4 bilhões), aplicados em seus programas de investimento pelo Banco ou através de suas subsidiárias, a FINAME e a BNDESPAR, ou ainda mediante repasse a bancos de investimento e de desenvolvimento.

Desse volume, Cr\$ 42,8 trilhões (US\$ 3,5 bilhões) referem-se aos fundos administrados pelo Banco, destacando-se o Fundo da Marinha Mercante (FMM), o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e o Fundo de Participação Social (FPS).

Os recursos ordinários do Sistema, Cr\$ 309,1 trilhões (US\$ 25 bilhões), são provenientes basicamente do PIS-Pasep,

do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de empréstimos externos, além do patrimônio líquido do Banco (Tabelas 5 e 6).

Ao final do exercício de 1992, o valor do ativo do BNDES atingiu Cr\$ 309,1 trilhões, cuja maior parcela, englobando cerca de 65% do seu total, foi formada pelo saldo de empréstimos e financiamentos, que soma Cr\$ 200,1 trilhões. Os investimentos representam 30% do total, contra 26% em 1991, atingindo Cr\$ 92,6 trilhões no exercício.

A evolução anual do passivo do BNDES e os fundos administrados, de 1987 a 1992, são apresentados na Tabela 6.

As fontes institucionais representam cerca de 55% dos recursos do Banco. Destas, o PIS-Pasep e o FAT são as principais, visto que os recursos do Finsocial não mais são aplicados pelo BNDES, restando apenas o saldo dos contratos administrados.

Maior fonte de recursos do BNDES durante os últimos anos, o PIS-Pasep foi

Tabela 5

BNDES - Aspectos Relevantes da Estrutura Patrimonial - Posição em 31.12.92				
Cr\$ Milhões Correntes				
DISCRIMINAÇÃO	1991		1992	
	VALOR	%	VALOR	%
Ativo	21.932.744	100	309.100.999	100
Empréstimos e Financiamentos	14.087.330	64	200.119.395	65
Créditos perante o Tesouro Nacional	492.878	2	6.449.588	2
Investimentos	5.720.843	26	92.551.575	30
Outros Ativos	1.631.693	7	9.980.441	3
Passivo	21.932.744	100	309.100.999	100
Fundo de Participação PIS/Pasep	8.429.698	38	105.183.774	34
FAT	3.623.612	17	63.793.796	21
Empréstimos e Financiamentos no País	392.089	2	3.790.883	1
Empréstimos e Financiamentos no Exterior	1.861.234	8	20.154.309	7
Outros Exigíveis	1.053.071	5	14.939.984	5
Patrimônio Líquido	6.573.040	30	101.238.253	33

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

substituído, a partir da Constituição de 1988, pelo FAT. Os retornos do PIS-Pasep têm sido reaplicados em projetos que se enquadram nas políticas de desenvolvimento do Banco, sem prejuízo das devoluções necessárias a custear os abonos e rendimentos pagos anualmente aos trabalhadores cotistas do fundo.

O FAT, principal fonte de novos ingressos do Sistema, foi responsável por 21% dos recursos do Banco em 1992.

Os empréstimos contraídos no país incluem principalmente dívidas do Tesouro Nacional e recursos do Bacen para financiamentos específicos, contratados em moeda nacional e estrangeira.

Ao longo da década de 80, os empréstimos externos foram uma importante fonte de recursos do Sistema, obtidos junto a instituições financeiras privadas ou organismos internacionais

como o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A partir de 1987, no entanto, entraves relacionados à negociação da dívida externa ocasionaram grande redução nos ingressos, fazendo com que seus saldos apresentassem uma tendência de queda devido às amortizações efetuadas sem as respectivas renovações das linhas de crédito.

Enquanto para os empréstimos de instituições financeiras privadas permanece a tendência de amortização sem novos ingressos, no caso dos organismos internacionais estão sendo assinados contratos permitindo a retomada do fluxo de ingresso de recursos externos para o Banco.

Tabela 6

BNDES - Estrutura Patrimonial do Passivo
Cr\$ Milhões Constantes

	1987		1988		1989		1990		1991		1992	
	VALOR	%										
BNDES	129.016.828	100	140.859.604	100	186.298.291	100	199.129.054	100	247.708.411	100	309.100.999	100
1. Recursos Institucionais	74.141.699	57	88.072.634	63	112.869.604	61	105.578.492	53	136.148.097	55	168.980.953	55
- PIS/Pasep	73.801.580	57	87.692.963	62	108.433.728	58	85.173.170	43	95.205.009	38	105.183.774	34
- FAT	0	0	0	0	4.129.933	2	20.396.298	10	40.925.074	17	63.793.796	21
- Finsocial	340.119	0	379.670	0	305.943	0	9.024	0	18.014	0	3.383	0
2. Empréstimos no País	7.054.108	5	7.063.189	5	6.929.095	4	9.283.657	5	9.609.635	4	10.685.219	3
3. Empréstimos no Exterior	17.902.221	14	15.777.650	11	16.382.094	9	18.400.829	9	21.020.777	8	20.154.309	7
4. Outros Exigíveis	9.133.153	7	5.008.110	4	9.575.313	5	5.833.046	3	6.693.988	3	8.042.265	3
5. Patrimônio Líquido	20.785.647	16	24.938.022	18	40.542.185	22	60.033.031	30	74.235.914	30	101.238.253	33
Fundos Administrados	21.471.159	100	45.253.691	100	50.607.036	100	44.793.596	100	46.782.029	100	42.804.504	100
FMM	19.686.718	92	17.169.760	38	22.194.607	44	22.110.117	49	23.333.935	50	21.904.081	51
FND	0	0	24.853.701	55	22.347.551	44	19.765.494	44	17.441.584	37	13.249.533	31
FPS	1.784.441	8	3.230.231	7	6.064.878	12	2.917.986	7	6.006.511	13	7.650.890	18

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

O Patrimônio Líquido do BNDES, da ordem de Cr\$ 101,2 trilhões (US\$ 8,2 bilhões), vem mantendo uma relação adequada em comparação com os recursos totais do Sistema, e sua evolução nesse período foi obtida graças ao bom desempenho econômico-financeiro do Banco. Por oportuno, observa-se que os aportes de capital por parte do governo ocorreram até 1984, e quase sempre com integralização através de cessão de ações de empresas estatais, como Eletrobrás, Petrobrás e outras (Tabela 6).

As despesas de pessoal e administração foram de Cr\$ 567 bilhões (Tabela 7), o que representou apenas 0,26% da média dos recursos administrados pelo BNDES (Cr\$ 218,3 trilhões), mantendo-se como nos anos anteriores em nível bem inferior ao limite máximo para tal relação, fixado em 1% pelo Decreto 88.101, de 10.02.83.

Cabe ainda destacar que o total das operações aprovadas pelo BNDES em

1992 atingiu Cr\$ 32,8 trilhões, com a participação direta do Banco representando 78% desse valor. As operações indiretas corresponderam a 22% do valor total das aprovações (Tabela 8).

No que se refere aos desembolsos, em 1992 o Banco liberou Cr\$ 19,2 trilhões, sendo Cr\$ 13 trilhões diretamente e Cr\$ 6,2 trilhões via agentes financeiros. Em termos percentuais, esses valores correspondem, respectivamente, a 67% e 33% do total desembolsado. Observa-se que, em comparação com 1991, cresceu a participação das operações indiretas em relação ao total desembolsado pelo Banco.

Tabela 7

BNDES - Relação entre a Despesa Administrativa e os Recursos Administrados - 1987/92
Cr\$ Mil Correntes

ANO	DESPESAS DE PESSOAL E ADMINISTRAÇÃO A	MÉDIA DOS RECURSOS ADMINISTRADOS ¹ B	RELAÇÃO PERCENTUAL ²	
				A/B
1987	2.297,0	1.203.089,2		0,19
1988	19.098,1	11.140.217,3		0,17
1989	328.731,3	184.348.163,9		0,18
1990	6.293.871,4	2.159.339.170,5		0,29
1991	40.829.188,8	15.073.197.255,2		0,27
1992	566.966.202,2	218.376.500.189,6		0,26

1 - Recursos Administrados: ativo contábil do Banco acrescido do saldo das aplicações de fundos e/ou programas por ele administrados, registrados apenas no passivo pela diferença entre o saldo dos recursos e o das aplicações.

2 - O Decreto 88.101, de 10.02.83, fixa em 1% o limite máximo para tal relação.

Tabela 8

BNDES - Aprovações e Desembolsos segundo as Modalidades Operacionais
Cr\$ Milhões Constantes

MODALIDADE	1991		1992	
	VALOR	%	VALOR	%
Aprovações	21.553.675	100	32.874.472	100
Diretas	14.923.543	69	25.505.369	78
Indiretas	6.630.132	31	7.369.103	22
Desembolsos	19.933.247	100	19.212.375	100
Diretas	15.640.927	78	12.934.631	67
Indiretas	4.292.321	22	6.277.743	33

Nota: Valores mensais atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

A DEMANDA DE CRÉDITO

O Sistema BNDES é constituído pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por suas duas subsidiárias, a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR).

Sua atribuição básica é apoiar os empreendimentos prioritários ao desenvolvimento da economia brasileira, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional. De forma integrada, o BNDES, a FINAME e a BNDESPAR dispõem de um conjunto de modalidades operacionais permanentemente atualizadas, visando assegurar o atendimento às necessidades de investimento de longo prazo de empresas privadas e entidades públicas.

A ação financiadora do Sistema BNDES objetiva alocar os recursos à sua disposição de forma a garantir o maior e melhor impacto possível sobre o desenvolvimento nacional, promovendo o crescimento da produção de bens e serviços, a modernização e a capacitação tecnológica, a geração de empregos, a ampliação da gama de produtos competitivos no mercado externo e a conservação do meio ambiente.

Essa característica sempre exigiu do Banco uma visão dinâmica das questões econômicas brasileiras e a identificação permanente dos problemas estruturais e dos pontos de estrangulamento a serem superados, bem como dos setores-chave para aplicação de recursos.

O Sistema BNDES tem orientado sua atuação, nos últimos anos, no sentido de incrementar o grau de competitividade do setor industrial. Assim, vem sendo enfatizado o apoio a empreendimentos voltados para o aumento da capacidade

instalada e que atendam aos seguintes requisitos: capacitação tecnológica; reorganização do sistema de produção; e gerenciamento e adoção de técnicas de gestão e de produção que propiciem aumento da produtividade.

Além dos macroobjetivos de aumentar a produção industrial brasileira e de gerar mais renda e novas oportunidades de emprego, uma das metas assumidas pelo Sistema BNDES tem sido a de, através de sua ação financiadora, intensificar a exportação de bens manufaturados em condições de competir nos mercados externos.

A modernização da infra-estrutura nacional, inclusive com a busca de novas fontes de recursos para investimento, representou relevante alvo do Sistema BNDES, que historicamente tem desempenhado papel fundamental nesse setor.

Paralelamente às atividades de financiamento, o BNDES foi designado pelo governo federal, em agosto de 1990, gestor do Fundo Nacional de Desestatização, à luz de sua experiência anterior bem-sucedida, conduzida pela BNDESPAR, de transferir ao setor privado o controle e a gestão de empresas em que detinha participação societária majoritária. Atualmente é responsável pelo suporte administrativo, financeiro e técnico do Programa Nacional de Desestatização (PND).

A presença do Sistema BNDES no cenário econômico e financeiro do país é primordial para viabilizar os investimentos de longo prazo necessários à formação bruta de capital fixo. Ao longo dos últimos sete anos, o Sistema BNDES desembolsou, em média, US\$ 4,5 bilhões. Em 1992, os desembolsos atingiram US\$ 3,3 bilhões.

Considerando que a participação do Sistema BNDES cobre, na média, 50% das necessidades dos projetos por ele apoiados (sendo os outros 50% constituídos por recursos próprios do empresário e/ou recursos de terceiros), ao longo dos últimos sete anos o Sistema alavancou, anualmente, cerca de US\$ 9 bilhões em investimentos no setor formal da economia brasileira.

Essa expressiva canalização de recursos atende a uma demanda que se distribui por amplo leque de atividades:

- no que se refere aos empreendimentos industriais, o Sistema BNDES apóia praticamente todos os seus segmentos;
- na infra-estrutura, são prioritários os sistemas de transporte e armazenagem, telecomunicações e geração, transmissão e conservação de energia, incluindo-se ainda a infra-estrutura econômica e social de grandes projetos industriais;
- desenvolvimento agrícola, apoiando a empresa rural e as atividades de reflorestamento e financiando a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas por intermédio das pessoas físicas;
- construção naval;
- comércio e serviços;
- comercialização de máquinas e equipamentos;
- proteção ao meio ambiente;
- desenvolvimento tecnológico; e
- fortalecimento do mercado de capitais e participação acionária.

Em 1992, o Sistema BNDES teve como principal fonte de recursos o retorno dos financiamentos concedidos, que, no ano, respondeu por 39% do total do volume das aplicações (Tabela 9). A segunda maior fonte de recursos na composição do orçamento do BNDES é o Fundo de

Amparo ao Trabalhador (FAT), constituído a partir do PIS-Pasep. Em 1992, as transferências do FAT para o Sistema BNDES foram de Cr\$ 15,7 trilhões, equivalentes a 25% do total das aplicações no ano. Numa escala menor de participação, o Fundo da Marinha

Mercante (FMM) e os empréstimos externos representaram, respectivamente, 4% cada um do total das aplicações do Sistema BNDES.

Tabela 9

Sistema BNDES - Execução Orçamentária

DISCRIMINAÇÃO	1991		1992	
	Cr\$ MILHÕES	%	Cr\$ MILHÕES	%
(+) RECURSOS	55.534.649	100	63.936.522	100
Recursos Operacionais	25.093.670	45	27.949.471	44
Retorno	22.988.761	41	24.802.743	39
Outros	2.104.909	4	3.146.728	5
Recursos Não-Operacionais	5.967.345	11	12.079.916	19
Recursos do Tesouro	0	0	0	0
Encargos Financeiros da União	0	0	0	0
Ressarcimento Decreto-Lei 1.452	0	0	0	0
Vinculados	0	0	0	0
- Finsocial	0	0	0	0
- Outros	0	0	0	0
Operações de Crédito	1.139.626	2	4.857.063	8
Internas	0	0	2.151.904	3
Externas	1.139.626	2	2.705.159	4
Outros Recursos	23.334.008	42	19.050.072	30
Transferência FAT	20.413.703	37	15.772.429	25
CDB/RDB	188.992	0	48.211	0
FMM	2.731.313	5	2.586.333	4
FND	0	0	643.099	1
(-) DISPÊNDIOS	51.975.146	100	54.769.598	100
Correntes e de Capital	17.998.022	35	18.199.686	33
Dispêndios Administrativos	1.686.697	3	1.616.741	3
Tributos	1.800.096	3	2.288.829	4
Serviço da Dívida	7.629.841	15	9.207.015	17
Cobertura do Benefício PIS/Pasep-FAT	6.691.983	13	5.087.101	9
Outros	189.405	0	0	0
Aplicações	33.977.124	65	36.569.912	67
Recursos Ordinários	29.328.329	56	30.363.511	55
Recursos Vinculados	4.648.795	9	6.206.401	11

Nota: Valores mensais atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.
Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

■ Consultas e Enquadramentos

A expansão da demanda por crédito do Sistema BNDES, entre 1991 e 1992, está ilustrada na *Tabela 10*, que se refere às consultas submetidas ao Banco e suas subsidiárias. Em moeda constante, o total das consultas cresceu 7% entre 1991 e 1992, refletindo um acréscimo de Cr\$ 70,2 trilhões para Cr\$ 75 trilhões.

No período, os setores em que as consultas mais cresceram foram os de agropecuária (95%) e indústria de transformação (7%), ocorrendo queda nos pleitos dos setores de extração de minerais (-34%) e de serviços (-10%).

No que se refere à distribuição regional, enquanto houve um decréscimo expressivo das consultas provenientes das regiões Norte (-38%) e Centro-Oeste (-38%), a demanda de crédito cresceu consideravelmente no Sul (10%), no Sudeste (17%) e no Nordeste (26%).

O mesmo fenômeno de expansão da demanda por crédito se repete no caso dos enquadramentos do Sistema BNDES (*Tabela 11*), que refletem as prioridades concedidas no ano. De um total de Cr\$ 61,6 trilhões em 1991, os enquadramentos elevaram-se a Cr\$ 75,2 trilhões em 1992, registrando acréscimo de 22%.

Em termos setoriais, os resultados positivos de maior expressão referem-se à agropecuária (73%) e à indústria de transformação (35%).

Tabela 10

Sistema BNDES - Consultas segundo os Ramos de Atividade, as Grandes Regiões e os Objetivos do Projeto Cr\$ Milhões Constantes

DISCRIMINAÇÃO	1991	1992	VARIAÇÃO (%)
Ramos de Atividade	70.240.062	74.962.981	7
Extração de Minerais	924.257	610.222	-34
Agropecuária	4.532.949	8.820.436	95
Indústria de Transformação	41.615.072	44.572.250	7
Serviços	23.167.784	20.791.351	-10
Outros	0	168.723	-
Grandes Regiões	70.240.062	74.962.981	7
Norte	2.553.276	1.580.363	-38
Nordeste	8.000.744	10.106.034	26
Sudeste	34.964.142	40.970.854	17
Sul	14.664.760	16.115.236	10
Centro-Oeste	10.057.139	6.190.494	-38
Objetivos do Projeto	70.240.062	74.962.981	7
Investimento Fixo/Misto ¹	68.021.683	74.379.155	9
Fortalecimento e Saneamento Financeiro	2.053.341	550.247	-73
Outros ²	165.038	33.579	-80

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

1 - Compreende operações de: ampliação ou adequação da capacidade instalada, racionalização/modernização, comercialização de equipamentos nacionais e desenvolvimento tecnológico.

2 - Inclui objetivos sociais.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Tabela 12

Sistema BNDES - Evolução das Aprovações

ANO	Cr\$ MILHÕES	VARIAÇÃO (%)
1983	79.090.195	9
1984	86.491.373	9
1985	68.305.482	-21
1986	80.561.502	18
1987	104.269.368	29
1988	94.647.151	-9
1989	56.896.386	-40
1990	30.714.198	-46
1991	42.556.093	39
1992	55.980.330	32

Nota: Valores mensais atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

Segundo as regiões, observa-se uma elevação generalizada das prioridades concedidas no Nordeste (54%), no Sul (55%) e no Sudeste (22%), tendo ocorrido decréscimo no Norte (-24%) e no Centro-Oeste (-33%).

■ Aprovações

A Tabela 12 mostra a intensidade da retomada das aprovações do Sistema BNDES nos dois últimos anos: a variação foi positiva de 1990 para 1991, e

Tabela 11

Sistema BNDES - Enquadramentos segundo os Ramos de Atividade, as Grandes Regiões e os Objetivos do Projeto
Cr\$ Milhões Constantes

DISCRIMINAÇÃO	1991	1992	VARIAÇÃO (%)
Ramos de Atividade	61.665.292	75.289.346	22
Extração de Minerais	994.444	411.655	-59
Agropecuária	3.909.459	6.774.648	73
Indústria de Transformação	34.651.265	46.918.500	35
Serviços	22.110.124	21.175.402	-4
Outros	0	9.142	—
Grandes Regiões	61.665.292	75.289.346	22
Norte	1.900.992	1.441.201	-24
Nordeste	7.430.239	11.440.396	54
Sudeste	32.056.802	39.059.838	22
Sul	11.162.859	17.260.661	55
Centro-Oeste	9.114.401	6.087.249	-33
Objetivos do Projeto	61.665.292	75.289.346	22
Investimento Fixo/Misto ¹	61.458.212	74.372.533	21
Fortalecimento e Saneamento Financeiro	81.070	657.597	711
Outros ²	126.009	259.215	106

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

1 - Compreende operações de: ampliação ou adequação da capacidade instalada, racionalização/modernização, comercialização de equipamentos nacionais e desenvolvimento tecnológico.

2 - Inclui objetivos sociais.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

continuou em 1992. No entanto, os Cr\$ 56 trilhões referentes ao total das aprovações representam cerca de 50% do que o Sistema aprovou em 1987 (Cr\$ 104,2 trilhões) e praticamente o mesmo valor observado em 1989.

Sob o ponto de vista dos objetivos do projeto (Tabela 13), 97% do total das aprovações em 1992, ou seja, Cr\$ 54,3 trilhões, foram canalizados para operações de ampliação ou adequação da capacidade instalada, racionalização e/ou

modernização, comercialização de equipamentos nacionais e desenvolvimento tecnológico. Observe-se que entre 1991 e 1992 este percentual permaneceu praticamente estável. As operações aprovadas de fortalecimento e saneamento financeiro foram pouco expressivas, representando apenas 1% do total.

Quanto à distribuição espacial dos recursos, a participação do Centro-Oeste no total das aprovações do Sistema BNDES cresceu de 4% em 1988 para 20% em 1992 (Tabela 14). Já o Sudeste,

Tabela 13

Sistema BNDES - Aprovações segundo os Objetivos do Projeto
Cr\$ Milhões Constantes

OBJETIVOS DO PROJETO	1991		1992		VARIACÃO (%)
	VALOR	%	VALOR	%	
Investimento Fixo/Misto ¹	40.646.215	96	54.374.579	97	34
Fortalecimento e Saneamento Financeiro	1.839.842	4	674.595	1	-63
Outros ²	70.035	0	931.156	2	1.230
Total	42.556.093	100	55.980.330	100	32

Nota: Valores mensais atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

1 - Compreende operações de: ampliação ou adequação da capacidade instalada, racionalização/modernização, comercialização de equipamentos nacionais e desenvolvimento tecnológico.

2 - Inclui objetivos sociais.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Tabela 14

Sistema BNDES - Aprovações segundo as Grandes Regiões
Cr\$ Milhões Constantes

GRANDES REGIÕES	1988		1989		1990		1991		1992	
	VALOR	%								
Norte	3.043.824	3	3.503.785	6	939.777	3	3.121.305	7	1.027.171	2
Nordeste	18.641.733	20	13.705.392	24	6.345.966	21	10.384.986	24	5.347.112	10
Sudeste	51.791.725	55	26.398.811	46	14.329.911	47	17.668.525	42	24.666.988	44
Sul	17.042.900	18	11.255.726	20	7.892.710	26	9.525.863	22	13.474.322	24
Centro-Oeste	4.126.969	4	2.032.672	4	1.205.833	4	1.855.414	4	11.464.737	20
Brasil	94.647.151	100	56.896.386	100	30.714.198	100	42.556.093	100	55.980.330	100

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

apesar de deter 44% (a maior parcela), experimentou uma queda progressiva deste percentual desde 1988, quando atingiu o nível recorde de 55%. Por sua vez, a região Sul manteve-se no mesmo patamar, enquanto a região Nordeste apresentou queda considerável em 1992.

Preocupado com os desequilíbrios na distribuição espacial da renda, o Sistema BNDES pratica, há anos, uma política de taxa de juros diferenciada, privilegiando com custos mais baixos os financiamentos para projetos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A análise das aprovações segundo os ramos de atividade demonstra claramente a posição de destaque da indústria de transformação. De fato, 52% do total das aprovações beneficiaram projetos industriais (Tabela 15).

O setor de serviços absorveu 34% das aprovações, enquanto extração de minerais e agropecuária responderam por 12% e 2%, respectivamente.

O total das aprovações do Sistema BNDES para a indústria de transformação elevou-se a Cr\$ 29 trilhões (Tabela 16). Parcelas desse total foram direcionadas para projetos nos setores de papel e celulose (33%), bebidas (7%), química (7%), produtos alimentares (10%), metalurgia (15%), material de transporte (5%), mecânica (5%) e têxtil (6%), enquanto outros gêneros de atividades tiveram participação reduzida.

Tabela 15

Sistema BNDES - Aprovações segundo os Ramos de Atividade
Cr\$ Milhões Constantes

RAMOS DE ATIVIDADE	1988		1989		1990		1991		1992	
	VALOR	%								
Extração de Minerais	1.194.993	1	1.321.629	2	271.216	1	545.259	1	1.214.699	2
Agropecuária	2.499.470	3	2.621.539	5	1.009.659	3	4.081.909	10	6.957.934	12
Indústria de Transformação	58.920.090	62	40.929.364	72	21.807.206	71	26.116.147	61	29.048.562	52
Serviços	29.938.533	32	11.727.736	21	7.608.102	25	11.778.024	28	18.758.154	34
Outros	2.094.065	2	296.117	1	18.014	0	34.754	0	981	0
Total	94.647.150	100	56.896.386	100	30.714.198	100	42.556.092	100	55.980.330	100

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.



Para as atividades de serviços foram aprovados projetos no valor de Cr\$ 18,7 trilhões (Tabela 17), sendo 49% para o setor de transporte, 25% para a construção e 14% para os serviços

industriais de utilidade pública, representando Cr\$ 9,2 trilhões, Cr\$ 4,6 trilhões e Cr\$ 2,6 trilhões, respectivamente.

■ Desembolsos

A evolução dos desembolsos do Sistema BNDES, a partir de 1983, está descrita na Tabela 18, onde se observa que aqueles realizados em moeda constante caíram

Tabela 16

Sistema BNDES - Aprovações segundo os Gêneros de Atividade do Ramo Indústria de Transformação Cr\$ Milhões Constantes

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1991		1992	
	VALOR	%	VALOR	%
Transformação de Produtos Minerais Não-Metálicos	983.602	4	828.548	3
Metalurgia	2.046.087	8	4.308.805	15
Mecânica	1.504.004	6	1.483.394	5
Material Elétrico e de Comunicação	1.089.875	4	758.625	3
Material de Transporte	1.885.083	7	1.319.801	5
Madeira	247.302	1	282.121	1
Mobiliário	125.926	0	79.114	0
Papel e Papelão (inclui Celulose)	6.845.892	26	9.473.947	33
Borracha	107.591	0	93.303	0
Couros, Peles e Artefatos para Viagem	67.304	0	59.186	0
Química	3.984.399	15	2.167.870	7
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	78.492	0	97.147	0
Perfumaria, Sabões e Velas	21.674	0	24.078	0
Produtos de Matérias Plásticas	1.019.173	4	762.100	3
Têxtil	1.559.025	6	1.814.485	6
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	304.582	1	206.600	1
Produtos Alimentares	2.628.039	10	2.806.986	10
Bebidas	761.648	3	2.006.002	7
Fumo	542.859	2	132.960	0
Editorial e Gráfica	226.878	1	191.417	1
Diversas	86.710	0	152.072	1
Total	26.116.146	100	29.048.562	100

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Tabela 17

Sistema BNDES - Aprovações segundo os Gêneros de Atividade do Ramo Serviços
Cr\$ Milhões Constantes

SERVIÇOS	1991		1992	
	VALOR	%	VALOR	%
Atividades de Apoio (Utilidades) e Serviços Car. Industrial	378.121	3	99.662	1
Atividades Administrativas	867	0	1.035	0
Construção	976.243	8	4.612.740	25
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3.942.537	33	2.664.463	14
Comércio Varejista	384.550	3	709.839	4
Comércio Atacadista	71.890	1	106.608	1
Instituições de Crédito, Seguro e Capitalização	6.340	0	10.911	0
Comércio, Incorporação e Administração de Imóveis, Títulos e Valores Mobiliários	9.440	0	7.902	0
Transportes	5.210.401	44	9.249.777	49
Comunicações	2.692	0	450.451	2
Alojamento e Alimentação	256.607	2	429.088	2
Reparação, Manutenção e Confecção	25.041	0	37.631	0
Higiene Pessoal, Saunas, Termas e Fisioterapias	130	0	0	0
Diversões, Radiodifusão e Televisão	44.102	0	10.082	0
Diversos	323.637	3	229.690	1
Serviços Profissionais	144.585	1	134.117	1
Administração Pública Direta e Autarquias	840	0	4.158	0
Entidades de Desenvolvimento	0	0	0	0
Total	11.778.023	100	18.758.154	100

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Tabela 18

Sistema BNDES - Evolução dos Desembolsos

ANO	Cr\$ MILHÕES	VARIAÇÃO (%)
1983	79.023.228	16
1984	70.140.387	-11
1985	65.315.462	-7
1986	68.875.042	5
1987	74.807.791	9
1988	63.108.214	-16
1989	38.563.812	-39
1990	30.531.558	-21
1991	33.977.123	11
1992	36.569.912	8

Nota: Valores mensais atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

drasticamente entre 1987 e 1990 e elevaram-se em 8% em 1992, passando de Cr\$ 33,9 trilhões no ano anterior para Cr\$ 36,5 trilhões. Apesar disso, os desembolsos em 1992 mantiveram-se ainda em níveis sensivelmente inferiores aos registrados no período 1983/89.

Praticamente o total dos desembolsos do Sistema BNDES (97%) beneficiou projetos de investimento fixo e/ou misto, reservando-se somente 1% para operações de fortalecimento e saneamento financeiro (Tabela 19).

Em termos regionais, ressalte-se que, depois de um crescimento progressivo entre 1988 e 1991, a participação da



região Nordeste no total dos desembolsos caiu para 17% em 1992. Para o Sudeste foram canalizados 44%, enquanto o Sul recebeu 22% e o Norte 3%. Já o Centro-Oeste registrou expressivo acréscimo de sua participação nos desembolsos do Sistema BNDES: de 4%, em 1991, elevou-se a 14% no ano seguinte (Tabela 20).

Segundo os ramos de atividade (Tabela 21), os desembolsos acompanharam o comportamento das aprovações, com supremacia absoluta da indústria de transformação. De um montante de Cr\$ 36,5 trilhões desembolsados em 1992, Cr\$ 18 trilhões, ou seja, 50% do total, foram injetados na indústria. O setor de serviços recebeu Cr\$ 12,4 trilhões, representando 34% dos desembolsos, enquanto a participação da agropecuária foi de 15% e a extração de minerais, pouco expressiva, ficou em 2%.

A distribuição setorial dos desembolsos do Sistema BNDES (Tabela 22) ressalta que,

Tabela 19

Sistema BNDES - Desembolsos segundo os Objetivos do Projeto Cr\$ Milhões Constantes					
OBJETIVOS DO PROJETO	1991		1992		VARIAÇÃO (%)
	VALOR	%	VALOR	%	
Investimento Fixo/Misto ¹	32.301.824	95	35.469.729	97	10
Fortalecimento e Saneamento Financeiro	1.346.302	4	403.841	1	-70
Outros ²	328.998	1	696.351	2	112
Total	33.977.123	100	36.569.921	100	8

Nota: Valores mensais atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

1 - Compreende operações de: ampliação ou adequação da capacidade instalada, racionalização/modernização, comercialização de equipamentos nacionais e desenvolvimento tecnológico.

2 - Inclui objetivos sociais.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Tabela 20

Sistema BNDES - Desembolsos segundo as Grandes Regiões Cr\$ Milhões Constantes										
GRANDES REGIÕES	1988		1989		1990		1991		1992	
	VALOR	%								
Norte	4.207.456	7	3.618.121	9	2.543.787	8	2.143.098	6	1.185.297	3
Nordeste	10.029.101	16	7.233.387	19	6.995.741	23	8.557.946	25	6.147.481	17
Sudeste	35.724.986	57	18.409.729	48	12.883.427	42	14.987.614	44	16.159.283	44
Sul	10.659.891	17	7.916.146	21	6.763.395	22	6.973.446	21	8.130.837	22
Centro-Oeste	2.486.780	4	1.386.429	4	1.345.208	4	1.315.020	4	4.947.014	14
Brasil	63.108.214	100	38.563.812	100	30.531.558	100	33.977.123	100	36.569.912	100

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Tabela 21

Sistema BNDES - Desembolsos segundo os Ramos de Atividade
Cr\$ Milhões Constantes

RAMOS DE ATIVIDADE	1988		1989		1990		1991		1992	
	VALOR	%								
Extração de Minerais	1.125.988	2	812.257	2	453.502	1	299.922	1	614.386	2
Agropecuária	1.207.147	2	1.250.848	3	1.164.149	4	2.457.342	7	5.356.222	15
Indústria de Transformação	38.511.845	61	24.813.862	64	22.539.341	74	22.518.469	66	18.127.225	50
Serviços	19.961.977	32	11.074.624	29	6.272.685	21	8.650.228	25	12.445.694	34
Outros	2.301.258	4	612.221	2	101.882	0	51.162	0	26.385	0
Total	63.108.215	100	38.563.812	100	30.531.558	100	33.977.123	100	36.569.912	100

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Tabela 22

Sistema BNDES - Desembolsos segundo os Gêneros de Atividade do Ramo Indústria de Transformação
Cr\$ Milhões Constantes

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1991		1992	
	VALOR	%	VALOR	%
Transformação de Produtos Minerais Não-Metálicos	410.359	2	628.702	3
Metalurgia	2.070.098	9	2.210.878	12
Mecânica	842.318	4	1.099.597	6
Material Elétrico e de Comunicação	461.002	2	630.430	3
Material de Transporte	1.368.761	6	1.132.041	6
Madeira	183.840	1	176.851	1
Mobiliário	90.297	0	66.306	0
Papel e Papelão (inclui Celulose)	6.884.447	31	4.382.491	24
Borracha	154.019	1	62.478	0
Couros, Peles e Artefatos para Viagem	53.931	0	48.246	0
Química	4.739.103	21	1.873.164	10
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	41.536	0	79.672	0
Perfumaria, Sabões e Velas	10.754	0	18.636	0
Produtos de Matérias Plásticas	739.415	3	619.451	3
Têxtil	1.019.346	5	1.078.494	6
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	274.628	1	155.838	1
Produtos Alimentares	2.070.005	9	2.128.912	12
Bebidas	416.851	2	1.307.308	7
Fumo	481.557	2	100.175	1
Editorial e Gráfica	125.011	1	208.080	1
Diversas	81.191	0	119.475	1
Total	22.518.469	100	18.127.225	100

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

dos Cr\$ 18 trilhões direcionados para a indústria de transformação, Cr\$ 4,3 trilhões (24% do total) foram canalizados para o setor de papel e celulose, Cr\$ 2,2 trilhões (12%) para metalurgia, Cr\$ 2,1

trilhões (12%) para produtos alimentares e Cr\$ 1,8 trilhão (10%) para o setor de química.

A Tabela 23 mostra a alocação dos desembolsos do Sistema BNDES segundo os gêneros das atividades de serviços. De um total de Cr\$ 12,4 trilhões, 54% foram direcionados para a melhoria dos sistemas de transportes, 20% para os serviços industriais de utilidade pública e 15% para a construção.

Tabela 23

Sistema BNDES - Desembolsos segundo os Gêneros de Atividade do Ramo Serviços
Cr\$ Milhões Constantes

SERVIÇOS	1991		1992	
	VALOR	%	VALOR	%
Atividades de Apoio (Utilidades) e Serviços Car. Industrial	319.077	4	59.053	0
Atividades Administrativas	94	0	1.548	0
Construção	703.956	8	1.831.173	15
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.223.880	14	2.528.610	20
Comércio Varejista	298.415	3	288.213	2
Comércio Atacadista	39.670	0	71.132	1
Instituições de Crédito, Seguro e Capitalização	4.462	0	4.804	0
Comércio, Incorporação e Administração de Imóveis, Títulos e Valores Mobiliários	4.517	0	5.967	0
Transportes	5.551.120	64	6.769.779	54
Comunicações	743	0	94.441	1
Alojamento e Alimentação	141.075	2	388.170	3
Reparação, Manutenção e Confecção	22.097	0	22.844	0
Higiene Pessoal, Saunas, Termas e Fisioterapias	0	0	0	0
Diversões, Radiodifusão e Televisão	26.009	0	19.521	0
Diversos	218.841	3	198.688	2
Serviços Profissionais	83.986	1	128.723	1
Administração Pública Direta e Autarquias	10.154	0	33.029	0
Entidades de Desenvolvimento	2.130	0	0	0
Total	8.650.228	100	12.445.694	100

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

ACÇÃO SETORIAL

O objetivo deste capítulo é descrever detalhadamente o apoio do Sistema BNDES à indústria, à agricultura e à infra-estrutura.

■ Indústria

Papel e Celulose

Em 1992, as operações aprovadas mais significativas no setor de papel e celulose foram:

Aracruz Celulose – Foi aprovado projeto desta empresa, que visa manter em níveis elevados a eficiência operacional, garantir o abastecimento de madeira, proceder à otimização dos custos industriais, atender às exigências do mercado consumidor, nacional e internacional, melhorar os aspectos ambientais, além de adequar as instalações do porto à nova capacidade.

O investimento total é de cerca de Cr\$ 4 trilhões, com participação do Sistema BNDES da ordem de Cr\$ 1,9 trilhão, distribuída entre Cr\$ 1,5 trilhão do BNDES, Cr\$ 186 bilhões de recursos da FINAME, Cr\$ 142 bilhões da linha BID/Bird e Cr\$ 92 bilhões da linha Exim/Bird. Todos os investimentos serão realizados no município de Aracruz (ES), onde se localiza a unidade industrial da empresa.

Bahia Sul Celulose – Projeto de implantação, em Mucuri (BA), de fábrica para produção de 500 mil t/ano de celulose de eucalipto branqueada e de 250 mil t/ano de papéis para imprimir e escrever.

O investimento total previsto situava-se, em valores de dezembro de 1991, em cerca de Cr\$ 15,4 trilhões, com participação do Sistema BNDES da ordem de Cr\$ 7,6 trilhões, distribuída entre BNDESPAR, FINAME e BNDES, nos valores de Cr\$ 1,9 trilhão, Cr\$ 1,8 trilhão



e Cr\$ 3,9 trilhões, respectivamente. A partida da planta de celulose foi em março de 1992, prevendo-se para o primeiro trimestre de 1993 o início da produção de papel.

Cia. Florestal Monte Dourado – Projeto de modernização de fábrica localizada em Almeirim (PA), bem como de programa de plantio necessário ao atendimento da demanda industrial de madeira.

O investimento total é de cerca de Cr\$ 3,5 trilhões, com participação do Sistema BNDES de Cr\$ 2,3 trilhões, sendo Cr\$ 131 bilhões referentes à participação do BNDES no aumento de capital da empresa, Cr\$ 274 bilhões de recursos da linha FINAME e Cr\$ 1,9 trilhão do Banco. Durante o exercício de 1992, foram liberados recursos da ordem de Cr\$ 241 bilhões.

Indústrias de Papel Simão – Apoio ao programa de expansão da empresa, abrangendo, nesta primeira fase, a construção de uma nova caldeira de recuperação com capacidade equivalente a 1.000 t/d de celulose de eucalipto, além de outros investimentos na indústria, localizada em Jacareí (SP).

Estima-se investimento total da ordem de Cr\$ 2,9 trilhões, com participação do Sistema BNDES de Cr\$ 1,2 trilhão, sendo Cr\$ 697 bilhões da FINAME e Cr\$ 503 bilhões do Banco.

Inpacel – Este projeto objetiva a implantação de fábrica em Arapoti (PR), para produção de 200 mil t/a de papéis para imprimir e escrever, à base de pasta de alto rendimento.

O investimento total é de Cr\$ 6,1 trilhões, com a participação do Sistema BNDES

prevista em Cr\$ 2,9 trilhões, distribuída da seguinte forma: Cr\$ 1,1 trilhão do BNDES, Cr\$ 142 bilhões do Bird, Cr\$ 153 bilhões de debêntures via BNDESPAR e Cr\$ 805 bilhões da FINAME.

A entrada em operação da fábrica de papel ocorreu em fins de maio de 1992, tendo sido liberados cerca de Cr\$ 48,2 bilhões no decorrer do ano.

Papirus – Projeto de reforma e otimização da máquina de cartão, a partir de papel reciclado, aumentando a sua capacidade de 160 para 190 t/dia, na fábrica localizada em Limeira (SP).

O investimento total é de Cr\$ 170 bilhões, com participação de Cr\$ 36 bilhões do BNDES e de Cr\$ 43,8 bilhões da FINAME, já tendo ocorrido liberações de recursos em montante equivalente a Cr\$ 30,6 bilhões durante o exercício de 1992.

PPC – Projeto de expansão da capacidade nominal de celulose de fibra longa para 181 mil t/ano, modernização da máquina de papel kraft, visando atingir uma produção de 105 mil t/ano, e instalação de máquina de secar celulose *fluff* de 40 mil t/ano e máquina de papéis absorventes com capacidade de 60 mil t/ano, em sua unidade industrial localizada no município de Correa Pinto (SC).

O investimento total previsto é de cerca de Cr\$ 3,3 trilhões, com a participação do Sistema BNDES estando prevista em Cr\$ 1,6 trilhão, distribuída entre o Banco, a FINAME e repasse da linha BID nos valores de Cr\$ 887 bilhões, Cr\$ 756 bilhões e Cr\$ 54,8 bilhões, respectivamente. Em julho de 1992 a empresa teve aprovado apoio suplementar para conclusão do projeto.

Cia. Votorantim de Papel e Celulose – Suplementação de recursos para a implantação de uma fábrica de papel e celulose em Luiz Antônio (SP), com

capacidade de produção de 288 mil t/ano de papel para imprimir e escrever. O investimento total do projeto é de Cr\$ 12,4 trilhões, com participação de Cr\$ 2,4 trilhões do BNDES e de Cr\$ 873 bilhões da FINAME.

O projeto encontra-se implantado, com todo o valor da suplementação (Cr\$ 1,2 trilhão) tendo sido liberado entre 1991 e 1992.

Toga – Projeto para aumentar a capacidade de produção de embalagens de 259 milhões de m²/ano para 324 milhões de m²/ano, com investimentos em qualidade e produtividade.

O investimento total é de Cr\$ 568 bilhões, com participação do BNDES de Cr\$ 289 bilhões. Encontra-se em fase de aprovação das fontes externas (BID).

Klabin – Modernização da máquina de papel nº 6, aumentando a capacidade de produção anual de 90 mil t para 110 mil t, credenciamento do sistema de qualidade da planta industrial, nas normas da série ISO 9000, e importação de um *software* para controle da produção. O investimento total chega a Cr\$ 455 bilhões, com participação de Cr\$ 212 bilhões do BNDES e de Cr\$ 26,3 bilhões da FINAME.

MD Nicolaus – O projeto destina-se à ampliação da linha de papéis especiais, cuja capacidade efetiva de produção anual passará de 41.929 t para 61.380 t, com investimento total de Cr\$ 1 trilhão e

participação do BNDES de Cr\$ 332 bilhões.

Química, Petroquímica e Plásticos

As principais operações apoiadas pelo Sistema BNDES no setor petroquímico em 1992 foram:

Nitriflex – A empresa produz borrachas nitrílicas, resinas reforçantes, látices especiais e resinas ABS, SAN e MBS nas suas instalações industriais em Duque de Caxias (RJ). Também possui fábrica de elastômeros EPM/EPDM no Pólo Petroquímico de Triunfo (RS).

Até julho de 1992, a estrutura acionária da Nitriflex era formada pelos seguintes grupos: Petroquisa (40%) – setor estatal; Itap (30%) – setor privado nacional; e Goodyear (30%) – grupo estrangeiro. Face ao processo de desestatização de suas ações de propriedade da Petroquisa e ao desinteresse do grupo estrangeiro em continuar participando da empresa, em 6 de agosto de 1992 a Itap adquiriu a totalidade das ações.

Encontra-se em fase de contratação o pleito da Nitriflex objetivando a execução do plano de investimento para o período 1993/94, que compreenderá as seguintes etapas: modernização do parque computacional, investimentos em desenvolvimento tecnológico, ampliação da unidade SAN em 2.100 t/ano, implantação de nova linha de produtos da unidade de borrachas nitrílicas e látices, com o objetivo de produzir látices especiais para recobrimento de papel, e modernização da unidade produtiva de EPDM.

O investimento total está previsto em Cr\$ 153 bilhões, com o Sistema BNDES devendo ter uma participação global de



58,9%, sendo Cr\$ 61,3 bilhões através de financiamento direto do BNDES e Cr\$ 27,4 bilhões por meio de recursos da FINAME.

Pan Americana – Produtora de soda/potassa/cloro e seus derivados na cidade do Rio de Janeiro, a empresa iniciou em 1992 a produção de vários produtos de química fina na sua nova unidade industrial em Santa Cruz, obtendo sucesso nessa iniciativa, que conta com o apoio do Banco.

A empresa teve seu pleito de colaboração financeira aprovado pelo BNDES em novembro de 1992, encontrando-se atualmente em fase de contratação. O projeto tem os seguintes objetivos: diminuição dos riscos de poluição ambiental, modernização e automação de unidades produtivas, investimento na capacidade tecnológica, através de planos de pesquisa e desenvolvimento, e implantação de programa de qualidade e produtividade.

O investimento total está orçado em Cr\$ 150 bilhões, com Cr\$ 84,3 bilhões de participação do Sistema BNDES, representando 56,5% do investimento total. O apoio direto é orçado em Cr\$ 43,8 e a FINAME participará com Cr\$ 40,5 bilhões.

Getec Hidrofar – O projeto de implantação de unidade industrial de polióis (hidrogenados de carboidratos), com capacidade de 6 mil t/ano, foi transferido de Paulínea (SP), localização prevista em sua concepção original, para

as instalações da Getec, controladora integral da Hidrofar, que passou a ser a beneficiária do contrato.

O projeto corresponde agora ao aumento de capacidade de 6 mil t/ano, da unidade da empresa em Alcântara (RJ), cuja conclusão está prevista para o primeiro trimestre de 1994, com investimento total estimado de Cr\$ 121,6 bilhões, cabendo ao BNDES Cr\$ 33,9 bilhões e à FINAME Cr\$ 25,2 bilhões.

Prochrom – Localizada no Pólo Petroquímico de Camaçari (BA), a empresa concluiu seu projeto de implantação de unidade industrial multipropósito, destinada à fabricação de diversos produtos intermediários da área de química fina.

Para se adequar às novas realidades de mercado, a empresa procedeu a uma adaptação da linha de seus produtos, voltando-a para a área de defensivos agrícolas de última geração, destinados ao mercado de exportação.

A unidade foi concluída em junho de 1992, com um investimento total de Cr\$ 208 bilhões, cabendo ao BNDES Cr\$ 48,2 bilhões e à FINAME Cr\$ 47,1 bilhões.

Morro Verde – O complexo industrial, que se localiza em Guarapuava (PR), entrou em operação em outubro de 1992, produzindo soda-cloro, e conta também com uma pequena usina hidrelétrica, produzindo 5,2 MW. O investimento total foi de Cr\$ 407 bilhões, cabendo ao BNDES Cr\$ 82,2 bilhões, à FINAME Cr\$ 23 bilhões e à linha BNDES/Bird Cr\$ 24,1 bilhões.

Eucatex Química – Empresa do grupo Eucatex, criada originalmente para fabricação cativa de diversos tipos de tintas para suprimento da principal linha de atuação do grupo – produtos derivados

da madeira –, contratou financiamento para construção de nova fábrica em Salto (SP), com vistas à ampliação da capacidade de produção tradicional da empresa e à implantação de linha de novos produtos (resinas epóxi, poliuretano, acrílicos e tinta em pó), com base em avançada tecnologia adquirida da Glidden/ICI. O investimento total previsto está orçado em Cr\$ 328 bilhões, com a participação do Sistema BNDES distribuindo-se da seguinte forma: Cr\$ 109 bilhões de recursos do Banco, Cr\$ 46 bilhões da FINAME e Cr\$ 25,2 bilhões da linha Bird.

Braspol – O projeto de implantação de unidade industrial com capacidade de produção de 100 mil t/ano de polipropileno no município de Duque de Caxias (RJ) está concluído e iniciou sua operação em setembro de 1992. O investimento total foi de Cr\$ 1,6 trilhão, dos quais Cr\$ 821 bilhões financiados pelo Sistema BNDES. Do total financiado, Cr\$ 129 bilhões referem-se à suplementação de recursos contratados em agosto de 1992. O montante das liberações atingiu Cr\$ 243 bilhões.

Copene – A empresa é a responsável pela Central de Matérias Primas do Pólo Petroquímico do Nordeste, em Camaçari (BA), e está sendo apoiada pelo BNDES em três operações:

- Ampliação da capacidade de produção de eteno de 460 para 910 mil t/ano, etapa que já se encontra concluída, tendo iniciado a operação em maio de 1992. O investimento total foi de Cr\$ 12 trilhões, com participação de 68,5% do Sistema BNDES, no valor de Cr\$ 8,2 trilhões, tendo sido liberados Cr\$ 4,8 trilhões em 1992.

- Qualidade e Produtividade: compreende diversos projetos de aumento de eficiência, que atingem o montante de

Cr\$ 479 bilhões, dos quais Cr\$ 227 bilhões (47%) estão sendo financiados pelo BNDES, com prazo para conclusão em meados de 1994 e cujos valores liberados em 1992 foram da ordem de Cr\$ 46,2 bilhões.

- Meio Ambiente: constituído por um conjunto de projetos que têm por objetivo reduzir a emissão de efluentes da planta industrial, o investimento total neste item é de Cr\$ 142 bilhões com participação do Sistema BNDES no valor de Cr\$ 136 bilhões, já tendo sido liberados Cr\$ 63 bilhões.

Salgema – Localizada em Maceió (AL), é a maior produtora nacional de soda-cloro e está apoiada pelo BNDES na implementação de um programa de desenvolvimento tecnológico que visa aumentar a eficiência dos processos existentes e desenvolver novas tecnologias de síntese de compostos orgânicos. O investimento total neste programa é de Cr\$ 194 bilhões e o valor do financiamento do BNDES atinge Cr\$ 73 bilhões, com as liberações efetuadas em 1992 tendo alcançado Cr\$ 13,6 bilhões.

Poliolefinas – O apoio do BNDES foi concedido para implantação de uma unidade industrial com capacidade de produção de 130 mil t/ano de polietileno linear de baixa densidade no Pólo Petroquímico do Nordeste, em Camaçari (BA). O projeto está concluído e iniciou sua operação em julho de 1992. Foi concedida durante o ano uma suplementação de crédito no valor de Cr\$ 154 bilhões em um investimento total de Cr\$ 1,8 trilhão, elevando a participação do Sistema BNDES para o montante de Cr\$ 487 bilhões. As liberações em 1992 atingiram o total de Cr\$ 296 bilhões.

Fibra – O projeto objetiva a aquisição, recuperação e reentrada em atividade da unidade fabril petroquímica de polímero de poliéster, em Simões Filho (BA), localizada no Centro Industrial de Aratu, com investimento total de Cr\$ 263 bilhões e apoio financeiro do BNDES de Cr\$ 97 bilhões, tendo sido encerrado o desembolso em dezembro de 1992.

Reciplast – Projeto para implantação, em Guarulhos (SP), de uma unidade industrial produtora de "syntal", material obtido da reciclagem de lixo plástico, cujas principais aplicações são na produção de cruzetas para postes, pontaletes e "palets". O investimento total do projeto é de Cr\$ 288 bilhões, com participação do BNDES de Cr\$ 122 bilhões e da FINAME de Cr\$ 5,7 bilhões.

Refinaria de Petróleo de Mangueiras – Trata-se de financiamento para projeto de instalação de uma unidade de processamento que permite eliminar o chumbo tetra-etila da gasolina produzida pela refinaria localizada no Rio de Janeiro (RJ). Dentro do investimento total de Cr\$ 456 bilhões, a participação do BNDES é de Cr\$ 152 bilhões e da FINAME de Cr\$ 93 bilhões.

Solvay – O financiamento é destinado à substituição do processo e expansão da unidade de cloreto férrico, com o aumento da capacidade de 25 mil para 46 mil t/ano, estando prevista também a realização de mais uma etapa do sistema de tratamento de efluentes aquosos provenientes da unidade de fabricação de cloreto de vinila por etileno, localizada em Santo André (SP), com investimento total de Cr\$ 243 bilhões e participação do BNDES de Cr\$ 114,7 bilhões.

White Martins – Financiamento do BNDES para projeto de implantação de uma unidade de nitrogênio/oxigênio líquido, em Camaçari (BA), para atender à duplicação da Copene, cujo investimento total é de Cr\$ 1,1 trilhão, participando o BNDES com Cr\$ 274 bilhões.

Mineração e Metalurgia

No setor de mineração e metalurgia, foram as seguintes as principais operações apoiadas pelo BNDES em 1992:

Cadam – Empresa do Grupo Caemi, localizada no município de Almeirim (PA), constituindo-se na única produtora, no país, de caulim para revestimento. O projeto visa à expansão da capacidade produtiva de caulim, das atuais 440 mil t/ano para 750 mil t/ano, a partir de 1995, com investimento total de Cr\$ 591 bilhões, sendo de Cr\$ 172 bilhões o apoio direto do BNDES e de Cr\$ 122 bilhões o da FINAME, além de recursos do BID no valor de Cr\$ 45 bilhões para importação de equipamentos.

MBR – Outra empresa do Grupo Caemi, a MBR é a segunda maior produtora de minério de ferro do país, com minas localizadas nas proximidades de Belo Horizonte (MG). O projeto visa, além da expansão da mina do Pico do Itabirito (passando das atuais 3,5 milhões de t/ano para 7 milhões de t/ano, a partir de 1994), à construção do trecho norte da Ferrovia do Aço, ligando o município de Itabirito (onde está localizada a mina) à cidade de Jeceaba, numa extensão de 55 km. O investimento total é de Cr\$ 3,8 trilhões, sendo Cr\$ 786 bilhões de participação direta do BNDES, além do apoio do IFC (subsidiária do Banco Mundial), com Cr\$ 379 bilhões, e de *tradings* japonesas, que investiram o equivalente a Cr\$ 1,5 trilhão.

Latasa – A Latasa foi a primeira empresa estrangeira apoiada pelo BNDES, através de recursos externos captados pelo Banco. Com o comando da multinacional Reynolds International Inc. e tendo como outros acionistas a Bradesco Capitalização S.A. e o Banco Credibanco S.A., é a única produtora nacional de latas de alumínio para bebidas. O projeto, localizado em Pouso Alegre (MG), está em fase de conclusão e visa à expansão da capacidade produtiva anual de 780 milhões de latas de alumínio para 1,292 bilhão, representando um investimento total de Cr\$ 409 bilhões, sendo o repasse da linha BID, pelo BNDES, de Cr\$ 246 bilhões.

Usiminas – O projeto da Usiminas, empresa localizada em Ipatinga (MG), contempla itens de atualização tecnológica e de proteção ambiental. Os investimentos de atualização tecnológica visam à redução de custos, ao aumento de produtividade e ao enobrecimento do produto, com ênfase especial na implantação de sistemas de automação e controle de processos. As inversões em controle ambiental objetivam minimizar os impactos negativos do processo produtivo, proporcionando melhorias das condições de trabalho e da qualidade de vida na região de sua influência.

A operação encontra-se em fase de contratação, sendo a participação do Sistema BNDES de Cr\$ 3,1 trilhões, divididos entre a FINAME (Cr\$ 1 trilhão), o próprio Banco (Cr\$ 1,1 trilhão) e o repasse de recursos do Banco Mundial (Cr\$ 1 trilhão), inclusive para importação de equipamentos.

Sibra – Pertencente ao Grupo Ferroligas, a Sibra localiza-se no distrito industrial de Simões Filho (BA), sendo atualmente a maior produtora de ferroligas à base de

manganês do país. Seu projeto apoiado pelo BNDES visa à instalação de uma terceira unidade siderúrgica (Sibra III), que dobrará a capacidade de produção de FeSiMn, com a instalação de dois fornos de 21 MVA cada e de dois filtros antipoluentes (despoeiramento), e prevê a utilização de gás do forno fechado de redução, com a implantação de uma termelétrica de 14 MVA.

O investimento total do projeto, já em fase de desembolso, está orçado em Cr\$ 630 bilhões, sendo Cr\$ 253 bilhões providos pelo BNDES e Cr\$ 156 bilhões pela FINAME em operação direta.

Andrade Gutierrez – Projeto de implantação de uma unidade para exploração de blocos de granitos, em Serra (ES), com escala de produção de 200 mil m²/ano de beneficiamento, para a produção de placas polidas e ladrilhos de granitos, voltada, principalmente, para a exportação, sendo o mercado americano o maior consumidor. O valor total do projeto é de Cr\$ 164 bilhões, sendo Cr\$ 98,6 bilhões financiados pelo Sistema BNDES.

Cimento Tupi – O projeto visa à expansão/modernização de suas duas unidades industriais localizadas em Carandaí (MG) e Volta Redonda (RJ), elevando a capacidade de produção de cimento em 68%, a partir de tecnologia e aquisição de equipamentos da Tcheco-Eslováquia.

Vale ressaltar que o projeto inclui melhorias no sistema de despoeiramento nas duas unidades, objetivando atender às exigências dos órgãos de controle ambiental de Minas Gerais (Feam) e do

Rio de Janeiro (Feema). O investimento no montante de Cr\$ 557 bilhões obteve apoio financeiro de cerca de Cr\$ 295 bilhões do Sistema BNDES.

Metal-Mecânica, Bens de Capital e o Complexo Eletrônico

O Sistema BNDES vem conferindo ao longo dos últimos anos alta prioridade aos segmentos de metal-mecânica, de bens de capital e, particularmente, do complexo eletrônico. Nesse contexto, convém ressaltar as principais operações apoiadas em 1992:

Gevisa – A Gevisa é uma *joint-venture* que tem como acionistas a GE (45%), a Indústrias Villares (45%) e a Albatroz, do Grupo Safra (10%). A concepção do projeto é concentrar a produção de motores elétricos, locomotivas, pontes rolantes padronizadas e os serviços de manutenção relativos a estes segmentos na atual fábrica da GE, em Campinas, que será totalmente reformulada.

A estratégia é a de agregar experiências, tecnologias e mercados das duas indústrias, aproveitando os recursos existentes em suas respectivas plantas, que vêm apresentando elevada capacidade ociosa. A concentração numa só unidade com *layout* mais adequado e a estruturação dos produtos possibilitarão aumentar a produtividade e reduzir os custos. O investimento total é de Cr\$ 383 bilhões, com participação de Cr\$ 319 bilhões do Sistema BNDES.

DHB – A empresa é uma *joint-venture* formada em 1983 pela DHB Ind. e Com., de Porto Alegre (RS), e a General Motors

Corporation, de Detroit (USA), com participações de 51% e 49%, respectivamente. Seu principal produto é a coluna de direção para veículos. O projeto apoiado pelo BNDES visa à expansão da capacidade produtiva com ganhos permanentes em capacitação tecnológica, além do desenvolvimento de novos produtos e da implantação de modernos sistemas CAE/CAD/CAM. Seu investimento total, já em fase de desembolso, está orçado em Cr\$ 89,5 bilhões, sendo Cr\$ 49,2 bilhões providos pelo BNDES, através do repasse da linha BID/Bird.

Philco – O Grupo Philco vem implementando seu projeto de investimentos em Manaus (AM) e São Paulo (SP), visando à expansão e à modernização de suas atividades produtivas.

Em outubro de 1992, foi inaugurada, em Manaus, a nova fábrica de televisores, que se constitui numa das mais modernas plantas industriais deste segmento no mundo.

O investimento total ascende a Cr\$ 545,7 bilhões. A participação do Sistema BNDES corresponde a Cr\$ 339,8 bilhões, sendo Cr\$ 189 bilhões via financiamento direto do Banco, Cr\$ 72,9 bilhões através de repasse externo para financiamento de importações de equipamentos e Cr\$ 77,9 bilhões da FINAME.

Itautec – Vem tendo prosseguimento o projeto da Itautec Informática, localizado em São Paulo (SP), que vai oferecer ao mercado interno um sistema de informática de médio porte, através de absorção de tecnologia da IBM, com um investimento total de cerca de Cr\$ 389 bilhões. De uma participação prevista direta do BNDES de Cr\$ 201,4 bilhões, foram desembolsados, até 1992, cerca de Cr\$ 129 bilhões, sendo Cr\$ 62 bilhões no último ano.

Promon Eletrônica – Localizada em Campinas (SP), a Promon Eletrônica teve aprovado, no final de 1992, projeto destinado a um amplo programa de capacitação tecnológica na área de telecomunicações, incluindo comutação digital, comunicação de dados e telefonia móvel, e cujo investimento total é de Cr\$ 212 bilhões, sendo prevista a participação do Sistema BNDES em Cr\$ 155 bilhões, com financiamento direto do Banco de Cr\$ 135 bilhões, financiamento à importação de Cr\$ 9,8 bilhões e da FINAME de Cr\$ 10,1 bilhões.

Romi – A empresa, que se localiza em Santa Bárbara do Oeste (SP), é fabricante de máquinas-ferramenta, com participação em torno de 35% na sua faixa específica de mercado.

A operação financiada pelo BNDES tem como objetivo o desenvolvimento de uma família de tornos, uma família de centros de usinagem e uma família de injetoras de plásticos.

Os investimentos permitirão avanços no nível tecnológico, nas características funcionais, no desempenho, na qualidade e nos preços dos bens de capital produzidos pela Romi.

O término do projeto está previsto para fins de 1994, e a participação do BNDES é de Cr\$ 82 bilhões num investimento total de Cr\$ 93 bilhões.

CMW – Pertencente ao Grupo Odebrecht, a CMW fornece sistemas de automação de controle de processo, possuindo capacitação para desenvolvimento de projeto, fabricação, implantação e testes de sistemas para os setores de transportes, energia, automação industrial e telecomunicações. O projeto prevê

investimentos para aprimoramento da qualidade de seus produtos e serviços através da implantação das normas ISO 9000 e desenvolvimento tecnológico de quatro novos produtos, a saber: sistema de controle automático (ATC) para locomotivas, desenvolvimento de um sistema Scada (*supervision control and data acquisition*) de alta performance, sistema de aquisição de dados (unidades terminais remotas), programador e testador de intertravamento microprocessado. O investimento total é de Cr\$ 88 bilhões, com uma participação do BNDES de Cr\$ 49,8 bilhões.

Bens de Consumo

Brahma – Trata-se do projeto de duplicação da capacidade de produção anual de cerveja da fábrica localizada em Jacareí (SP), passando de 3 milhões de hl para 6 milhões de hl, com investimento total de Cr\$ 1,4 trilhão, dos quais Cr\$ 361 bilhões provenientes do BNDES e Cr\$ 449 bilhões da FINAME.

Impressora Paranaense – Implantação da quarta unidade industrial do grupo, em Valinhos (SP), onde será empregado processo de rotogravura, em substituição ao de *offset* utilizado nas outras unidades. Inclui a aquisição de equipamento de origem suíça de última geração, que permite a automação e aglutinação de diversas etapas do processo de produção de embalagens em cartão compacto bobinado. O investimento total foi de Cr\$ 221 bilhões, tendo sido solicitado ao BNDES Cr\$ 108 bilhões. Até dezembro de 1992 foram desembolsados cerca de 97% do total aprovado.

Globo Cochrane – Associação entre a Globopar (51%) e a empresa chilena Cochrane (49%), líder na América Latina no setor gráfico, objetivando implantar uma gráfica de padrão internacional, para suprir as necessidades da Editora Globo e de outros clientes, inclusive de países vizinhos.

O projeto, cujos investimentos são de Cr\$ 186 bilhões, contemplando a aquisição de máquinas nacionais e importadas, dentro do que há de mais moderno em termos de tecnologia gráfica, obteve apoio do Sistema BNDES no valor de Cr\$ 61,3 bilhões.

Rima – A operação trata da aquisição, pela empresa, dos ativos da Elebra Informática relacionados à produção de impressoras. Situada em São Paulo (SP), a Rima lidera, juntamente com a Elebra, o segmento de impressoras profissionais para microinformática no Brasil, detendo cada empresa participação aproximada de 40% do mercado.

Com a operação, a Rima visa principalmente absorver parcela de mercado atualmente detida pela Elebra e, ainda, aumentar o nível de ocupação de sua fábrica, com a transferência da linha de fabricação da Elebra, o que permitirá significativos ganhos de escala.

O investimento total é de Cr\$ 111 bilhões, com participação do BNDES da ordem de Cr\$ 36 bilhões.

Pado – A Pado é fabricante de cadeados, fechaduras e dobradiças. O projeto objetiva a transferência de unidade fabril do município de São Paulo para a zona

industrial de Campo Limpo Paulista (SP), além da implantação de um programa de qualidade e produtividade, construção de um sistema de tratamento de efluentes e recuperação de água industrial.

A empresa espera aumentar a capacidade instalada em 60% e a produtividade em 25%. Com o programa de qualidade e produtividade, poderá oferecer a seus clientes produtos de qualidade superior e será mais competitiva. Este programa deverá ser implementado a partir de treinamento de pessoal, implantação de controles gerenciais conjugados com o funcionamento da fábrica e programa de garantia de qualidade através da aquisição de um sistema CAD/CAM.

Do investimento total de Cr\$ 29 bilhões, a participação do BNDES é de Cr\$ 15 bilhões. O projeto foi aprovado e encontra-se em contratação.

Microlite – O projeto da Microlite, fabricante de pilhas comercializadas sob a marca Rayovac, visa à expansão da capacidade de produção e à instalação de linha para produção de novo produto – pilhas *high power* – que, em termos de desempenho, situa-se numa categoria intermediária entre a pilha *standard* (comum) e a alcalina. O investimento total é de Cr\$ 84 bilhões, participando o BNDES com Cr\$ 15 bilhões.

Microbat – Empresa do Grupo Microlite, a Microbat é fabricante de baterias automotivas, estacionárias e para submarinos, comercializadas sob as marcas Heliar, Saturnia e Prestolite. O projeto visa à implantação de linha de produção de baterias automotivas livres de manutenção e investimentos para adequação da infra-estrutura da fábrica de Sorocaba (SP) ao aumento de produção previsto, abrangendo a ampliação da capacidade de recuperação de sucata de

chumbo do grupo e da estação de tratamento de efluentes. A participação do BNDES, no investimento de Cr\$ 124 bilhões, é de Cr\$ 53,4 bilhões.

Newtechnos – Controlada pelo grupo alemão Degussa, a empresa foi recentemente implantada com o objetivo de produzir catalisadores automotivos em Americana (SP). A fábrica, inteiramente robotizada, custou cerca de Cr\$ 241 bilhões.

O projeto apoiado pelo BNDES refere-se à construção do laboratório para desenvolvimento e testes dos catalisadores destinados à indústria automobilística, com o investimento para instalação do laboratório atingindo Cr\$ 45 bilhões, dos quais Cr\$ 25,2 bilhões financiados pelo BNDES através da linha BID/Bird.

■ Agricultura e Agroindústria

Neste setor, a grande maioria dos projetos aprovados pelo Sistema BNDES em 1992 teve como finalidade a implantação, a expansão ou a reestruturação de unidades produtivas, ampliando a utilização de tecnologias modernas de campo com o objetivo de proporcionar incrementos de produtividade e de competitividade das empresas agrícolas e/ou agroindustriais.

Frigobrás – No âmbito do programa de reestruturação empresarial, o BNDES financiou a aquisição pela Frigobrás, pertencente ao Grupo Sadia, de um complexo industrial de propriedade da Copaza, localizado em Mato Grosso do Sul e compreendendo uma unidade de esmagamento de soja e uma de refino de óleo, com capacidade instalada de mil t/dia e 200 t/dia, respectivamente, e três armazéns graneleiros, com capacidade estática total de 120 mil t. A operação faz parte da estratégia do grupo de se instalar junto à produção da matéria-prima,

visando reduzir drasticamente os custos de transporte e aumentar, de forma mais competitiva, sua participação no setor de soja.

O valor total do investimento é de cerca de Cr\$ 507 bilhões, participando o BNDES com Cr\$ 292 bilhões. O financiamento foi contratado e totalmente desembolsado em 1992.

Nutritional – O projeto da empresa, localizada no município de São José dos Pinhais (PR), visa elevar seu nível de capacitação técnico-científica, de forma a possibilitar o desenvolvimento de 29 produtos novos e a pesquisa de matérias-primas, bem como aumentar padrões de qualidade e produtividade, promover modernização, melhoria de *layout* e treinamento e ainda desenvolver linhas de produtos salgados e desidratados, semiprontos e barra de cereais.

Do investimento total de Cr\$ 181,6 bilhões, o BNDES participa com financiamento de Cr\$ 72 bilhões e a FINAME com Cr\$ 27 bilhões, já tendo sido efetuada em dezembro a primeira liberação, no valor de Cr\$ 24 bilhões.

Companhia Goiana de Laticínios – Trata-se de projeto de expansão do grupo liderado pela Cia. Goiana visando ao término de duas fábricas de produção de laticínios em Goiânia (GO) e Araguaína (TO), a implantação de uma unidade de leite "longa vida" em Goiânia (GO), a construção de uma unidade de laticínios em Rondonópolis (MT) e a instalação de 33 postos de coleta e resfriamento de leite cru para abastecimento das quatro usinas.

O investimento total é de Cr\$ 964 bilhões, sendo a participação direta do BNDES de Cr\$ 196 bilhões e a da FINAME de Cr\$ 241 bilhões. Em 1992 foram liberados cerca de 10% do financiamento.

Incobrasa – O financiamento do BNDES, aprovado em abril, destinou-se à conclusão de implantação de uma fábrica com capacidade de processamento de 3 mil t/dia de soja, localizada no distrito industrial de Rio Grande (RS), e à conclusão das obras do terminal portuário próprio, com capacidade de carregamento do píer em torno de 10 mil a 12 mil t/dia.

O investimento total equivale a Cr\$ 1,2 trilhão, e a participação do BNDES é de Cr\$ 604 bilhões, com Cr\$ 559 bilhões já liberados em 1992.

Silocaf do Brasil – O projeto tem como objetivo a implantação de uma unidade industrial para processamento de café verde, em Cariacica (ES), com capacidade instalada de 1,5 milhão de sacas/ano.

O investimento total é de Cr\$ 1,6 trilhão, sendo Cr\$ 410 bilhões financiados pelo Sistema BNDES, dos quais Cr\$ 384 bilhões referem-se a financiamento direto, Cr\$ 105 bilhões da FINAME e Cr\$ 97 bilhões repassados pelo Bamerindus, BFI e lochpe.

Sola – Projeto desenvolvido na unidade industrial de Três Rios (RJ), objetivando a expansão da capacidade de produção de enlatados (10,5%), embutidos (5,0%), charque (20%) e cortes especiais (100%), bem como a atualização da infra-estrutura de apoio (tratamento de água e de efluentes, geração de vapor, produção de

frio, energia elétrica e transporte) às linhas de produção da empresa, de modo a adequá-la a futuras expansões.

A operação prevê um investimento total de Cr\$ 97,2 bilhões, com participação do Sistema BNDES de Cr\$ 53,5 bilhões, dos quais Cr\$ 36,5 bilhões do BNDES e Cr\$ 16,7 bilhões da FINAME.

Cica – Projeto de expansão da unidade industrial de Jundiaí (SP), com vistas ao aumento da capacidade instalada de produção de *catchup*, em embalagem *squeezable*, de 4.350 t/ano para 9 mil t/ano, da capacidade de produção de maionese de 7.200 t/ano para 8.700 t/ano e, ainda, da linha de molhos refogados, com o lançamento do “Pomarola” peneirado, em embalagem *tetra pak* de 260 e 520 gramas, com capacidade instalada para produzir 6 mil t/ano.

O investimento previsto na operação totaliza Cr\$ 36,9 bilhões, com participação do Sistema BNDES de Cr\$ 6,3 bilhões, dos quais Cr\$ 4,7 bilhões do BNDES (linha BID) e Cr\$ 1,6 bilhão da FINAME.

Centrofructo – Projeto de implantação, no distrito industrial de Uberlândia (MG), de unidade com capacidade de produção anual de 1.100 t de polpa de tomate a 32 brix, 5.500 t de polpa de tomate a 26 brix e 2.480 t de polpa de goiaba a 12,5 brix.

A operação prevê um investimento total de Cr\$ 182 bilhões, com participação do Sistema BNDES de Cr\$ 96,4 bilhões, já havendo sido liberadas todas as parcelas previstas.

Chapecó – Trata-se de projeto de modernização e expansão da capacidade de abate de suínos e aves em diversas unidades industriais localizadas em Chapecó e Xaxim (SC), abrangendo também a modernização das filiais de São Paulo e Minas Gerais e a implantação de

programa de informatização a ser aplicado nas atividades de gestão, automação industrial, comercial e administrativa.

A operação prevê um investimento total de Cr\$ 409 bilhões, com participação do Sistema BNDES de Cr\$ 140 bilhões, dos quais Cr\$ 32 bilhões do BNDES e Cr\$ 72 bilhões da FINAME.

Projeto Integrado de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais de Fumo

– Este programa apoiado pelo BNDES objetiva a mudança do padrão tecnológico dos fumicultores, tornando a atividade de cura/secagem mais eficiente e determinando maior geração de valor agregado de sua produção.

Em 1991, o projeto proporcionou crescimento de exportações equivalente a US\$ 2 para cada US\$ 1 investido, permitindo ao Brasil saltar do 4º para o 3º lugar no *ranking* mundial dos produtores e manter-se como o 2º maior exportador mundial.

Com investimento global avaliado em Cr\$ 1,3 trilhão, sendo o financiamento total de Cr\$ 655 bilhões, o programa beneficiará cerca de 35 mil produtores rurais do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, permitindo um acréscimo de produção anual de 360 mil t para 415 mil t.

Agrocere – Os investimentos destinam-se à realização de pesquisas para incorporação e difusão de novas tecnologias no desenvolvimento e produção de sementes de milho híbrido dos tipos simples e triplos em substituição ao tradicional tipo duplo.

Serão contempladas unidades da Agrocere em Goiás, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, onde os investimentos compreenderão a realização de estudos e projetos, pesquisas, obras civis, aquisição de equipamentos, instalação e montagem dos equipamentos, móveis e utensílios.

O investimento total é de Cr\$ 46 bilhões, com financiamento do BNDES no valor de Cr\$ 7,3 bilhões.

Agroeliane – Projeto de implantação de unidade de produção avícola, com capacidade de abate de 60 mil aves/dia, visando aumentar as exportações.

Do investimento total de Cr\$ 218 bilhões, a participação relativa do BNDES foi de 40%, equivalente a Cr\$ 85,2 bilhões, e a da FINAME situa-se em 19%, equivalente a Cr\$ 41,4 bilhões.

■ Infra-Estrutura

Telecomunicações

Em 1992, as operações aprovadas mais significativas no setor de telecomunicações foram:

Bamerindus – Projeto de implantação de 6.000 terminais telefônicos rurais no Estado do Paraná, com financiamento ao assinante. O investimento total é de cerca de Cr\$ 319 bilhões, sendo Cr\$ 170,2 bilhões de apoio do Banco.

Construtel – Projeto de implantação, na forma de planta comunitária, de 18.469 terminais telefônicos, distribuídos entre os



Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para atendimento de, respectivamente, 37 e 42 localidades. O investimento total é de cerca de Cr\$ 310 bilhões, sendo Cr\$ 107 bilhões de apoio do Banco e mais Cr\$ 7,2 bilhões de apoio da FINAME.

Victori – Projeto de implantação e exploração do serviço de radiochamada, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, com sistema alfanumérico, para atender 60.000 assinantes. O investimento total é de cerca de Cr\$ 172,4 bilhões, sendo Cr\$ 36,7 bilhões de apoio direto do Banco, Cr\$ 2,6 bilhões de apoio da FINAME e mais Cr\$ 46,6 bilhões de repasse de recursos externos (Bird/BID) para importação de equipamentos.

Energia

Os principais projetos aprovados em 1992 no setor de energia foram:

EPP – Realização do projeto básico da usina hidrelétrica de Queimados (100 MW), em Minas Gerais, para posterior “venda” do projeto a autoprodutores. O investimento total é de cerca de Cr\$ 15,6 bilhões, sendo Cr\$ 8,6 bilhões de apoio do Banco.

Grupo Rede de Energia Elétrica –

Financiamento a empresas pertencentes ao Grupo (Caiuá, Bragantina, CNNE e Paranapanema) para melhoria de eficiência técnico-operacional do sistema elétrico (reforma de estruturas, recondução de linhas de subtransmissão e redimensionamento de sessões de baixa tensão) e construção de linhas de transmissão. O investimento total é de cerca de Cr\$ 112,3 bilhões,

sendo Cr\$ 49,4 bilhões de apoio direto do Banco e mais Cr\$ 9,6 bilhões de apoio da FINAME.

Itamarati Norte – Localizado em Mato Grosso, o projeto visa à construção das usinas hidrelétricas de Juba I e Juba II, totalizando 84 MW de potência, para autoprodução com venda de excedente. O investimento total é de cerca de Cr\$ 1,5 trilhão, sendo Cr\$ 771 bilhões de apoio direto do Banco e mais Cr\$ 216 bilhões de apoio da FINAME.

Opel – Financiamento para conclusão da 4ª fase da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, localizada no rio Paranaíba, na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais. O investimento total é de cerca de Cr\$ 847,5 bilhões, sendo Cr\$ 507 bilhões de apoio direto do Banco.

Serviços de Infra-Estrutura Urbana

Dentre as diversas operações do setor de infra-estrutura urbana que tiveram curso em 1992, destacam-se as seguintes:

Metrô do Distrito Federal –

Financiamento de Cr\$ 1,5 trilhão, de um investimento total de Cr\$ 6,6 trilhões, destinado à implantação de sistema de transporte de massa, sobre trilhos, ligando o plano piloto da capital federal às cidades-satélites de Guará, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, reestruturando o sistema atual de ônibus e induzindo uma ocupação ordenada do solo na região. Os recursos destinam-se à construção de cerca de 40 km de via dupla (26% subterrânea), 27 estações, 12 subestações retificadoras e quatro auxiliares, bem como à aquisição de 80 carros do tipo metrô.

CBTU-RJ – Deu-se continuidade às liberações para a CBTU-RJ, visando à recuperação de 36 trens-unidade elétricos série 200, imobilizados e necessitando de

reformas e modernização. A operação, que totaliza Cr\$ 286 bilhões, envolve a recuperação das caixas (com a troca do sistema de ventilação e iluminação, dos bancos etc.), a substituição dos equipamentos elétricos de tração e controle e a instalação de novo sistema de freios. Os dois primeiros trens, totalmente reformados, foram entregues à CBTU em dezembro de 1992, já tendo sido concluída também a reforma da caixa em 20 trens e fornecidos equipamentos de controle, tração e freio para 10 unidades.

Município de Curitiba – Foi concluído em 1992 o projeto de expansão e modernização da rede integrada de transporte de Curitiba, com a criação de novas linhas troncais e a construção de mais cinco terminais de integração. O projeto incluiu a compra de 425 ônibus *padron* e articulados, bem como 1.319 catracas automáticas, substituindo o atual sistema de cobrança manual. O financiamento, de cerca de Cr\$ 44 bilhões, foi concedido a nove operadoras privadas de transporte de Curitiba e equivale a 77% do investimento total.

Município de Sorocaba – Com recursos do Sistema BNDES, concluiu-se a implantação do sistema integrado de transporte de Sorocaba, com a construção de dois terminais e vias exclusivas e a compra de 151 ônibus. O financiamento de cerca de Cr\$ 221 bilhões foi concedido às duas empresas privadas operadoras de transportes urbanos da cidade, que serão ressarcidas de seus gastos através de um pequeno acréscimo na tarifa.

Estado do Espírito Santo – Transcol II – Projeto de complementação do Sistema Integrado de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Vitória, compreendendo a construção de terminais, a realização de obras viárias, a aquisição de frota e a implantação e

melhoria de ligações estruturantes do sistema viário da região metropolitana. O projeto, cujo investimento previsto é de cerca de Cr\$ 1,2 trilhão, dos quais Cr\$ 755 bilhões a serem financiados pelo Sistema BNDES, foi objeto de enquadramento pelo Banco em agosto de 1992, encontrando-se em fase final de detalhamento.

REK Construtora Ltda. – Concessão de colaboração financeira em 21.09.92 para a implantação de unidade de incineração de resíduos industriais, com capacidade de 3.000 t/ano, no município de São José dos Campos (SP). O investimento total atinge Cr\$ 120 bilhões, e a participação do Sistema BNDES corresponde a Cr\$ 86 bilhões. Trata-se de projeto no âmbito da política ambiental do Estado de São Paulo visando ao processamento e à destinação adequada de resíduos industriais tóxicos.

Estado do Rio de Janeiro – Projeto Linha Vermelha (2ª etapa) – O projeto Linha Vermelha compreende a implantação de uma via expressa, de alta capacidade, que cria um novo acesso ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro e realiza a interligação das rodovias federais Washington Luiz (BR-040) e Presidente Dutra (BR-116), contribuindo para desafogar a Avenida Brasil, cuja capacidade para suportar o transporte da população proveniente da Leopoldina, Ilha do Governador, Zona Leste e Baixada Fluminense encontra-se esgotada. A extensão total da Linha Vermelha, do Campo de São Cristóvão à rodovia Presidente Dutra, é de aproximadamente 21,2 km.

A construção foi prevista em duas etapas: a 1ª, com 7,2 km (unindo o Campo de São Cristóvão à Ilha do Governador – Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro), foi inaugurada em maio de 1992, com um investimento de cerca de Cr\$ 1,1 trilhão e financiamento do BNDES de Cr\$ 585 bilhões; e a 2ª, com 14 km (interligando as rodovias federais Presidente Dutra e Washington Luiz à Estrada do Galeão), está orçada em aproximadamente Cr\$ 2,4 trilhões e obteve financiamento do Banco de Cr\$ 1,1 trilhão, estando prevista sua inauguração para outubro de 1993.

Município de Serra (ES) – Projeto, em fase de análise, de implantação do sistema integrado de coleta e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, mediante concessão da totalidade dos serviços ao Consórcio STA (Sistemas e Tecnologia Ambientais), constituído pelas empresas Prospectus, Natron e Impsa, estando prevista a construção de usina de reciclagem e compostagem, usina de incineração para resíduos hospitalares e aterro sanitário. O valor da operação é da ordem de Cr\$ 55 bilhões, tendo sido solicitado ao BNDES Cr\$ 39 bilhões, via FINAME Especial e POC. Os serviços de limpeza e varrição de vias e logradouros, coleta, remoção e transporte já estão sendo realizados.

Município de Salvador (BA) – Análise e acompanhamento da implantação do programa integrado de tratamento de resíduos do município de Salvador, que privatizou 50% dos serviços de coleta, através de licitação pública. A empresa selecionada (Pavter) ficará encarregada

também da disposição final e tratamento da totalidade dos resíduos coletados em aterro sanitário, utilizando tecnologia de biorremediação. A participação do Sistema BNDES se dá através da aquisição dos equipamentos, via FINAME Especial, num total de Cr\$ 18 bilhões, que representam 75% do investimento total.

Consórcio Términi (SP) – Trata-se de obras de reforma, ampliação e modernização dos terminais rodoviários Tietê, Bresser, Jabaquara e Barra Funda, incluídos em programa de privatização, procedido pela Cia. do Metrô de São Paulo. Os tomadores do empréstimo para a realização do projeto, cujo investimento total corresponde a Cr\$ 269 bilhões, com uma participação do BNDES de Cr\$ 117 bilhões, serão as empresas construtoras Construbase, Amafi e W. Washington. As obras do terminal rodoviário Tietê, responsável por 55% do total do investimento, incluem a modernização e ampliação do terminal e a construção de um edifício-garagem. O terminal Barra Funda, com expansão do terminal intermodal e implantação de 28 plataformas de embarque, responde por 20% do investimento.

Financiamento a Ônibus para Sistemas Integrados – Diversos pedidos foram analisados no âmbito do programa de apoio que privilegia, com condições especiais, a compra de ônibus por cidades que implementem projetos de racionalização de seus sistemas de transporte coletivo, tendo sido autorizada, durante o exercício, a aquisição de 1.342 veículos, destacando-se aqueles destinados às cidades de Blumenau (SC), Fortaleza (CE), Petrópolis (RJ), Porto Alegre (RS), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

Transporte de Carga, Armazenagem e Portos

Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil –

A empresa (Grupo Olacyr de Moraes) obteve financiamento para a implantação do trecho de 311 km de via férrea em bitola larga (1,60 m) entre Aparecida do Taboado e Chapadão do Sul (MS), que será interligado à malha da Fepasa, através de ponte sobre o rio Paraná, em Santa Fé do Sul (SP), dando acesso a Santos (SP). O projeto constitui-se em importante apoio à expansão da fronteira agrícola no sentido do Centro-Oeste e é complementar à hidrovia Tietê-Paraná. O investimento total é de Cr\$ 6,7 trilhões, sendo Cr\$ 3 trilhões financiados pelo BNDES e Cr\$ 656 bilhões pela FINAME.

Interportos/Navepart/Trato – O financiamento destina-se à implantação de terminal de tancagem de produtos petroquímicos no porto de Rio Grande (RS) e de posto de serviços de reparos em embarcações no porto de Porto Alegre (RS). O projeto altera a logística de abastecimento desses produtos no Estado do Rio Grande do Sul com a transferência de parte do transporte rodoviário modal para o aquaviário lacustre. O investimento total eleva-se a Cr\$ 69 bilhões, sendo Cr\$ 37 bilhões financiados pelo BNDES.

Itapemirim – A Transportadora Itapemirim foi apoiada através de nova suplementação de recursos para o término de implantação de um centro de triagem e transferência de cargas em Guarulhos (SP), com capacidade de processamento de 360 mil t/ano. O investimento total do projeto é de Cr\$ 734 bilhões, com participação do BNDES de Cr\$ 403 bilhões, prevendo-se o apoio da FINAME da ordem de Cr\$ 10 bilhões.

Em 1992 entrou em operação outro centro de triagem e transferência de cargas em

Manaus (AM), com capacidade de processamento de 200 t/ano, tomando realidade a opção pelo intermodalismo nos transportes (ônibus/caminhão/avião) e dando um grande impulso à Itapemirim Transportes Aéreos. O investimento total foi de Cr\$ 27 bilhões, com participação do BNDES de Cr\$ 12,6 bilhões e da FINAME de Cr\$ 1,2 bilhão.

Transporte Aquaviário

Com recursos vinculados do Fundo da Marinha Mercante (FMM), os principais projetos apoiados foram:

Mepla Comércio e Navegação Ltda. –

Construção de seis comboios para navegação na hidrovia Tietê-Paraná, visando ao transporte de granéis agrícolas e carga em geral. O investimento total soma Cr\$ 140 bilhões, com participação do BNDES/FMM de Cr\$ 98 bilhões, já tendo sido desembolsados Cr\$ 13,2 bilhões em 1992.

Comercial Quintella Comércio e

Exportação Ltda. – Construção de quatro comboios para navegação na hidrovia Tietê-Paraná, visando ao transporte de granéis agrícolas e carga em geral. O investimento total soma Cr\$ 216 bilhões, sendo a participação do BNDES/FMM de Cr\$ 150 bilhões, com os desembolsos em 1992 alcançando Cr\$ 62 bilhões.

Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A. –

Construção, pelo Estaleiro Mauá, de dois navios de 55 mil TPB e dois de 36 mil TPB, para o transporte de cabotagem de derivados de petróleo. O investimento total soma Cr\$ 3,5 trilhões, sendo a participação do BNDES/FMM de Cr\$ 2,4 trilhões. Os desembolsos em 1992 foram de Cr\$ 252 bilhões.

Empresa de Navegação Aliança S.A. – Construção de dois navios porta-contentores, cada um de 2 mil TEUS e 33.650 TPB, que serão utilizados para o transporte no longo curso entre o Brasil e a Europa. A operação é financiada com recursos do FMM, sendo a participação do BNDES/FMM de 76,9%. O valor do investimento é de Cr\$ 1 trilhão e o da colaboração financeira alcança Cr\$ 825 bilhões, dos quais foram liberados, em 1992, Cr\$ 485 bilhões.

Frota Amazônica S.A. – Construção de dois navios tipo *multi-purpose* de 10.900 TPB cada, para a empresa com sede em Belém (PA), que deverão atuar na navegação de longo curso entre o Brasil e os Estados Unidos. A colaboração financeira do BNDES/FMM representa 80% do investimento total de Cr\$ 649 bilhões, ou seja, Cr\$ 519 milhões. O valor liberado em 1992 atingiu Cr\$ 55 bilhões.

Frota Amazônica S.A. – Construção de três barcas autopropelidas, para atuar na navegação interior no transporte de sal entre o porto de Areia Branca e o Terminal Salineiro Termisa. A participação dos recursos do BNDES/FMM é de 59,5%: do investimento de Cr\$ 113 bilhões, o valor da colaboração financeira é de Cr\$ 66,5 bilhões.

Petrobrás/Verolme – Construção de três navios-tanque de 29.425 TPB cada, destinados à navegação de cabotagem. A participação do BNDES/FMM corresponde a 75% do valor do investimento, que foi de Cr\$ 2,3 trilhões, com a colaboração financeira alcançando Cr\$ 1,7 trilhão, enquanto o valor liberado em 1992 ficou em Cr\$ 144 bilhões.

Ishikawajima – No decorrer de 1992 foram entregues dois petroleiros, um de 150 mil TPB e outro de 130 mil TPB, de casco duplo, destinados à exportação para o armador Mitsui Co., com investimento total de Cr\$ 1,4 trilhão, tendo o BNDES/FMM participado com Cr\$ 943 bilhões, liquidados integralmente na data de entrega das embarcações, consolidando a posição brasileira que, além da abertura desse nicho de mercado, demonstrou estar apta a concorrer no mercado internacional no que se refere a preço, prazo de entrega e adequabilidade às mais exigentes normas de preservação ambiental.

Existe ainda outro petroleiro de casco duplo em construção, de 130 mil TPB, com entrega marcada e confirmada para fevereiro de 1993, três meses antes da data contratual, já dispondo o BNDES de garantia de liquidação integral da dívida. O investimento total é de Cr\$ 635 bilhões, tendo o BNDES/FMM participado com Cr\$ 445 bilhões.

Foram ainda contratadas duas novas operações de financiamento para a produção de mais dois novos petroleiros, para o mesmo armador, ambos de casco duplo, sendo o primeiro de 130 mil TPB e o outro de 150 mil TPB. O investimento total é de Cr\$ 1,4 trilhão, participando o BNDES/FMM com Cr\$ 384 bilhões. É importante ressaltar que a diminuição relativa de participação do BNDES deve-se ao fato de o armador adiantar integralmente os recursos durante a construção dos cascos, por não poder contar com os benefícios do Proex para a operação.

Delba – Modernização de três embarcações de apoio às plataformas de

petróleo, adequando-as aos padrões internacionais exigidos, o que possibilitará à empresa participar de qualquer licitação, nacional ou internacional, e lhe dará maior flexibilidade de operação. O investimento total foi de Cr\$ 34 bilhões, com participação do BNDES/FMM de Cr\$ 19,7 bilhões.

Chaval – Construção de um navio graneleiro de 42 mil TPB, para operar na cabotagem. O investimento total é de Cr\$ 411 bilhões, sendo a participação do BNDES/FMM de Cr\$ 319 bilhões.

Di Gregório Navegação – Suplementação de crédito em investimento total de Cr\$ 290 bilhões, sendo a participação do BNDES/FMM de Cr\$ 232 bilhões, para os dois navios *Ro-Ro* de 17 mil TPB, em construção no Estaleiro Caneco, no Rio de Janeiro, destinados a operar na cabotagem.

Navegação Mansur – Construção de dois navios graneleiros, no Estaleiro Caneco, de 42 mil TPB cada, destinados a operar na cabotagem. O investimento total de Cr\$ 916 bilhões tem a participação do BNDES/FMM de Cr\$ 734 bilhões.

Verolme Estaleiros – Construção de três navios graneleiros de 64 mil TPB cada, destinados à exportação. Aprovado em dezembro de 1992, o valor total do investimento é de Cr\$ 964 bilhões, com a participação do BNDES/FMM de Cr\$ 674 bilhões.

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO

O Programa Nacional de Desestatização (PND) tem

por principal objetivo promover a reordenação da posição do Estado na economia, transferindo para a iniciativa privada as atividades econômicas que não necessitam ser exploradas pelo setor público e permitindo a concentração de esforços da administração pública nas áreas onde sua presença é insubstituível.

Busca ainda contribuir para a redução da dívida pública federal e para o saneamento financeiro do setor público, através da utilização dos recursos das empresas na amortização dessas dívidas, ou mediante sua utilização como moedas no processo de privatização.

■ Atividades e Resultados do PND

O PND foi intensificado em 1992, com sua execução coordenada pelo BNDES na qualidade de órgão gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND), tendo sido objeto de leilão e transferidas ao setor privado 14 empresas, das quais nove controladas pelo Governo Federal nos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes, e cinco participações minoritárias no setor petroquímico.

No âmbito do PND, um total de 18 empresas já passou ao setor privado através de leilões, incluídas as quatro leiloadas em 1991. Esse total eleva-se a 22 empresas se forem consideradas: a) a Usiminas Mecânica S.A. (Usimec), incorporada à Usiminas como ajuste prévio, em 1991; e b) as três subsidiárias de empresas que foram objeto de leilão – Alcanorte (da CNA), Forjas Acesita e Acesita Energética.

As 18 empresas transferidas para o setor privado em 1992 representaram um valor de venda equivalente a US\$ 2.400 milhões, aos quais se somam US\$ 1.646 milhões provenientes da venda das quatro empresas leiloadas em 1991 (ver quadro a seguir).

Os leilões realizados no período 1991/92 tiveram um ágio médio de 19,4% sobre o preço mínimo estabelecido.

O PND apresentou até 1992 um valor de venda de US\$ 4.046 milhões, assim distribuídos pelas principais empresas vendidas: Usiminas (37%), Copesul (20%), Acesita (11%), CST (8,6%) e Petroflex (5,9%).

As moedas utilizadas na aquisição de ações no âmbito do PND tiveram a seguinte composição: Certificados de Privatização (27,3%), Dívidas Securitizadas da União (25,5%), Debêntures da Siderbrás (19,2%), Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (14%), Títulos da Dívida Agrária (8,4%), Letras Hipotecárias da CEF (2,6%), Títulos da Dívida Externa (1,7%), cruzeiros (1%) e cruzados novos (0,3%).

As Dívidas Securitizadas da União constituíram-se preponderantemente (80%) de DVR – Siderbrás.

Um montante de US\$ 78,1 milhões (1,9% do valor total) correspondeu à subscrição, por 43.492 funcionários, de ações de 12 empresas.

As entidades de previdência privada despenderam US\$ 814 milhões (20% do valor total) em participações acionárias de nove empresas.

O capital estrangeiro participou com US\$ 199 milhões (4,9% do total) na aquisição de participações acionárias de nove empresas.

Em 1992, através de sete decretos, foram incluídas no PND 12 empresas: Embraer,

Cosipa, CSN, Açominas, Lloydbrás, Cobra, RFFSA, Agef, Valec, Light, Escelsa e Banco Meridional. O total de empresas incluídas no PND até dezembro de 1992 foi de 66, das quais 32 controladas direta ou indiretamente pelo Governo Federal e 34 participações acionárias da Petroquisa e da Petrofértil.

Também realizaram-se 11 licitações de serviços de consultoria destinados à desestatização de 31 empresas e participações. No final de 1992 já se encontravam divulgados os editais de venda da CSN e da Ultrafértil e da participação governamental na Poliolefinas.

Mudanças a serem realizadas para aperfeiçoamento do PND obrigaram a transferência das datas previstas dos leilões dessas empresas para o primeiro quadrimestre de 1993, encontrando-se ainda em fase final de elaboração os editais da Cosipa e da Açominas.

■ Empresas Desestatizadas em 1992

No ano de 1992 passaram para o setor privado as seguintes empresas e participações acionárias do governo:

Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP) – Empresa sediada em Ladário (MS), explora o transporte fluvial de carga ao longo da hidrovia Paraguai-Paraná, desde Cáceres (MT) até Nueva Palmyra (Uruguai) e Buenos Aires (Argentina), numa extensão de 3.500 km, desenvolvendo ainda atividades de construção e reparos navais.

Foi leiloada em bloco, sendo adquirida pela Cia. Interamericana de Navegação e Comércio (Cinco).

Indag S.A. – Com sede em Cubatão (SP), a Indag produz fertilizantes e suas matérias-primas, atendendo a diversas empresas do setor. Pioneira nessa forma

de atuação, não comercializa produtos, apenas beneficiando-os para terceiros, que se encarregam de colocá-los no mercado.

A participação acionária minoritária da Petroquisa (35% do capital total) foi adquirida integralmente no leilão pelo Grupo IAP.

Aços Finos Piratini S.A. – Indústria siderúrgica integrada, responsável por 13% da produção brasileira de aços especiais não-planos, localiza-se em Charqueadas (RS), tendo por principais clientes os fabricantes de metais forjados, revendedores e usuários de arame.

Teve o seu controle (88,7%) adquirido pelo Grupo Gerdau, ficando 9,5% do capital ordinário com os empregados.

Petroflex Indústria e Comércio S.A. – Empresa petroquímica localizada próximo à Refinaria Duque de Caxias (RJ), é produtora do elastômero SBR, destinado primordialmente à fabricação de pneus.

A alienação das ações da Petroflex envolveu três tipos de oferta:

- leilão de 80% das ações ordinárias;
- oferta a preço fixo ao público (10% das ações preferenciais, tendo sido realizada integralmente); e
- oferta a preço fixo aos empregados de 10% das ações ordinárias.

Após o leilão de ações ordinárias o controle acionário passou para o Consórcio PIC, integrado pelas empresas Suzano (20,4%), Norquisa (10,4%), Unipar (10,2%) e Coperbo (10%), sendo outros importantes acionistas as entidades de previdência privada (26%) e os empregados (10%).

Companhia Petroquímica do Sul (Copesul) – Empresa produtora de petroquímicos básicos, com um terminal na cidade de Triunfo (RS), para transporte de líquidos, gases e carvão, e outro em Rio Grande, no litoral.

Após o leilão de ações ordinárias, o controle acionário foi compartilhado principalmente entre Petroquisa (15%), PPE – Consórcio Empetro (28,8%), Fundo Poolinvest Mútuo Privatização (4,6%), Banco Real (4,5%) e Banco Econômico (4,1%).

A oferta aos empregados (10%) e ao público (10%) encontra-se interrompida devido a liminar concedida à ação judicial de um acionista minoritário da empresa contra a realização do leilão.

Companhia Nacional de Álcalis (CNA) – Produtora de barrilha e mineradora de calcário, instalada em Arraial do Cabo (RJ), a CNA teve seu controle adquirido pelo Grupo Cirne (99,9%), incluída a sobra da oferta aos empregados, que ficaram com apenas 0,1% do capital.

Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) – Siderúrgica integrada, especializada na produção de placas de aço, localiza-se em Serra (ES). Sua produção visa principalmente ao mercado externo.

A alienação das ações da CST envolveu três tipos de oferta:

- leilão de ações ordinárias e preferenciais, representativas de 71% do capital total;
- leilão de ações ordinárias, representativas de 5,7% do capital total (14% do capital ordinário); e

- oferta aos empregados de 12,4% do capital total.

Após os leilões, o controle da CST ficou compartilhado entre instituições financeiras (45,4%), CVRD (15%), Kawasaki Steel e Ilva (26%) e empregados (8,8%).

Nitriflex S.A. Indústria e Comércio – Empresa petroquímica localizada próximo à Refinaria Duque de Caxias (RJ), possui unidade industrial também em Triunfo (RS). Seus principais produtos são: borracha nitrílica NBR, látices diversos, aditivo reforçante de borracha HSR, ABS e MBS e plásticos de engenharia.

Sociedade controlada acionariamente pela Itap (60%), teve a participação acionária minoritária da Petroquisa (41%) adquirida no leilão pela própria controladora.

Fertilizantes Fosfatados S.A. (Fosfértil) – Maior produtora de matérias-primas e uma das principais fabricantes de fertilizantes fosfatados do país, tem unidades em Uberaba e Tapira, ambas em Minas Gerais, sendo responsável por cerca de 40% da produção de ácido fosfórico (a maior parte consumida cativamente), 30% das vendas de MAP e 50% de TSP no país.

Após o leilão de ações ordinárias, o controle acionário foi adquirido pelo Consórcio Fertifos (68,5%), enquanto a CVRD, que já era acionista, manteve sua participação (11,52%) e os empregados subscreveram 10% do capital.

Polisul Petroquímica S.A. – Empresa atuante nos segmentos de injeção aditivada, sopro e extrusão, filmes, tubos e rotomoldagem, vende seus produtos nos mercados brasileiro e internacional. Situada em Triunfo (RS), é a maior produtora de polímero de alta densidade da América Latina e líder de mercado.

A Polissul tinha seu capital distribuído igualmente entre os Grupos Ipiranga, Hoechst e Petroquisa. A participação estatal foi adquirida no leilão pelos dois primeiros grupos, na proporção de 60% e 40%, respectivamente.

Companhia Industrial de Polipropileno (PPH) – Empresa produtora de resina de polipropileno, substâncias químicas, aditivos e outros produtos empregados na produção, utilização ou desenvolvimento de resina de polipropileno.

A PPH apresentava seu capital distribuído entre os Grupos Petropar (30%), Himont (30%), Odebrecht (20%) e Petroquisa (20%). A participação minoritária estatal foi adquirida no leilão pelos demais grupos, na proporção de 37,5%, 37,5% e 25%, respectivamente.

Goiás Fertilizantes S.A. (Goiásfértil) – Com suas instalações localizadas em Catalão (GO), a empresa dedica-se à produção de concentrado de rocha fosfática, utilizado como matéria-prima para a produção de fertilizantes fosfatados, representando cerca de 19% do concentrado produzido no Brasil. Tem reservas de fosfato que asseguram um período mínimo de operação de aproximadamente 20 anos.

A Goiásfértil tinha o seu capital social dividido entre a Petrofértil (82,7%) e a BNDESPAR (17,3%). Com o leilão, seu controle foi adquirido pela Fosfértil (90%) e pelos empregados (10%).

Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita) – Produtora de aços inoxidáveis, aços ao silício, aços carbono e ligados planos e aços não-planos especiais, a Acesita é a única fabricante da América Latina de aços planos inoxidáveis e aços siliciosos de grau orientado e não-orientado. Suas instalações industriais estão localizadas em Timóteo (MG). Além

de suas atividades operacionais, a empresa controla a Forjas Acesita S.A. e a Acesita Energética S.A.

Após o leilão de ações ordinárias, o capital da Acesita ficou distribuído entre a Caixa de Previdência do Banco do Brasil (15%), a Fundação Sistel (9,2%), o Grupo Safra (8,8%), outras entidades de previdência (9,7%) e empregados (12,4%).

Companhia Brasileira de Estireno (CBE) – Localizada em Cubatão (SP), a empresa produz monômero de estireno, matéria-prima de grande variedade de aplicação, óleos esterilizados e derivados químicos.

A CBE tinha o capital basicamente distribuído entre os Grupos Monsanto (48,3%), Unigel (27,8%) e Petroquisa (23%). A participação minoritária estatal foi adquirida, no leilão, pelo Grupo Unigel.

■ Empresas com Leilões Cancelados

Cabe finalmente observar que duas empresas de navegação – a Cia. de Navegação do São Francisco (Franave) e a Empresa de Navegação da Amazônia (Enasa) – tiveram seu processo de liquidação iniciado em 1992, uma vez que não houve comparecimento de participantes aos seus leilões com preços mínimos de venda estabelecidos pelo valor de liquidação das empresas.

No leilão da Arafértil também não houve comparecimento de participantes, o que levou ao seu adiamento.

■ Perspectivas para 1993

No início de 1993, o PND passará por uma atualização de suas práticas operacionais e dos fundamentos que o regem. Pretende-se implementar rapidamente medidas que visem:

- maior integração dos objetivos do PND com os da política industrial;

- maior divulgação pública dos fatos relevantes relativos a cada operação de privatização;

- maior ingresso de moeda corrente na aquisição de empresas e participações governamentais pelo setor privado;

- ampliação da participação do capital estrangeiro na aquisição de ações com limites estabelecidos caso a caso; e

- inclusão no PND das empresas concessionárias de serviços públicos de propriedade da União, mediante estudos setoriais prévios, com participação inclusive dos ministérios envolvidos.

Resultado Geral da Venda de Ações - Posição em 31.12.92						
EMPRESA	TIPO DE OFERTA	DATA DA OFERTA ¹	% CAPITAL TOTAL		VALOR DA VENDA	
			OFERTADO	VENDIDO	Cr\$ BILHÕES	US\$ MILHÕES ²
USIMINAS	Leilão ordinárias	24.10.91	37,6	37,6	709,6	1.112,4
	Leilão preferenciais	18.11.91	27,9	16,7	204,5	264,3
	Oferta empregados	05.11.91	10,0	9,6	24,2	34,6
	Oferta público	08.11.91	10,0	6,0	40,2	51,3
	Total I		85,5	69,9	978,5	1.462,6
	Opção compra minoritária		8,8	8,8	28,2	28,5
	Total II		94,3	78,7	1.006,7	1.491,1
CELMA ³	Leilão ordinárias	01.11.91	79,1	86,1	61,4	90,7
	Oferta empregados	01.10.91	10,0	3,0	0,2	0,4
	Total		89,1	89,1	61,6	91,1
MAFERSA	Leilão ordin./pref.	11.11.91	90,0	90,0	35,9	48,4
	Oferta empregados	18.03.92	10,0	9,5	0,2	0,1
	Compra de sobras	26.03.92		0,5	0,5	0,3
	Total		100,0	100,0	36,6	48,8
COSINOR	Leilão ordin./pref.	14.11.91	89,8	89,8	10,4	13,6
	Oferta empregados	16.03.92	10,0	0,0		
	Compra de sobras	30.03.92		10,0	2,8	1,4
	Total		99,8	99,8	13,2	15,0
SNBP	Leilão ordinárias	14.01.92	90,0	90,0	14,7	12,0
	Oferta empregados		10,0			
	Total		100,0	90,0	14,7	12,0
INDAG	Leilão ordin./pref.	04.02.92	35,0	35,0	9,2	6,8
PIRATINI	Leilão ordin./pref.	17.02.92	86,1	86,1	157,6	106,2
	Oferta empregados	22.05.92	9,9	9,5	3,9	1,4
	Compra de sobras	29.05.92		0,4	0,6	0,2
	Total		96,0	96,0	162,1	107,9

continua

EMPRESA	TIPO DE OFERTA	DATA DA OFERTA ¹	% CAPITAL TOTAL		VALOR DA VENDA	
			OFERTADO	VENDIDO	Cr\$ BILHÕES	US\$ MILHÕES ²
PETROFLEX	Leilão ordinárias	10.04.92	80,0	80,0	478,1	215,6
	Oferta público	29.05.92	10,0	10,0	37,1	12,5
	Oferta empregados	10.07.92	10,0	10,0	19,1	6,0
	Total		100,0	100,0	534,4	234,1
COPEL	Leilão ordinárias	15.05.92	62,9	62,9	2.174,5	797,1
	Oferta público		10,0			
	Oferta empregados		10,0			
	Total		82,9	62,9	2.174,5	797,1
CNA ⁴	Leilão ordin./pref.	15.07.92	90,0	90,0	301,6	78,9
	Oferta empregados	05.08.92	10,0	0,1	0,1	0,0
	Compra de sobras	25.08.92		9,9	12,3	2,5
	Total		100,0	100,0	314,0	81,4
CST ³	1º leilão ordin./pref.	16.07.92	71,0	71,2	1.169,0	295,4
	2º leilão ordin./pref.	23.07.92	5,7	5,7	177,1	36,9
	Oferta empregados	26.06.92	12,4	12,2	60,0	15,2
	Total		89,1	89,1	1.406,0	347,4
NITRIFLEX	Leilão ordinárias	06.08.92	40,0	40,0	117,6	26,2
FOSFÉRTIL	Leilão ordinárias	12.08.92	78,3	78,3	841,9	177,1
	Oferta empregados	27.08.92	10,0	10,0	28,1	4,9
	Total		88,3	88,3	869,9	182,0
POLISUL	Leilão ordinárias	11.09.92	31,0	31,0	352,4	56,8
PPH	Leilão ordinárias	29.09.92	10,0	10,0	334,8	40,8
	Leilão preferenciais	12.11.92	9,0	9,0	170,5	18,6
	Total		19,0	19,0	505,3	59,4
GOIASFÉRTIL	Leilão ordinárias	08.10.92	90,0	90,0	90,1	12,7
	Oferta empregados	30.10.92	10,0	10,0	3,5	0,4
	Compra de sobras	16.12.92		0,0	0,0	0,0
	Total		100,0	100,0	93,6	13,0
ACESITA	Leilão ordinárias	23.10.92	64,0	64,0	3.536,8	450,3
	Oferta empregados	25.09.92	10,0	10,0	118,6	15,1
	Total		74,0	74,0	3.655,4	465,4
CBE	Leilão ordinárias	03.12.92	23,0	23,0	119,0	10,9
Subtotal 1991					1.118,1	1.646,0
Subtotal 1992					10.328,2	2.400,4
Total Geral⁵					11.446,3	4.046,5

1 - Data do leilão ou do encerramento de períodos de ofertas.

2 - Pelo dólar na data de liquidação financeira da operação.

3 - Nos leilões da Celma e da CST as sobras das ofertas aos empregados foram acrescidas às quantidades inicialmente destinadas a leilão.

4 - O valor inclui a parcela financiada (41%) do pagamento da aquisição da CNA.

5 - As sobras do leilão de preferenciais da Usiminas ainda não tiveram destinação definida.

OUTRAS ATIVIDADES

Em 1992, os estudos realizados pela Área de Planejamento para balizar a atuação do Sistema BNDES foram:

■ Planejamento e Estudos

Conjuntura Nacional

O convênio entre o BNDES e o Ipea-Rio tem como objetivo manter disponíveis e acessíveis as informações sobre um conjunto de variáveis macroeconômicas, como suporte à interpretação da evolução da conjuntura econômica nacional, subsidiando assim a tomada de decisão e as ações do Sistema BNDES.

Realizaram-se, trimestralmente, mesas de debate "Conjuntura Brasil", onde foram discutidos aspectos da conjuntura econômica e política nacional.

Relações Econômicas Internacionais

Os objetivos do estudo são: acompanhamento da evolução dos movimentos da economia internacional, o papel do investimento externo direto neste processo e os reflexos sobre a atuação do Sistema BNDES, face às transformações observadas na economia internacional, com sua crescente globalização e formação de espaços econômicos unificados, e à estratégia de maior relacionamento econômico e comercial da economia brasileira com os mercados mais dinâmicos.

Iniciou-se o monitoramento e a análise dos fluxos internacionais de comércio, identificando setores dinâmicos, economias líderes, tendências e oportunidades para a economia brasileira, bem como sua participação nestes fluxos, além do desempenho de outros países em

desenvolvimento pré-selecionados com o objetivo de comparação.

Sistematizaram-se ainda as informações sobre o Mercosul, em particular o andamento de sua formação, a estrutura produtiva dos demais países membros e seus fluxos de comércio, investimento e financiamento. Foram produzidos os seguintes documentos em 1992: a) *Mercosul, um review* (junho); b) *O Mercosul & o Sistema BNDES* (agosto); e c) *Argentina: notas preliminares* (outubro).

Indicadores de Competitividade Internacional

Como prosseguimento da primeira etapa deste trabalho, que calculou indicadores para subsidiar o Sistema BNDES frente a questões relativas à política industrial e de comércio exterior, foi desenvolvida metodologia para subsidiar critérios de seleção e análise de empreendimentos, através de indicadores baseados tanto em análise de custos e produtividade quanto de fatores como tempo de entrega, qualidade e inovação tecnológica na determinação das vantagens competitivas, tendo sido publicado o Texto para Discussão *Indicadores de desempenho competitivo ao nível da firma*, realizado com base em consultoria externa, contando para tanto com o apoio do Pnud.

Serviço de Utilidade Pública

O objetivo do estudo é analisar mecanismos financeiros e institucionais que viabilizem investimentos em serviços de utilidade pública, tendo em vista a necessidade de um redesenho das formas de apoio do Sistema BNDES a estas atividades.

Emprego

Foi desenvolvida e publicada uma metodologia para avaliar a geração de empregos diretos e indiretos decorrentes dos desembolsos do Sistema BNDES,

especialmente com recursos do FAT. O trabalho contou com consultoria externa e apoio do Pnud.

Iniciou-se também a avaliação dos impactos da reestruturação industrial no mercado de trabalho, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Foram objeto de análise:

- a redução do nível de emprego decorrente da introdução de novas tecnologias e de métodos gerenciais de produção;
- as mudanças na estrutura da demanda por trabalho;
- as medidas para reduzir custos sociais desta nova estratégia; e
- os ajustamentos necessários nas políticas e procedimentos operacionais do Sistema BNDES, para ensejar sua adaptação a esta nova realidade econômica.

Financiamento do Investimento

Análise do processo de financiamento do investimento em alguns países selecionados, a partir do comportamento do Estado e do setor privado, com relação à captação e aplicação de recursos de longo prazo, tendo sido editado o Texto para Discussão *Considerações sobre o financiamento do investimento em países selecionados: Japão, Alemanha, Itália e México*.

Administração

A Área de Administração continuou a implementar o projeto de busca de eficiência na prestação de serviços e de adequação de produtos às necessidades, sendo utilizados para tanto os conceitos de visão do cliente e de qualidade total.

O trabalho foi desenvolvido a partir de orientações definidas para as áreas de prestação de serviço, recursos humanos e informática. Foram também definidas

prioridades internas para o treinamento gerencial e funcional.

Fator de relevância foi a atuação dos 16 círculos de controle de qualidade (CCQs), os quais aprimoraram uma série de serviços, além de terem permitido a participação e a integração de funcionários envolvidos no processo.

Por outro lado, foram terceirizados os serviços de microfilmagem, inventário e engenharia de projetos, o que permitiu a manutenção de atualização tecnológica dessas atividades, além de liberar recursos humanos para a ponta de negócios.

Há de se destacar a continuidade de implantação do projeto trienal (1992 a 1994) visando dotar o edifício de serviços no Rio de Janeiro com equipamentos mais modernos e instrumental mais atualizado.

Em 1992, o Sistema BNDES, através da Área de Administração, alienou 14 imóveis não-operacionais, incorporados ao seu patrimônio em anos anteriores, principalmente por inadimplência de mutuários, gerando uma arrecadação superior a US\$ 1,5 milhão.

A partir de pesquisas realizadas junto ao corpo funcional e aos clientes do Sistema, delinearam-se as ações que permitirão serem respondidas, com eficiência, as questões levantadas. Assim, foi reformulada a política de recursos humanos, dando-se ênfase à aquisição das competências necessárias ao bom desempenho das atividades profissionais.

Quanto à implantação do plano de informações, conseguiu-se aprimorar a performance e a segurança dos sistemas com as melhorias efetuadas na

infra-estrutura dos equipamentos nas duas plataformas de *hardware*:

- *mainframe* – troca da CPU por uma de maior capacidade, instalação de impressora *laser* e de uma controladora para interligação com a rede de micros; e
- microcomputadores – instalação de redes e renovação de equipamentos com tecnologia mais atualizada.

■ Relações Internacionais

O ano de 1992 foi marcado pela retomada dos empréstimos do BNDES junto ao Eximbank do Japão, após um afastamento de aproximadamente 10 anos entre as duas instituições, tendo sido firmados, em 21.09.92, dois contratos no valor total de US\$ 300 milhões (Cr\$ 3,7 trilhões), sendo US\$ 250 milhões sob a forma de co-financiamento ao contrato BID-602/OC-BR (Programa Multissetorial de Crédito) e US\$ 50 milhões destinados ao Programa Nacional de Controle da Poluição Industrial. Foram também iniciados os entendimentos para a assinatura de novo contrato de empréstimo (que pode vir a ser firmado no início de 1993), no valor de US\$ 100 milhões, visando à importação de equipamentos do Japão.

Ainda em 1992, foi celebrado contrato com o Bird, no valor de US\$ 50 milhões (Cr\$ 620 bilhões), para o Programa Nacional de Controle da Poluição

Industrial, acima citado, em regime de co-financiamento com o Eximbank do Japão.

Dos contratos de empréstimos externos realizados em 1991 (Bird 2831-BR, Bird 3268-BR e BID 602/OC-BR), o BNDES já comprometeu recursos da ordem de US\$ 463 milhões (Cr\$ 5,7 trilhões) e liberou US\$ 260 milhões, dos quais US\$ 160 milhões só em 1992, sendo US\$ 90 milhões para a importação de equipamentos e US\$ 70 milhões para gastos locais, o que beneficiou, diretamente, cerca de 450 empresas.

O orçamento de investimentos do Banco previa ainda a captação em 1992 de recursos no mercado internacional da ordem de US\$ 400 milhões (Cr\$ 5 trilhões). Neste contexto, em maio, o BNDES realizou emissão de *bonds* no euromercado, sob a liderança da Bear, Stearns & Co., no valor de US\$ 100 milhões, com juros fixos de 9,25% a.a. e vencimento para maio de 1995. O BNDES havia optado por concentrar a captação dos US\$ 300 milhões restantes no segundo semestre de 1992, após a conclusão do acordo para a renegociação da dívida externa brasileira junto às instituições financeiras internacionais, no âmbito do Plano Brady, com a perspectiva de redução no custo de emissão dos títulos de empresas brasileiras. Como a renegociação não foi concluída no prazo, a captação ficou adiada para o ano seguinte.

Em articulação com a Secretaria Especial para Assuntos Internacionais (Seain), da Secretaria de Planejamento, o BNDES participou ativamente no recebimento de missões estrangeiras do Japão, México, Itália, Estados Unidos e Alemanha, entre outras.

FINAME A Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tem como objetivo financiar a produção e a comercialização interna de máquinas e equipamentos de fabricação nacional, bem como sua exportação e a importação de equipamentos estrangeiros, além de administrar as operações de processamento automático do BNDES (POC Automático).

■ Forma de Atuação

Sua constituição e forma de atuação foram formuladas e permanentemente mantidas dentro do propósito de trabalhar sempre de acordo com os seguintes princípios:

- com uma estrutura extremamente leve, efetuando rapidamente um grande número de operações com alto padrão de eficiência e eficácia (*agilidade*);
- exclusivamente sob a forma de repasses, por sua rede de agentes financeiros, com mais de uma centena de instituições financeiras ativas, espalhadas por todo o país (*capilaridade*); e
- concedendo aos fabricantes nacionais de máquinas e equipamentos garantia efetiva de comercialização de seus produtos (*confiabilidade*).

■ Programas Operacionais

A FINAME opera com quatro programas básicos de financiamento, compatíveis com as Políticas Operacionais do Sistema BNDES:

- **Programa Automático** – destinado ao financiamento de aquisições isoladas de equipamentos, preponderantemente seriados, ou de curto ciclo de fabricação, apresentando condições de financiamento preestabelecidas;



■ **Programa Especial** – para o financiamento de equipamentos fabricados sob encomenda, de largo ciclo de fabricação e alto conteúdo tecnológico, ou ainda destinados a projetos integrados de grande porte;

■ **Programa Agrícola** – voltado para o apoio específico à aquisição de máquinas e equipamentos para a produção agropecuária ou agroindustrial, com o objetivo de incrementar a produtividade da agricultura nacional; e

■ **Programa Finamex** – criado para o financiamento à exportação de equipamentos nacionais, com o objetivo básico de reduzir substancialmente seus custos de comercialização externa.

O Programa Finamex tem também como objetivo importante viabilizar a captação de recursos externos pelo Sistema BNDES, com a negociação das cambiais ou cartas de crédito representativas das operações de exportação financiadas.

A ação da FINAME no comércio exterior assemelha-se à de uma agência de comércio exterior, se não para todo e qualquer produto, pelo menos para o setor de bens de capital, principalmente ao se agregar a esta atuação a atividade do financiamento às importações de equipamentos, conforme previsto.

Assim, a FINAME vem buscando responder às necessidades do setor produtor de equipamentos, não só dando continuidade à sua reconhecida ação de fomento no mercado interno, como também consolidando um desejado e necessário processo de participação no comércio internacional de bens de capital.

Cadastro Industrial

Por sua responsabilidade como órgão público, a FINAME financia apenas

operações que envolvam equipamentos e fabricantes incluídos no cadastro industrial da Agência, instrumento fundamental para o bom desempenho de suas atividades, bem como para apoiar o Sistema BNDES na implantação de políticas aplicáveis ao setor produtor de bens de capital.

POC Automático

Além dos programas de apoio ao setor de bens de capital, a FINAME administra as operações de processamento automático, através do POC Automático, tradicional programa do BNDES, transferido para a FINAME em face de suas características operacionais.

O programa tem por objetivo financiar pequenas operações, até o valor limite equivalente a US\$ 1 milhão, de empresas privadas, basicamente para novos investimentos fixos, com exceção de equipamentos, e capital de giro associado.

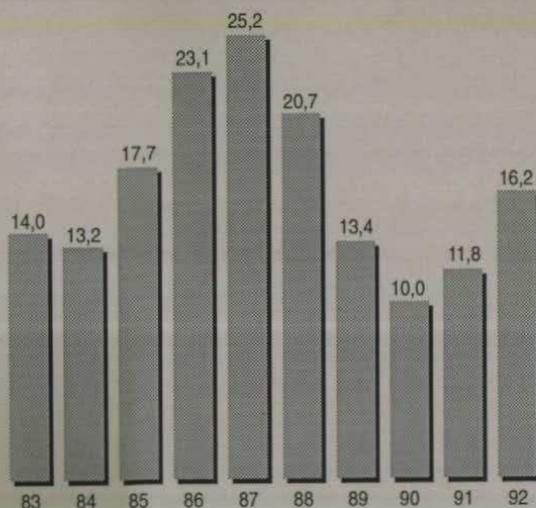
No POC Automático são ainda processadas operações de financiamento a importações isoladas de equipamentos, com recursos externos contratados pelo Banco com o Bird e o BID.

Desempenho Operacional

As liberações da FINAME em 1992 atingiram o expressivo valor de Cr\$ 16.209 bilhões constantes de dezembro corrigidos mês a mês pelo IGP-DI, resultando em aumento real de 37,9% quando comparado com o observado em 1991. Como se vê no Gráfico 1, o crescimento dos dois últimos anos não foi suficiente para recuperar a queda verificada nos desembolsos da Agência entre 1988 e 1990.

Dos desembolsos realizados em 1992, foram destinados 86,8% ao setor privado e 13,2% ao setor público, sinalizando a recuperação deste último em relação ao primeiro, dado que esses percentuais em 1991 foram de 92,1% e de 7,9%, respectivamente.

GRÁFICO 1

**FINAME - Desembolsos -
Evolução entre 1983 e 1992**
Cr\$ Trilhões


A Tabela 24 mostra os resultados das aprovações e liberações da FINAME por programa operacional de forma comparativa nos dois últimos exercícios.

Embora tenham crescido menos, os dois programas tradicionais da FINAME (Automático e Especial) são ainda os de maior participação nas suas liberações, totalizando juntos 73%. Os novos programas (Agrícola e Finamex) tiveram suas participações aumentadas significativamente de 1991 para 1992, conforme se constata no Gráfico 2.

O Programa Automático A, que objetiva apoiar financeiramente as micro e pequenas empresas, participou com 4,9% dos desembolsos globais da Agência, contra 8,8% registrado no ano anterior.

As faixas B e C do Programa Automático, que atendem a empresas de médio e grande portes na compra de máquinas e equipamentos de produção seriada, foram responsáveis por 34,1% das liberações, tendo crescido em valor real 21,1% em relação ao ano anterior.

Tabela 24

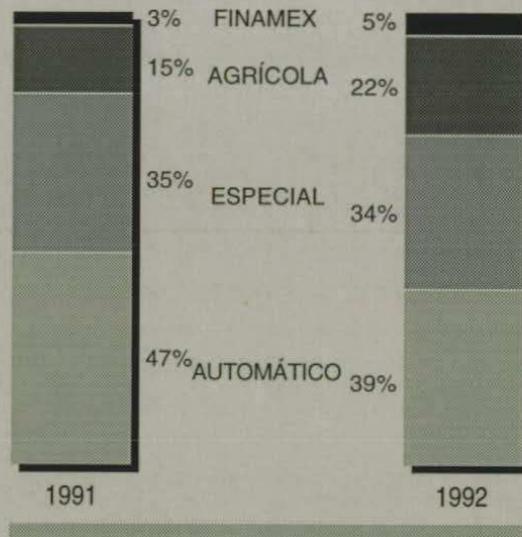
FINAME - Aprovações e Desembolsos segundo os Programas Operacionais
Cr\$ Bilhões Constantes

PROGRAMAS	1991		1992		CRESCIMENTO %
	VALOR	%	VALOR	%	
Aprovações	18.764,7	100,0	21.107,2	100,0	12,5
Especial	6.818,7	36,3	7.322,7	34,7	7,4
Automático	8.662,4	46,2	8.569,2	40,6	-1,1
Agrícola	2.721,8	14,5	4.653,0	22,0	71,0
Finamex	561,8	3,0	562,3	2,7	0,1
Desembolsos	11.750,7	100,0	16.209,0	100,0	37,9
Especial	4.056,9	34,5	5.492,1	33,9	35,4
Automático	5.595,2	47,6	6.326,9	39,1	13,1
Agrícola	1.744,3	14,9	3.604,7	22,2	106,7
Finamex	354,3	3,0	785,3	4,8	121,6

Nota: Valores atualizados para dezembro de 1992 pelo IGP-DI.

GRÁFICO 2

FINAME - Participação dos Programas nos Desembolsos



No Programa Automático, as quatro empresas que mais obtiveram recursos da FINAME pertencem ao setor de bebidas: Cia. Antártica Paulista Ind. Bras. de Bebidas e Conexos, Ind. de Bebidas Antártica do Nordeste S.A., Cervejaria Antártica Niger S.A. e Cebrasp, do Grupo Brahma, que juntas receberam 7,6% das liberações.

No Programa Especial, que respondeu por 33,9% dos desembolsos, obtendo crescimento real de 35,4% em relação a 1991, destaca-se o apoio concedido aos seguintes projetos: as Usinas Hidrelétricas de Xingó, da Chesf, e de Segredo, da Copel; o Metrô do Distrito Federal, no setor de transportes; e as fábricas de papel e celulose da Catarinense e da Papel Simão. Merece ainda destaque a inauguração em 1992 das fábricas de celulose da Bahiasul, da Inpacel e da Celpav, também apoiadas pela FINAME.

O Programa Agrícola alcançou 22,2% das aplicações da Agência em 1992, tendo crescido 106,7% em relação ao ano anterior.

O Finamex participou com 4,8% do total dos desembolsos da FINAME em 1992, lembrando-se que a modalidade pré-embarque foi instituída em 1990 e a pós-embarque somente no final de 1991.

A Tabela 25 mostra o desempenho das aprovações e dos desembolsos da FINAME segundo os ramos de atividade nos dois últimos anos. Nas aprovações, merece destaque a agricultura, que cresceu 79,5% em 1992, comparando-se com o exercício anterior. Nas liberações, todos os segmentos receberam mais recursos da FINAME em 1992 em relação ao ano anterior, sobressaindo-se, dados os seus montantes, a agricultura, com crescimento real de 111,9%, e os serviços, com 58,7%.

Considerando-se a distribuição regional das aplicações, constata-se crescimento da região Centro-Oeste, que passou de 4,1% em 1990 para 8,4% em 1991 e 14,9% no período em análise; a região Sudeste, com 37,1%, esteve muito próxima dos 37,4% obtidos no ano anterior; a região Nordeste teve sua participação reduzida de 21,6% para 15,9%; a região Sul perdeu 1 ponto percentual, ao passar de 29,3% para 28,3% no exercício em análise; e a região Norte teve mais um ano consecutivo de queda, situando-se atualmente em apenas 1,5% sua participação nos desembolsos da FINAME.

Objetivos e Perspectivas

Modernização

Na busca permanente de melhorar sua atuação como principal agente institucional de apoio ao setor produtor de bens de capital, a FINAME está sempre procurando não só desenvolver novos

programas, como também aperfeiçoar seus sistemas e métodos de processamento, de modo a aumentar sua velocidade operacional, sem, no entanto, perder a segurança e a confiabilidade, que lhe são tão características. Neste sentido, importantes trabalhos estão em andamento.

Informatização do Cadastro Industrial

Atendendo a uma necessidade há muito levantada para tratamento do cadastro industrial, deu-se início ao trabalho de desenvolvimento de sistema informatizado e integrado, que engloba os processos de solicitação, recebimento, análise, depuração e arquivamento de informações, bem como o de recuperação dos dados arquivados, no apoio à aprovação de operações ou à elaboração de políticas e estratégias setoriais.

Em sua concepção integral, o sistema prevê inclusive a consulta *on-line*, por teleprocessamento, pelos agentes

financeiros, para responder de imediato às duas perguntas mais importantes relativas à FINAME: "quais fabricantes produzem o equipamento x?" e "quais equipamentos são fabricados pela empresa y?". Está o mesmo em estágio de desenvolvimento dos programas, com seu início de implantação experimental previsto para o segundo trimestre de 1993.

Informatização dos Processos de Aprovação e Liberação

Embora a FINAME já viesse operando com um nível razoavelmente elevado de informatização, face ao sempre crescente volume de operações, torna-se necessária a adoção de procedimentos *on-line*, de forma a incrementar sua agilidade operacional, em função do crescente volume de operações.

Atendendo a antigas e permanentes solicitações de seus clientes, foi verificada a possibilidade de tornar disponíveis as

Tabela 25

FINAME - Aprovações e Desembolsos segundo os Ramos de Atividade Cr\$ Bilhões Constantes

RAMOS DE ATIVIDADE	1991		1992		CRESCIMENTO %
	VALOR	%	VALOR	%	
Aprovações	18.764,7	100,0	21.107,2	100,0	12,5
Indústria de Transformação	8.444,1	45,0	8.382,2	39,7	-0,7
Serviços	7.249,1	38,6	7.502,5	35,6	3,5
Agricultura	2.836,9	15,1	5.091,4	24,1	79,5
Extração de Minerais	234,6	1,3	130,1	0,6	-44,5
Outros	0,0	0,0	1,0	0,0	-
Desembolsos	11.750,7	100,0	16.209,0	100,0	37,9
Indústria de Transformação	6.335,7	53,9	6.722,3	41,5	6,1
Serviços	3.465,2	29,5	5.500,6	33,9	58,7
Agricultura	1.816,3	15,5	3.848,8	23,8	111,9
Extração de Minerais	133,5	1,1	136,4	0,8	2,3
Outros	0,0	0,0	0,9	0,0	-

informações existentes na Agência, *on-line*, via agentes financeiros, numa primeira fase.

O início de funcionamento do sistema está previsto para o segundo semestre de 1993, somente para obtenção de informações, sem a possibilidade de interação dos agentes financeiros com a FINAME, que ainda manteria seus processos tradicionais.

A principal vantagem da implantação deste sistema seria reduzir o congestionamento causado pelas consultas permanentemente efetuadas à Agência, não só por meio de chamadas telefônicas normais, mas também através de visitas pessoais, diminuindo substancialmente o custo dos clientes, por reduzir as despesas, e da FINAME, por possibilitar o aumento da produtividade de seu pessoal, que poderá se dedicar com maior eficácia às suas atividades básicas.

Dando continuidade a este processo, em uma segunda fase, tornada possível com a disseminação das novas tecnologias de processamento e transmissão eletrônicos de dados à distância, está sendo estudado o desenvolvimento de trabalho mais amplo, com o objetivo final de implantar a chamada *operação on-line*, ou seja, a possibilidade de aprovação de operações e de liberação de recursos diretamente, via terminais de computador, reduzindo ao máximo possível a movimentação de documentos.

No momento, seu estágio é o de levantamento dos fluxos e procedimentos em utilização, para melhor avaliação das necessidades de recursos para sua operacionalização.

Tais inovações permitirão acompanhar, com a mesma eficiência e eficácia atual, o ciclo de reposição e atualização dos investimentos em ativos fixos, indispensáveis ao aumento da competitividade da economia e à elevação dos níveis de renda e emprego no país.

Finamex – Objetivos a Longo Prazo

Para que se consolide a atuação do Sistema BNDES, no financiamento e fomento ao comércio exterior, é importante ampliar o escopo do Programa Finamex, bem como incorporar outras funções típicas de instituições oficiais de apoio às exportações, tipo Eximbank, adaptadas às realidades econômica e institucional brasileiras, a fim de que seja firmada de forma permanente e sistemática a imagem do Sistema BNDES também como banco de comércio exterior, tais como:

- financiamento à importação;
- desenvolvimento de mecanismos de *hedge*;
- adoção de fundo de equalização, com o objetivo de reduzir as margens de risco ou combater a concorrência agressiva de outros países;
- ampliação dos mecanismos de garantia;
- implementação de mecanismos adequados de captação de recursos externos; e
- credenciamento de agentes no exterior.

Perspectivas

Retomada Seletiva do Processo de Investimento

Prevê-se no futuro próximo forte elevação da demanda por recursos da FINAME, decorrente da retomada seletiva do processo de investimento produtivo, o qual deverá ser direcionado no sentido de:

- aumentar a produtividade das instalações atuais (trocas de equipamentos, modernização de sistemas de produção etc.);
- recuperar e desenvolver a infra-estrutura econômica nacional, inclusive com maior apoio ao setor privado;
- reduzir a concentração geográfica de novos investimentos, de modo a interiorizar a geração de novos empregos, reduzindo a pressão populacional nos grandes centros;
- obter melhor distribuição dos mesmos por pequenas e médias empresas, buscando alterar a atual distribuição da renda nacional; e
- incrementar o comércio exterior, principalmente de bens industrializados, na procura de maior e mais qualificada inserção do Brasil no mercado internacional.

Todos os pontos indicados acima têm como característica comum gerar uma maior demanda por recursos da FINAME, com relação a equipamentos e ao POC Automático, no que respeita às instalações e montagens derivadas.

Novos Conceitos Operacionais

A adoção de práticas de controle de qualidade permitirá um substancial aumento de produtividade nas atividades da FINAME, o que já está sendo tratado, conforme detalhado acima, mas que deve ser intensificado, com a maior brevidade possível, para que não se caia em um processo de estagnação operacional, por falta de capacidade de atender adequadamente a demanda potencial.

A Questão dos Recursos

De solução relativa mais complexa é o equacionamento dos recursos compatíveis com os atuais níveis de participação financeira, baixos segundo a média

histórica. De fato, no ano de 1992, dito de recessão, a FINAME desembolsou US\$ 1,41 bilhão (44% do Sistema BNDES), somente para bens comercializados no país. Com a inclusão do Finamex e do POC Automático, este montante se eleva para US\$ 1,48 bilhão (45,8%) e US\$ 1,73 bilhão (54,6%), respectivamente. Assim, a definição de novas fontes de captação de recursos constitui preocupação fundamental da Administração Superior do Sistema BNDES e da Agência, para que não haja redução relativa das atividades, destacando-se a intensificação do processo de busca de parceria com outras instituições financeiras, principalmente com os agentes do Sistema BNDES, e o aperfeiçoamento e desenvolvimento de mecanismos de colocação de títulos do BNDES nos mercados nacional e internacional.

■ Conclusão

De acordo com os princípios que nortearam sua criação, a FINAME vem sempre procurando atender às necessidades de seus clientes, sendo permanente a preocupação com o desenvolvimento de novos programas e produtos.

Finalmente, cabe concluir que o bom atendimento prestado a seus clientes primários, embora importante, sempre foi considerado pela FINAME como um meio para atingir o objetivo final: a promoção do desenvolvimento econômico e social do país, através do financiamento de novos ativos fixos produtivos, com o menor custo operacional possível.



BNDESPAR A BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) tem como

missão promover, em articulação com o Sistema BNDES, o desenvolvimento do mercado de capitais, a reestruturação patrimonial da indústria e da área de infra-estrutura com desestatização onde cabível, a capitalização de empresas, especialmente as de tecnologia, e a reciclagem e melhoria dos ativos financeiros do Sistema.

A presença da BNDESPAR no capital social de empresas privadas é, necessariamente, transitória e minoritária. A alienação dos títulos ocorre através de colocação pulverizada das ações no mercado secundário, democratizando o capital da companhia e fortalecendo o mercado de capitais, ou mediante a realização de *block trades* (leilões) em bolsa de valores.

Em dezembro de 1992, o valor da Carteira de Participações Societárias da BNDESPAR alcançava Cr\$ 107 trilhões, equivalentes a US\$ 8,7 bilhões, englobando 146 empresas (159 em 1991) dos setores elétrico, papel e celulose, petróleo, petroquímico, alimentício, eletroeletrônico, têxtil, informática, siderúrgico, metalúrgico, bens de capital, bens de consumo e outros (a lista completa da Carteira de Investimentos da BNDESPAR encontra-se no Anexo 8).

■ Investimentos

Em 1992, a BNDESPAR apoiou, em operações diversas junto ao mercado primário (participações acionárias, subscrições de debêntures e exercícios de direitos) 28 empresas (40 em 1991), cujo montante investido alcançou cerca de

Cr\$ 1.148 bilhões, representando 50% do realizado, em valores reais, no período anterior. A redução do volume desembolsado reflete, principalmente, a política de investimentos que a BNDESPAR vem adotando: "alavancar" maior participação no mercado financeiro privado com um volume mínimo de desembolsos. Atribui-se também o fato à retração que vem experimentando a economia nacional, hoje com níveis de investimento contidos (*Tabela 26*).

Tabela 26

BNDESPAR - Investimentos e Desinvestimentos Cr\$ Bilhões

CARTEIRA	VALOR	%
Investimentos	1.850	100
Mercado Primário	1.150	62
BNDESPAR	995	54
Concap	130	7
Contec	25	1
Mercado Secundário	700	38
BNDESPAR	468	25
Concap	232	13
Desinvestimentos	7.217	100
BNDESPAR	7.119	99
Privatização	4.521	63
Pregão	1.516	21
Leilão Especial	1.007	14
Outros	75	1
Concap	98	1

Obs.: Valores atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

Coube à região Sudeste a parcela mais significativa dos recursos aplicados (73%), além de 14% destinados ao Nordeste e 13% ao Sul. Destacaram-se com atuação mais expressiva os segmentos de papel e celulose (49% dos desembolsos efetutados), elétrico (19%) e bens de consumo (7%).

No mercado secundário, o volume de ações adquiridas em bolsas de valores, no contexto das operações de administração de ativos/proteção das carteiras, alcançou cerca de Cr\$ 700 bilhões, destinando-se 70% à carteira da BNDESPAR e 30% à do Condomínio de Capitalização de Empresa Privada Nacional (Concap), este constituído sob a forma de fundo de investimento fechado, com recursos destinados à aplicação na subscrição de títulos ou à prestação de garantia firme em ofertas públicas.

■ Underwriting

Em 1992, a BNDESPAR, através do BNDES, garantiu 19 das 28 operações de *underwriting* (em emissão de ações) registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), participando como garantidor em cerca de 70% (80% em 1991) do montante total (em 1991 garantiu 36 das 52 emissões).

O valor total de garantia alcançou Cr\$ 243 bilhões, dos quais Cr\$ 144,7 bilhões efetivamente subscritos (58%) e repassados às carteiras administradas pelo Sistema BNDES, assim discriminados: 45% à BNDESPAR, 40% ao Concap, 13% ao Fundo de Participação Social (FPS) e 2% à Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (FAPES).

Embora seja significativa a presença do BNDES nestas operações, o percentual médio de garantia prestada por operação

foi reduzido de 15% em 1991 para 7% em 1992, enquanto o volume de recursos efetivamente desembolsado, decorrente das subscrições exercidas, representou apenas 2% do total das emissões verificadas no ano (8% em 1991), o que também caracteriza a prática de se "alavancar" recursos do mercado financeiro com reduzido nível de desembolsos do Sistema.

Com recursos da linha Finac (Financiamento à Subscrição de Valores Mobiliários), programa destinado ao financiamento de subscrição de valores mobiliários, em distribuição pública, através de bancos de investimento e/ou sociedades corretoras, foram realizadas dez operações, correspondentes a Cr\$ 138 bilhões.

■ Desinvestimentos

Em 1992, foi gerado o montante de Cr\$ 7.119 bilhões (Cr\$ 823 bilhões em 1991), decorrentes de leilões especiais, pregões e privatizações de empresas da carteira da BNDESPAR (Tabela 26), assim discriminados:

■ **Leilões Especiais:** foram efetivadas sete operações, quatro das quais resultaram na alienação da totalidade da participação acionária então mantida pela BNDESPAR, com um valor global apurado de Cr\$ 1.007 bilhões;

■ **Pregões:** realizaram-se 17 eventos, cinco dos quais compreenderam a totalidade da participação acionária, tendo sido apurado um valor global de Cr\$ 1.516 bilhões; e

■ **Privatizações:** dando seqüência ao Programa Nacional de Desestatização (PND), a BNDESPAR promoveu o retorno à iniciativa privada do controle acionário de três empresas de sua carteira, a Copesul, a Fosfértil e a Goiásfértil, apurando um valor global de Cr\$ 4.521 bilhões.

Ainda em relação aos desinvestimentos, a BNDESPAR transferiu à Conepar, por Cr\$ 75 bilhões, a totalidade de sua participação acionária na Metacril, mediante permuta por debêntures emitidas pela Siderbrás.

As alienações de títulos de empresas pertencentes à carteira do Concap alcançaram Cr\$ 98 bilhões. O significativo volume desinvestido em 1992, em comparação ao verificado no ano anterior, decorre, principalmente, da política operacional da BNDESPAR, que consiste em obter maior giro em sua carteira de investimentos, possibilitando a reciclagem de seus recursos. As alienações integrais representaram 76% do resultado total alcançado.

■ **Condomínio de Capitalização de Pequenas Empresas de Base Tecnológica (Contec)**

Tem como objetivo apoiar, de forma diferenciada, a capitalização de empresas nascentes ou em fase de crescimento acelerado de base tecnológica, geralmente controladas por tecnólogos, associados ou não a grupos empreendedores.

No âmbito deste programa, a BNDESPAR realizou, em 1992, operações junto a cinco empresas enquadradas na referida categoria, todas sob a forma de debêntures conversíveis, alocando recursos da ordem de Cr\$ 25,5 bilhões.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 1992

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Notas Explicativas

Parecer dos Auditores Independentes

Demonstrações Contábeis das Subsidiárias

BNDES – Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro

Cr\$ Milhões

ATIVO	BNDES		CONSOLIDADO	
	1992	1991	1992	1991
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	215.174.632	16.146.980	213.881.783	15.776.002
DISPONIBILIDADES	306.241	10.976	306.241	10.976
■ Caixa	1	14	1	14
■ Depósitos bancários	306.231	10.280	306.231	10.280
■ Reservas livres	9	682	9	682
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6.085.370	136.202	6.085.370	136.202
■ Aplicações no mercado aberto - país	6.085.370	136.202	6.085.370	136.202
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	20.933.217	942.744	25.348.033	1.141.137
■ Debêntures	5.799.825	560.589	7.808.232	714.370
■ Letras Financeiras do Tesouro	1.527.926	30.648	1.527.926	30.648
■ Dívidas vencidas regularizadas - DVRs	10.817.431		10.817.431	
■ Participação no Concap e Contec			824.222	30.359
■ Ações vinculadas a recompra e outros	2.966.426	364.426	4.548.613	378.679
■ Provisão para perdas com títulos e valores mobiliários	(178.391)	(12.919)	(178.391)	(12.919)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	273.718	35.958	273.718	35.958
■ Créditos vinculados - Banco Central	273.718	35.958	273.718	35.958
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	177.272.605	14.048.380	167.074.291	13.328.209
■ Financiamentos e repasses	178.847.389	14.119.580	169.174.652	13.484.679
■ Financiamentos agroindustriais	464	780	464	780
■ Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.575.248)	(124.281)	(2.100.825)	(209.551)
■ Operações de crédito de liquidação duvidosa	21.901.869	1.428.515	24.567.774	1.437.798
■ Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.066.146)	(349.350)	(10.400.743)	(358.616)
■ Rendas a apropriar	(13.835.723)	(1.026.864)	(14.167.031)	(1.026.881)
CRÉDITOS PERANTE O TESOURO NACIONAL	7.256.877	557.241	11.447.309	563.516
■ Decretos-Leis 1.452/76 e 1.679/79	6.449.588	492.878	6.449.588	492.878
■ Créditos fiscais	807.289		4.997.721	70.638
■ Outros		64.363		
OUTROS CRÉDITOS	3.035.611	415.346	3.335.828	559.273
■ Avais e fianças honrados	544.109	57.421	567.728	59.217
■ Rendas a receber	228.426	39.589	228.426	39.589
■ Operações da carteira de câmbio	1.953.181	189.404	1.953.181	189.404
■ Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.387)	(569)	(5.623)	(587)
■ Operações de crédito de liquidação duvidosa	1.337.387	113.593	1.337.387	113.593
■ Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.505)	(19.221)	(24.505)	(19.221)
■ Rendas a apropriar	(1.312.882)	(94.372)	(1.312.882)	(94.372)
■ Valores à ordem do Bacen - Lei 8.024/90		107.685		241.000
■ Diversos	315.282	21.816	592.116	30.650
OUTROS VALORES E BENS	10.993	133	10.993	731
■ Outros valores e bens	825	121	825	121
■ Despesas antecipadas	10.168	12	10.168	610
PERMANENTE	93.926.367	5.838.064	101.298.045	6.561.083
INVESTIMENTOS	92.551.575	5.720.843	99.923.253	6.443.862
IMOBILIZADO DE USO	1.374.792	117.221	1.374.792	117.221
■ Custo corrigido	2.007.847	162.454	2.007.847	162.454
■ Depreciações acumuladas	(633.055)	(45.233)	(633.055)	(45.233)
TOTAL DO ATIVO	309.100.999	21.985.044	315.179.828	22.337.085

62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PRESIDENTE
Antonio Barros de Castro

VICE-PRESIDENTE
Alexis Stepanenko

DIRETOR
Fabio Stefano Erber

DIRETOR
Guilherme Leite da Silva Dias

BNDES – Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro

Cr\$ Milhões

PASSIVO	BNDES		CONSOLIDADO	
	1992	1991	1992	1991
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	207.862.746	15.412.003	213.941.575	15.764.044
DEPÓSITOS	865.914	95.683	836.832	94.948
■ Depósitos a prazo	287.961	29.050	287.961	29.050
■ Depósitos vinculados	382.509	53.400	500.616	56.243
■ Outros	195.444	13.233	48.255	9.655
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	79.701.433	4.878.427	79.701.433	4.878.427
■ Empréstimos no país	73.767.312	4.219.641	73.767.312	4.219.641
■ Empréstimos no exterior	5.934.121	658.786	5.934.121	658.786
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	120.759.502	9.775.937	120.759.557	9.723.694
■ No país	106.539.314	8.573.488	106.539.369	8.521.245
■ No exterior	14.220.188	1.202.449	14.220.188	1.202.449
OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.535.897	661.956	12.643.753	1.066.975
■ Operações da carteira de câmbio	1.925.407	189.090	1.925.407	189.090
■ Administrativas e tributárias	648.836	3.217	2.377.371	41.466
■ Vinculados ao Tesouro Nacional	2.429.772	211.368	2.429.772	211.368
■ Imposto de renda diferido			4.006.447	325.896
■ Provisão para contingências trabalhistas	837.921	127.615	1.142.564	162.869
■ Outras	693.961	130.666	762.192	136.286
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	101.238.253	6.573.041	101.238.253	6.573.041
■ Capital – de domiciliados no país	3.835.220	331.637	3.835.220	331.637
■ Correção monetária do capital realizado	43.313.523	3.503.583	43.313.523	3.503.583
■ Reservas de capital	39.519.312	1.746.651	39.519.312	1.746.651
■ Reservas de reavaliação	2.845.101	776.263	2.845.101	776.263
■ Reservas de lucros	2.104.878	47.035	2.104.878	47.035
■ Lucros acumulados	9.620.219	167.872	9.620.219	167.872
TOTAL DO PASSIVO	309.100.999	21.985.044	315.179.828	22.337.085



DIRETOR
José Mauro Mettrau Carneiro da
Cunha

DIRETOR
Sérgio Zendron

SUPERINTENDENTE DA ÁREA
FINANCEIRA E INTERNACIONAL
Isac Roffé Zagury

CHEFE DO DEPARTAMENTO
DE CONTABILIDADE
Luiz Fernando Júlio
Contador - CRC-RJ 15.075-5

BNDES – Demonstração do Resultado

Cr\$ Milhões

	SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992		EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992		EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991	
	BNDES	CONSOLIDADO	BNDES	CONSOLIDADO	BNDES	CONSOLIDADO
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	64.356.197	101.971.453	78.788.347	125.236.437	5.799.726	6.288.095
■ Operações de crédito - financiamentos e repasses - moeda nacional e estrangeira	57.315.837	91.349.246	70.415.607	112.356.131	5.511.719	5.706.907
■ Resultado de aplicações em títulos e valores mobiliários	5.522.337	8.427.412	6.423.025	10.133.798	138.254	311.014
■ Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	570.382	670.610	708.621	829.972	55.275	155.188
■ Rendas com administração de fundos e programas	627.461	1.204.005	833.432	1.508.874	63.731	84.239
■ Créditos vinculados ao Bacen	320.180	320.180	407.662	407.662	30.747	30.747
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(81.270.520)	(83.356.905)	(98.783.738)	(101.284.125)	(5.698.081)	(6.031.460)
■ Captação no mercado - financiamentos e repasses - moeda nacional e estrangeira	(69.851.206)	(68.401.214)	(85.675.679)	(83.069.411)	(5.117.596)	(5.068.869)
■ Despesas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(1.745.829)	(2.164.745)	(2.218.404)	(3.113.169)	(181.008)	(450.406)
■ Despesas de títulos e valores mobiliários	(1.454.874)	(1.923.470)	(1.679.718)	(3.073.452)	(36.205)	(113.068)
■ Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8.218.611)	(10.867.476)	(9.209.937)	(12.028.093)	(363.272)	(399.117)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(16.914.323)	18.614.548	(19.995.391)	23.952.312	101.645	256.635
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	715.592	732.148	(376.384)	619.249	(52.144)	(202.644)
■ Resultado com equivalência patrimonial	2.222.816	66.886	1.753.560	607.517	960	(95.615)
■ Ganhos com variação de participação		2.531.009		2.531.009		
■ Resultado da carteira de câmbio	24.044	24.044	33.431	33.431	1.401	1.401
■ Outras receitas operacionais	510.726	527.719	671.582	693.422	175.321	176.799
■ Créditos fiscais - imposto de renda - Lei 8.200/91		151.616		298.328		
■ Créditos fiscais - imposto de renda sobre resultado		431.614		789.598		
■ Despesas com depósitos	(782.011)	(781.902)	(888.388)	(887.571)	(25.765)	(25.458)
■ Provisão para contingências trabalhistas	(657.648)	(889.167)	(1.098.166)	(1.518.873)	(113.468)	(144.965)
■ Despesas tributárias	(9.099)	(468.906)	(29.922)	(814.149)	(11.662)	(40.213)
■ Pessoal	(373.658)	(523.494)	(441.856)	(618.809)	(30.634)	(39.687)
■ Outras despesas administrativas	(219.578)	(337.271)	(376.625)	(494.654)	(48.297)	(34.906)
RESULTADO OPERACIONAL	(16.198.731)	19.346.696	(20.371.775)	24.571.561	49.501	53.991
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	(309.824)	(1.132.320)	(309.757)	(1.251.037)	33.375	33.385
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇO	18.546.652	(16.176.279)	22.208.184	(21.789.923)	(256.724)	(243.980)
RESULTADO DO PERÍODO ANTES DOS IMPOSTOS	2.038.097	2.038.097	1.526.652	1.530.601	(173.848)	(156.604)
■ Imposto de renda federal				(3.761)		(16.424)
■ Imposto de renda estadual				(188)		(820)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.038.097	2.038.097	1.526.652	1.526.652	(173.848)	(173.848)
■ Número de ações	3.508.935.500		3.508.935.500		3.508.935.500	
■ Lucro (prejuízo) líquido por ação - Cr\$	580,83		435,08		(49,54)	

BNDES – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Cr\$ Milhões

	CAPITAL REALIZADO E ATUALIZADO		ESPECIAL DE CONTROLADA (LEI 8.200/91)	OUTRAS	RESERVA DE REAVALIAÇÃO EM CONTROLADAS E COLIGADAS	RESERVA DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL REALIZADO	CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL REALIZADO				LEGAL	LUCROS A REALIZAR		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990 (ajustado pelos efeitos da Lei 8.200/91)	35.089	629.796		302.805	79.534	8.154	145.967	(96.428)	1.104.917
AUMENTO DE CAPITAL									
■ Por incorporação de reserva	296.548	(296.548)							
REAVALIAÇÃO DE BENS EM EMPRESAS INVESTIDAS									
■ Constituição					409.385				409.385
■ Realização					(9.327)			9.327	
■ Outros ajustes					(68.313)			32.995	(35.318)
DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS								(3.637)	(3.637)
REVERSÃO DE RESERVA DE LUCROS A REALIZAR							(839.856)	839.856	
CORREÇÃO MONETÁRIA		3.170.335		1.443.846	364.984	38.881	693.889	(440.393)	5.271.542
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								(173.848)	(173.848)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991	331.637	3.503.583		1.746.651	776.263	47.035		167.872	6.573.041
AUMENTO DE CAPITAL									
■ Capitalização da correção monetária	3.503.583	(3.503.583)							
OUTROS EVENTOS									
■ Reserva especial de controlada			(10.376.272)	450.530	(130.868)			26.907	(10.029.703)
■ Constituição			2.354.557						2.354.557
■ Reversão			130.868		(130.868)				
■ Ajuste por equivalência patrimonial			(94.927)	61.627				26.907	(6.393)
■ Baixa por venda			(123.294)	123.294					
■ Transferências			(265.609)	265.609					
■ Ajuste de investimento em controlada decorrente de recálculo de deságio em sua investida (Nota 6)			(12.377.867)						(12.377.867)
RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE CONTROLADAS			14.347		(1.671.918)			678.375	(979.196)
■ Constituição					119.831				119.831
■ Baixa por venda					(102.646)			102.646	
■ Reversão para investimentos					(385.640)				(385.640)
■ Ajustes por equivalência patrimonial					(469.751)			469.751	
■ Reversão da correção especial					(105.978)			105.978	
■ Impostos e contribuições - CVM 189/92					(713.387)				(713.387)
■ Transferências			14.347		(14.347)				

continua



	CAPITAL REALIZADO E ATUALIZADO		ESPECIAL DE CONTROLADA (LEI 8.200/91)	OUTRAS	RESERVA DE REAVALIAÇÃO EM CONTROLADAS E COLIGADAS	RESERVA DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL REALIZADO	CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL REALIZADO				LEGAL	LUCROS A REALIZAR		
CORREÇÃO MONETÁRIA		43.313.523	27.467.507	20.216.549	3.871.624	531.191		8.382.539	103.782.933
EFEITO PROVENIENTE DE CONTROLADA - LEI 8.200/91								364.526	364.526
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								1.526.652	1.526.652
DESTINAÇÃO DO RESULTADO						76.332	1.450.320	(1.526.652)	
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL						76.332		(76.332)	
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR							1.450.320	(1.450.320)	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992	3.835.220	43.313.523	17.105.582	22.413.730	2.845.101	654.558	1.450.320	9.620.219	101.238.253
EM 30 DE JUNHO DE 1992	3.835.220	9.448.017	8.405.544	5.988.131	1.157.295	162.904		1.731.841	30.728.952
RESULTADO DO 1º SEMESTRE DE 1992 - AJUSTE								357.983	357.983
OUTROS EVENTOS									
■ Reserva especial de controlada			(12.723.942)	494.599				(149.440)	(12.378.783)
■ Constituição			(916)						(916)
■ Ajuste por equivalência patrimonial			(68.019)	68.019					
■ Baixa por venda			(11.531)	160.971				(149.440)	
■ Transferências			(265.609)	265.609					
■ Ajuste de investimentos em controlada decorrente de recálculo de deságio em sua investida (Nota 6)			(12.377.867)						(12.377.867)
RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE CONTROLADAS			14.347		(1.010.314)			415.949	(580.018)
■ Constituição					65.422				65.422
■ Baixa por venda					(68.151)			68.151	
■ Ajustes por equivalência patrimonial					(347.798)			347.798	
■ Impostos e contribuições - CVM 189/92					(645.440)				(645.440)
■ Transferências			14.347		(14.347)				
CORREÇÃO MONETÁRIA		33.865.506	21.409.633	15.931.000	2.698.120	415.322		6.699.706	81.019.287
EFEITO PROVENIENTE DE CONTROLADA - LEI 8.200								52.735	52.735
RESULTADO DO 2º SEMESTRE DE 1992								2.038.097	2.038.097
DESTINAÇÃO DO RESULTADO						76.332	1.450.320	(1.526.652)	
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL						76.332		(76.332)	
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR							1.450.320	(1.450.320)	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992	3.835.220	43.313.523	17.105.582	22.413.730	2.845.101	654.558	1.450.320	9.620.219	101.238.253

BNDES – Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

Cr\$ Milhões

	BNDES			CONSOLIDADO
	SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992
ORIGENS DE RECURSOS	142.338.819	178.781.915	13.777.069	232.887.290
DAS OPERAÇÕES				
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO	2.038.097	1.526.652	(173.848)	1.526.652
DESPESAS (RECEITAS) QUE NÃO AFETAM AS DISPONIBILIDADES	(11.873.619)	(13.628.733)	1.226.107	34.754.280
■ Ajuste de correção monetária - Lei 8.200/91			490.455	
■ Correção monetária de balanço	(18.546.652)	(22.208.184)	256.724	21.789.923
■ Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.218.611	9.209.937	363.272	12.028.093
■ Provisão para contingências trabalhistas	657.648	1.098.166	113.468	1.518.873
■ Resultado de participação em coligadas e controladas	(2.222.816)	(1.753.560)	(960)	(607.517)
■ Depreciação e outras	19.590	24.908	3.148	24.908
DE TERCEIROS	152.174.341	190.883.996	12.724.810	196.606.358
■ Aumento líquido nos recursos repassados para aplicação	87.319.937	110.783.237	8.142.717	110.983.563
■ Aumento líquido nas obrigações por empréstimos	60.474.588	74.634.791	4.001.077	74.823.006
■ Aumento líquido nas demais contas de passivo	4.379.816	5.465.968	581.016	10.799.789
APLICAÇÕES DE RECURSOS	142.098.401	178.486.650	13.767.252	232.592.025
■ Aumento líquido em créditos por financiamentos e repasses	111.591.294	142.457.261	11.665.908	165.721.875
■ Aumento líquido nos créditos perante o Tesouro Nacional	5.339.067	6.703.270	438.961	10.883.793
■ Aumento líquido em aplicações interfinanceiras de liquidez	4.407.424	5.949.168	90.591	5.949.168
■ Aumento líquido nas demais contas de ativo	20.239.604	22.852.728	1.231.446	27.231.473
■ Aumento do ativo permanente	521.012	524.223	336.709	22.805.716
■ Dividendos distribuídos			3.637	
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	240.418	295.265	9.817	295.265
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA				
■ Início do exercício	65.823	10.976	1.159	10.976
■ Fim do exercício	306.241	306.241	10.976	306.241
■ Aumento das disponibilidades	240.418	295.265	9.817	295.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de Dezembro de 1992 e 1991

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Histórico

O BNDES foi criado, em 20.06.52, pela Lei 1.628, como Autarquia Federal.

Posteriormente, com a Lei 5.662, de 21.06.71, e o Decreto 68.786, de 21.06.71, foi transformado em empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional.

1.2 Objetivos e atuação

A atribuição básica do Banco é apoiar empreendimentos prioritários ao desenvolvimento da economia brasileira, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

A ação financiadora do BNDES objetiva alocar os recursos à sua disposição de forma a garantir o maior e melhor impacto possível sobre o desenvolvimento nacional, promovendo crescimento da produção de bens e serviços, modernização e capacitação tecnológicas, geração de empregos e ampliação da gama de produtos competitivos no mercado externo.

Essa característica sempre exigiu do BNDES uma visão dinâmica das questões econômicas brasileiras e identificação permanente dos problemas estruturais e dos pontos de estrangulamento a serem superados, bem como de setores-chave para aplicação de recursos.

O BNDES atende a uma demanda que se distribui por amplo leque de atividades: a) no que se refere aos empreendimentos industriais, apóia praticamente todos os seus segmentos; b) na infra-estrutura, apóia prioritariamente os sistemas de transporte e armazenagem, telecomunicação, geração, transmissão e conservação de energia, incluindo-se ainda a infra-estrutura econômica e social de complexos e grandes projetos industriais; c) desenvolvimento agrícola, apoiando, entre outros, a empresa rural e mecanização

agrícola; d) construção naval; e) comércio e serviços; f) comercialização de máquinas e equipamentos; g) proteção ao meio ambiente; h) desenvolvimento tecnológico; e i) fortalecimento do mercado de capitais e participação acionária.

Atento à necessidade de promover redução dos desequilíbrios regionais, o BNDES oferece condições financeiras diferenciadas e mais favorecidas para micro, pequenas e médias empresas localizadas nas regiões menos desenvolvidas do país. O atendimento a estas empresas se dá através de ampla rede de agentes financeiros locais, via repasses de recursos.

O BNDES pode conceder apoio financeiro a:

a) empresas privadas sediadas no país cujo controle efetivo seja exercido, direta ou indiretamente, por pessoa física ou grupo de pessoas físicas domiciliadas ou residentes no país e nas quais o poder de decisão esteja assegurado, em instância final, à maioria do capital votante representado pela participação societária nacional;

b) entidades do setor público ou por estas, direta ou indiretamente, controladas;

c) pessoas físicas domiciliadas e residentes no país. Neste caso, exclusivamente sob a forma de:

■ financiamento a acionista, por ocasião de subscrição de capital;

■ financiamento ao produtor rural;

■ financiamento a armadores, com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM);

d) pessoas jurídicas de direito privado sediadas no país cujo controle seja exercido, direta ou indiretamente, por pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, desde que o BNDES disponha de recursos captados no exterior para essa finalidade ou, nos termos da legislação vigente, o Poder Executivo autorize a concessão de colaboração financeira.

A partir de janeiro de 1984, passou a exercer as funções de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota da marinha mercante nacional.

Em 03.10.88, com o Decreto 96.905, assumiu as atribuições da Secretaria Executiva do

Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), prestando apoio técnico, administrativo e de pessoal.

Foi designado gestor do Fundo Nacional de Desestatização, pelo Decreto 99.464, de 16.08.90, desempenhando as atribuições definidas na Lei 8.031, de 12.04.90, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização.

1.3 Meios operacionais

O BNDES é uma empresa pública vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República e opera das formas seguintes:

- diretamente, através da alocação de recursos ou prestação de garantias a empreendimentos ou operações de maior porte;
- indiretamente, através de repasses de recursos para uma ampla rede de agentes, formada pelos bancos comerciais (privados e públicos), bancos múltiplos e de investimento e bancos federais, regionais e estaduais de desenvolvimento. Essa rede, que atinge todas as regiões do país, atua principalmente em iniciativas de alcance local, geralmente vinculadas à expansão do segmento das micro, pequenas e médias empresas;
- em consórcio, através da participação conjunta do BNDES com seus agentes financeiros, visando não só minimizar riscos, mas sobretudo diversificar as fontes de recursos para os projetos apoiados.

1.4 Fontes de recursos

Além dos recursos próprios, o BNDES opera com as seguintes fontes:

a) *Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)*

Na proporção de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) de sua arrecadação.

b) *Fundo de Participação PIS/Pasep*

A partir da promulgação da Constituição Federal, em 05.10.88, não há mais arrecadação e entrada de recursos novos para o Fundo. Em consequência, o Banco tem operado com o retorno e rendimentos resultantes de: a) aplicações em investimentos; b) carteira de ações do Fundo de Participação Social (FPS); e c) outros valores mobiliários negociados em Bolsa de Valores.

c) *Captação de recursos no mercado externo*

Representado pela contratação de linhas de crédito junto a organismos financeiros internacionais, bem como lançamento de títulos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do BNDES foram elaboradas de conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas do Banco Central do Brasil (Bacen).

A demonstração do resultado observa os critérios estabelecidos pela Circular Bacen 2.224, de 03.09.92.

Tendo em vista que o ciclo operacional do BNDES tem duração maior que o exercício social, o ativo e o passivo, circulante e de longo prazo, são apresentados em conjunto.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as do BNDES e as de suas controladas (FINAME e BNDESPAR) indicadas na Nota 6. Visando possibilitar a comparabilidade, foram também confeccionados o balanço patrimonial e a demonstração de resultado relativos ao exercício de 1991.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Consolidação

No processo de consolidação são eliminados os saldos de contas, as transações entre as empresas, os investimentos da controladora contra o patrimônio líquido das controladas (BNDESPAR e FINAME), não havendo resultados não realizados de transações intersociedades.

b) Regime de apuração do resultado

O BNDES utiliza o regime de competência para registro de suas operações.

c) Correção monetária

Os efeitos inflacionários sobre o ativo permanente, patrimônio líquido e contratos de mútuo são baseados na variação de índices oficiais, tendo utilizado a variação do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF) para o mês findo em 31 de janeiro de 1991, a variação do Fator de Atualização Patrimonial (FAP) a partir daquela data até 31 de dezembro de 1991 e a

variação da Unidade Fiscal de Referência (UFIR) para o exercício de 1992 (ver Nota 11).

De conformidade com a Circular 2.224/92 do Banco Central do Brasil, o montante decorrente da correção monetária do prejuízo apurado no 1º semestre de 1992 foi excluído de forma a não produzir qualquer efeito no resultado do exercício de 1992.

d) Ativos/Passivos circulantes e a longo prazo

Títulos vinculados ao mercado aberto

Registrados ao custo acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

Créditos e obrigações por empréstimos, financiamentos e repasses

Esses ativos e passivos incorporam seus respectivos encargos financeiros acumulados, assim como as correções monetárias e variações cambiais a que estão sujeitos, em conformidade com índices, taxas cambiais e condições contratuais.

Em decorrência das características operacionais do BNDES, não foram segregados os ativos e passivos circulantes e de longo prazo. Entretanto, as Notas 5 e 7 apresentam a decomposição dessas carteiras por vencimento.

Provisão para perdas

Quando aplicáveis, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O BNDES considerou para determinação do montante desta provisão os seguintes aspectos: a análise das operações de crédito em aberto; os riscos específicos e globais apresentados em cada carteira; as operações vencidas em fase final de renegociação; sua experiência e a atual conjuntura econômica.

Assim sendo, a Administração entende que o valor consignado no Balanço é suficiente para cobrir todas as perdas esperadas na realização dos créditos por empréstimos e financiamentos.

e) Carteira de câmbio

De acordo com a Circular 2.106 do Banco Central do Brasil, de 20 de dezembro de 1991, os compromissos por compra e venda de câmbio passaram a ser contabilizados em contas patrimoniais.

Câmbio comprado e vendido a liquidar são demonstrados pelo seu valor histórico e a atualização cambial dos contratos de compra e venda a liquidar (câmbio futuro) são registrados nas contas respectivas.

f) Ativo permanente

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente, combinado com os seguintes aspectos:

Investimentos

■ Avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas (BNDESPAR e FINAME) e coligadas, pelo método de equivalência patrimonial, ajustando-os na proporção da participação do BNDES no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas (Nota 6).

Outros investimentos

■ Quando aplicável, os investimentos avaliados ao custo corrigido, estão reduzidos de provisão para perdas.

Imobilizado

■ Depreciado pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens (imóveis de uso - 4%; veículos e sistema de processamento de dados - 20%; outros bens - 10%).

4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Segue resumo dos eventos relativos às operações de créditos de liquidação duvidosa:

	Cr\$ Milhões	
	SEMESTRE FINDO EM 31.12.92	EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.92
Saldos no início dos períodos	5.717.709	1.428.515
Transferência para créditos em liquidação	8.911.053	9.568.867
Variação monetária e cambial	14.633.003	18.110.228
Encargos	826.344	981.359
Recuperação de créditos	(8.186.240)	(8.187.100)
Saldos em 31 de dezembro de 1992	21.901.869	21.901.869
Setor público		16.331.547
Setor privado		5.570.322
		21.901.869

5. CRÉDITOS A RECEBER POR EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E REPASSES

Os empréstimos, financiamentos e repasses a receber, por ano de vencimento, estão demonstrados a seguir:

	Cr\$ Milhões
	EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992
Vencido	2.860.428
1993	23.268.639
1994	23.629.517
1995	21.603.851
Após 1995	107.485.418
Total	178.847.853

6. INVESTIMENTOS

	Cr\$ Milhões	
	EM 31 DE DEZEMBRO	
	1992	1991
Em controladas	88.639.905	5.426.052
■ Valor patrimonial	78.101.690	4.719.835
■ Para futuro aumento de capital	10.538.215	706.217
Em coligadas pelo valor patrimonial	1.270.292	44.994
Em outras empresas	1.868.370	161.565
Em outros investimentos	773.008	88.232
Total dos investimentos	92.551.575	5.720.843

A Companhia refletiu na conta de investimento da BNDESPAR o ajuste procedido, em 31.12.92, por esta controlada, no valor do deságio de sua coligada Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), retroagindo seu efeito às datas das aquisições desse investimento (30.06.87, 31.12.87 e 30.04.88) em razão da constituição, pela Eletrobrás, da reserva especial (Lei 8.200/91, art. 2º), decorrente do recálculo da correção monetária do ativo permanente, pelo INPC, a partir do ano de 1979.

Referido ajuste propiciou um acréscimo de Cr\$ 12.377.867 milhões no valor do deságio na BNDESPAR, com a conseqüente redução dos montantes da reserva especial, no patrimônio líquido e dos investimentos no ativo permanente do BNDES.

As ações ou cotas representativas das participações societárias do Sistema BNDES nas empresas a seguir relacionadas encontram-se depositadas no Fundo Nacional de Desestatização em 31 de dezembro de 1992, de acordo com a Lei 8.031, de 12.04.90, e em consonância com o Programa Nacional de Desestatização (PND):

- Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa);
- Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer);
- Mineração Caraíba Ltda.; e
- Rede Ferroviária Federal S.A.

Empresas investidas	Data-base	Cr\$ milhões		Quantidades (mil ações)	Resultado da equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial com reflexo no patrimônio líquido			Cr\$ milhões		
		Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício			c) Reserva de reavaliação	d) Reserva especial (Lei 8.200/91)	e) Lucros acumulados	f) Outras reservas	Valor contábil do investimento em 31.12.92	Valor contábil do investimento em 31.12.91
Controladas											
■ Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (a) e (b)	31.12.92	2.936.186	(2.156.016)	589.580	(2.124.085)					2.936.186	411.617
■ BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (a) e (b)	31.12.92	75.165.504	4.010.082	53.298	4.010.082	c) (979.195)	d1) 2.354.557	f) 305.788		75.165.504	4.308.218
						d2) (12.384.260)					
					1.885.997	(11.008.898)	305.788			78.101.690	4.719.835
Coligadas											
■ Cia. Florestal MonteDourado (b)	31.10.92	6.074.969	(150.708)	315.017	(132.437)			e) 58.738		1.270.197	44.994
■ Outras										95	
					(132.437)			58.738		1.270.292	44.994
Total					1.753.560	(11.008.898)	364.526			79.371.982	4.764.829

(a) Demonstrações contábeis auditadas pela Trevisan Auditores Independentes.
 (b) Percentagem de participação - 100%, 100% e 18,81%, respectivamente.

7. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Os empréstimos e repasses, por ano de vencimento, estão discriminados a seguir:

	Cr\$ Milhões		
	EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992		
	CONTRAÍDAS NO PAÍS	CONTRAÍDAS NO EXTERIOR	TOTAL
1993	981.244	4.460.464	5.441.708
1994	902.417	3.251.601	4.154.018
1995	753.299	3.126.583	3.879.882
Após 1995:			
PIS/Pasep	105.290.494		105.290.494
FAT	63.793.796		63.793.796
Outros	8.585.376	9.315.661	17.901.037
	180.306.626	20.154.309	200.460.935

A devolução dos recursos do Fundo PIS/Pasep, que montam em 31 de dezembro de 1992 a Cr\$ 105.290.494 milhões, obedece a um cronograma que é fixado anualmente pelo Conselho Diretor do Fundo.

Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cujo montante em 31 de dezembro de 1992 é de Cr\$ 63.793.796 milhões, são repassados ao BNDES sob a forma de empréstimo, cuja exigibilidade está vinculada às eventuais insuficiências de recursos para pagamento do abono salarial e seguro-desemprego. A remuneração creditada pelo Banco corresponde à variação da taxa referencial, acrescida de juros de 6% ao ano, por decisão do Codefat. A forma de liquidação desse empréstimo encontra-se definida no art. 7º da Lei 8.019/90.

As demais obrigações a pagar estão sujeitas à correção monetária ou variação cambial e juros que variam de 1% a 11,6% ao ano. O prazo máximo de vencimento está estipulado para o ano de 2012. Certas obrigações com agentes internacionais são garantidas pelo Governo Federal.

8. CONTINGÊNCIAS

a) O Banco está compromissado a liberar recursos financeiros na modalidade de financiamentos aos empreendimentos contratados diretamente ou através de agentes financeiros.

b) O Banco obriga-se a garantir aos recursos do Fundo de Participação PIS/Pasep taxa

mínima de juros de 3,5% ao ano, acima da Taxa Referencial (TR).

c) O Banco concede garantias em nome próprio ou como agente do Tesouro Nacional a empresas nacionais, inclusive àquelas investidas, em conexão com operações de crédito contratadas com instituições financeiras ou fornecedores estrangeiros. Tais garantias são amparadas por contragarantias reais e/ou pessoais.

9. IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE A RENDA

Em junho, o BNDES não constituiu provisão para imposto de renda (federal e estadual) e provisionou Cr\$ 16.944 milhões de contribuição social, por não haver previsão legal de aproveitamento da base negativa apurada em 1991.

Para o 2º semestre findo em 31 de dezembro de 1992, apurou prejuízo fiscal para o imposto de renda e base negativa para a contribuição social.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito está representado por 3.508.935.500 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal. Em 13 de abril de 1992 foi aprovada a incorporação da reserva de correção monetária ao capital realizado, elevando-o para Cr\$ 3.835.220 milhões.

11. RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇO

Nos termos do item "e" do parágrafo I do art. 4º do Decreto 332, de 04.11.91, o BNDES passou a classificar a atualização monetária dos contratos financeiros de mútuo, correspondente à variação do valor da UFIR, na conta representativa da Correção Monetária do Balanço, cuja composição se apresenta como segue:

	Cr\$ Milhões	
	SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992
Ativo permanente	75.540.047	96.479.799
Patrimônio líquido	(81.019.287)	(103.782.933)
Contratos de mútuo	24.025.892	29.511.318
	18.546.652	22.208.184

A diferença entre as variações do valor do indexador aplicável aos contratos e da UFIR, se positiva ou negativa, é registrada como variação monetária na conta própria de receita ou despesa operacional. Os juros contratuais são classificados como receita da espécie.

12. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

A maior remuneração, incluindo benefícios pagos pelo BNDES (base dezembro de 1992) a seus diretores, foi Cr\$ 113.021 mil, enquanto que a maior, a menor e a média pagas aos seus empregados foi Cr\$ 94.184 mil, Cr\$ 3.802 mil e Cr\$ 32.718 mil, respectivamente.

13. FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES - FAPES

A FAPES é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A FAPES tem plano de benefício definido e regime atuarial de capitalização para financiamento dos benefícios.

A FAPES, que desde sua criação até 1985 manteve uma situação superavitária, vem apresentando, a partir de 1986, insuficiência técnica.

Os patrocinadores devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pelo plano de custeio, conforme o estabelecido no Estatuto da Fundação.

A insuficiência apurada em 31 de dezembro de 1992 foi de Cr\$ 1.461.410 milhões, equivalentes a 24,6% do total das Reservas Matemáticas da FAPES, cuja reavaliação atuarial foi procedida por atuário independente, com base nos dados de setembro. O atual nível de insuficiência pode, em princípio, ser absorvido ao longo do tempo, não justificando, no momento, provisões por parte das empresas patrocinadoras.

As razões básicas do surgimento da insuficiência são a redução da rentabilidade patrimonial, em consequência de algumas aplicações compulsórias, e a redução do teto do salário de benefício, por parte da previdência oficial, o que elevou a complementação previdenciária por parte da Fundação:

A taxa de contribuição dos patrocinadores é de 22,502% sobre a folha de salário-de-participação.

A relação entre a contribuição dos patrocinadores e dos participantes foi de 2,18:1 no exercício de 1992.

As contribuições dos patrocinadores do Sistema BNDES, relativas ao exercício de 1992, atingiram os seguintes valores: BNDES - Cr\$ 41.384 milhões; FINAME - Cr\$ 4.315 milhões; e BNDESPAR - Cr\$ 12.774 milhões

14. EVENTO SUBSEQÜENTE

Em 11 de fevereiro de 1993, o Presidente da República emitiu a Medida Provisória 312, revogando a Lei 8.200, de 28 de junho de 1991, a qual dispunha sobre a correção monetária das demonstrações contábeis para efeitos fiscais e societários. A administração da sociedade está analisando os aspectos fiscais e societários dessa medida, com o objetivo de avaliar eventuais efeitos em futuras demonstrações contábeis.

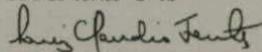
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

1. Examinamos os balanços patrimoniais individuais e consolidado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e suas controladas (BNDESPAR e a FINAME) levantados em 31 de dezembro de 1992 e de 1991 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos das entidades; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração das entidades, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. As demonstrações contábeis da BNDESPAR (Empresa Controlada) contemplam a equivalência patrimonial no investimento mantido na Eletrobrás com base nas demonstrações contábeis não auditadas em 31 de dezembro de 1992 e 30 de novembro de 1991. Esse fato trouxe reflexo na avaliação patrimonial feita pelo Banco na BNDESPAR, tendo em vista que o investimento da BNDESPAR na Eletrobrás representa 21% e 64% (14% e 46% em 1991) respectivamente do total dos ativos e patrimônio líquido do Banco; os quais, conseqüentemente, não se encontravam auditados em 31 de dezembro de 1992 e de 1991.
4. O BNDES elaborou neste exercício suas demonstrações contábeis consolidadas de 1992 e 1991, exceto a demonstração das origens e aplicações de recursos consolidada de 1991.
5. Em nossa opinião, exceto quanto ao mencionado no parágrafo número três e quanto à omissão em 1991 das demonstrações das origens e aplicações de recursos que resulta em apresentação incompleta, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e suas controladas (BNDESPAR e a FINAME) de 31 de dezembro de 1992 e 1991, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. Essas práticas, diferem em alguns aspectos dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, especificamente no tocante à aplicação do princípio do denominador comum monetário as demonstrações do resultado das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos.
6. Conforme descrito na Nota 14 o Banco e suas controladas elaboraram suas demonstrações contábeis de acordo com os princípios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 1992, que não contemplam qualquer ajuste ou retificações, de origem fiscal e tributária, que poderão ser requeridos caso a Medida Provisória nº 312, de 11 de fevereiro de 1993, seja aprovada pelo Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1993.

TREVISAN
Auditores Independentes
CRC-SP 13.439 "S" RJ



Luiz Claudio Fontes
Diretor
CRC-RJ 32.470-3



Demonstrações Contábeis das Subsidiárias

Cr\$ Milhões

	FINAME		BNDESPAR	
	1992	1991	1992	1991

I – BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO				
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	44.262.303	2.953.868	13.848.891	722.777
■ Disponibilidades	144.304	2.378	2.885	1.200
■ Operações de Crédito	43.928.118	2.943.766	5.148.735	381.040
■ Outros Créditos	189.881	7.724	4.282.455	142.045
■ Títulos e Valores Mobiliários	-	-	4.414.816	198.482
PERMANENTE	-	-	96.011.582	6.138.701
■ Investimentos	-	-	96.011.582	6.138.701
TOTAL DO ATIVO	44.262.303	2.953.868	109.860.473	6.861.478

PASSIVO

CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	41.326.117	2.542.250	24.156.755	1.857.414
■ Depósitos Vinculados	74.522	811	43.585	2.032
■ Obrigações por Empréstimos – BNDES	39.579.419	2.504.901	19.672.365	1.485.988
■ Obrigações por Empréstimos – Exterior	-	-	-	11
■ Obrigações por Repasses	-	-	55	57
■ Outras Obrigações	1.672.176	36.538	4.440.750	369.326
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.936.186	411.618	85.703.718	5.004.064
■ Capital Social	644.405	55.723	868.636	75.112
■ Reservas	7.310.091	588.682	57.353.056	3.773.530
■ Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	-	10.538.215	695.846
■ Lucros (Prejuízos) Acumulados	(5.018.310)	(232.787)	16.943.811	459.576
TOTAL DO PASSIVO	44.262.303	2.953.868	109.860.473	6.861.478

II – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Exercícios Findos em 31 de Dezembro)

RECEITAS OPERACIONAIS	42.417.149	2.324.165	12.157.082	552.357
■ Financeiras	42.417.149	2.324.165	8.228.499	527.529
■ De Participações Societárias	-	-	3.928.583	24.828
DESPESAS OPERACIONAIS	(5.402.130)	(1.534.819)	(3.462.626)	(1.382.420)
■ Financeiras	(4.598.521)	(1.507.585)	(2.245.622)	(1.185.001)
■ Participações Societárias	-	-	(609.165)	(153.924)
■ Administrativas e Gerais	(803.609)	(27.234)	(607.839)	(43.495)
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	(940.098)	-	(1.182)	-
CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇO	(38.226.988)	(750.014)	(5.771.119)	762.758
IMPOSTO DE RENDA FEDERAL E ESTADUAL	(3.949)	(17.244)	1.087.927	15.294
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.156.016)	22.088	4.010.082	(52.011)



ANEXOS

1. SISTEMA BNDES

Aprovações segundo os Ramos e Gêneros de Atividade

2. SISTEMA BNDES

Aprovações segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação

3. SISTEMA BNDES

Desembolsos segundo os Ramos e Gêneros de Atividade

4. SISTEMA BNDES

Desembolsos segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação

5. SISTEMA BNDES

Pessoal em Exercício - 31.12.92

6. SISTEMA BNDES

Principais Operações Aprovadas - 1992

7. SISTEMA BNDES

Operações Aprovadas - Prestação de Garantia - 1992

8. BNDESPAR

Carteira de Investimentos - 31.12.92

Sistema BNDES - Aprovações segundo os Ramos e Gêneros de Atividade
Cr\$ Milhões Constantes

RAMOS E GÊNEROS DE ATIVIDADE	BNDES A		SUBSIDIÁRIAS B		TOTAL 1992	TOTAL 1991	VARIAÇÃO (%)
	DIRETAS	INDIRETAS	FINAME	BNDESPAR	C = A + B	D	(C/D)
Extração de Minerais	925.885	98.954	130.091	59.769	1.214.699	545.258	123
Agropecuária	188.843	1.647.596	5.091.441	30.054	6.957.934	4.081.909	70
Indústria de Transformação	14.929.390	4.387.471	8.382.229	1.349.472	29.048.562	26.116.144	11
Transformação Prod. Min. Não-Metálicos	130.856	336.743	360.948	0	828.548	983.602	-16
Metalurgia	2.264.821	444.147	1.472.109	127.727	4.308.805	2.046.087	111
Mecânica	422.706	139.786	810.927	109.975	1.483.394	1.504.004	-1
Material Elétrico e de Comunicação	299.334	199.862	134.088	125.341	758.625	1.089.875	-30
Material de Transporte	923.997	185.227	205.023	5.554	1.319.801	1.885.083	-30
Madeira	0	126.311	155.809	0	282.121	247.302	14
Mobiliário	0	46.737	32.376	0	79.114	125.926	-37
Papel e Papelão	7.406.759	459.644	1.188.318	419.227	9.473.947	6.845.892	38
Borracha	0	26.986	53.341	12.976	93.303	107.591	-13
Couros, Peles e Artefatos para Viagem	0	42.598	16.588	0	59.186	67.304	-12
Química	1.423.093	376.868	361.023	6.887	2.167.870	3.984.399	-46
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	30.434	42.417	24.296	0	97.147	78.491	24
Perfumaria, Sabões e Velas	0	6.066	18.011	0	24.078	21.674	11
Produtos de Matérias Plásticas	122.756	154.291	485.053	0	762.100	1.019.173	-25
Têxtil	403.445	429.858	445.810	535.372	1.814.485	1.559.025	16
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0	153.306	53.294	0	206.600	304.582	-32
Produtos Alimentares	692.174	868.870	1.245.943	0	2.806.986	2.628.039	7
Bebidas	738.400	123.155	1.138.036	6.412	2.006.002	761.647	163
Fumo	0	8.343	124.618	0	132.960	542.859	-76
Editorial e Gráfica	70.615	82.286	38.516	0	191.417	226.878	-16
Diversas	0	133.970	18.102	0	152.072	86.710	75
Serviços	9.461.251	1.235.082	7.502.452	559.369	18.758.154	11.778.022	59
Atividades de Apoio (Util.) e Serv. Car. Indl.	26.541	69.406	3.715	0	99.662	378.121	-74
Atividades Administrativas	0	0	1.035	0	1.035	867	19
Construção	4.281.467	10.909	320.364	0	4.612.740	976.243	372
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.345.272	1.852	1.075.975	241.364	2.664.463	3.942.537	-32
Comércio Varejista	0	272.374	134.578	302.887	709.839	384.549	85
Comércio Atacadista	0	37.189	69.419	0	106.608	71.890	48
Instituições de Crédito, Seguro e Capitalização	0	7.394	3.517	0	10.911	6.340	72
Comércio, Incorporação e Administração de Imóveis, Títulos e Valores Mobiliários	0	0	7.902	0	7.902	9.440	-16
Transportes	3.565.138	49.809	5.634.830	0	9.249.777	5.210.400	78
Comunicações	194.046	218.109	38.296	0	450.451	2.692	16.630
Alojamento e Alimentação	14.543	410.182	4.362	0	429.088	256.607	67
Reparação, Manutenção e Confeção	0	35.432	2.199	0	37.631	25.041	50
Higiene Pessoal, Saunas, Termas e Fisioterapias	0	0	0	0	0	130	-
Diversões, Radiodifusão e Televisão	0	422	9.660	0	10.082	44.102	-77
Diversos	34.243	45.825	134.504	15.119	229.690	323.637	-29
Serviços Profissionais	0	76.179	57.937	0	134.117	144.585	-7
Administração Pública Direta e Autarquias	0	0	4.158	0	4.158	840	395
Entidades de Desenvolvimento	0	0	0	0	0	-	-
Outros	0	0	981	0	981	34.754	-97
Total	25.505.369	7.369.103	21.107.194	1.998.664	55.980.330	42.556.087	32

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Sistema BNDES - Aprovações segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação
Cr\$ Milhões Constantes

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	BNDES A		SUBSIDIÁRIAS B		TOTAL 1992	TOTAL 1991	VARIAÇÃO (%)
	DIRETAS	INDIRETAS	FINAME	BNDESPAR	C = A + B	D	(C/D)
Norte	533.105	67.945	426.121	0	1.027.171	3.121.305	-67
Rondônia	0	1.407	7.920	0	9.327	15.394	-39
Acre	0	7.576	6.479	0	14.056	942	1.393
Amazonas	272.391	48.776	84.408	0	405.576	904.505	-55
Roraima	0	0	896	0	896	168	432
Pará	242.728	6.868	252.942	0	502.538	2.153.153	-77
Amapá	0	0	15.419	0	15.419	12.763	21
Tocantins	17.986	3.318	58.056	0	79.361	34.381	131
Nordeste	2.123.450	632.127	2.506.221	85.314	5.347.112	10.384.984	-49
Maranhão	0	37.955	42.533	0	80.488	152.083	-47
Piauí	0	2.102	6.291	0	8.394	31.551	-73
Ceará	0	32.027	436.394	0	468.421	291.589	61
Rio Grande do Norte	109.809	37.601	120.188	0	267.598	72.792	268
Paraíba	0	35.078	36.540	4.053	75.671	75.970	0
Pernambuco	17.239	223.143	207.181	0	447.563	3.066.938	-85
Alagoas	0	45.365	66.399	0	111.764	609.495	-82
Sergipe	0	3.532	782.087	0	785.619	103.510	659
Bahia	1.996.401	215.324	808.607	81.261	3.101.594	5.981.056	-48
Sudeste	11.792.802	3.188.569	8.154.768	1.530.850	24.666.988	17.668.524	40
Minas Gerais	2.884.429	398.411	2.007.117	448.484	5.738.442	1.720.001	234
Espírito Santo	1.916.146	237.604	193.412	180.866	2.528.028	691.671	265
Rio de Janeiro	4.457.473	508.510	833.294	220.173	6.019.450	4.086.909	47
São Paulo	2.534.754	2.044.044	5.120.944	681.326	10.381.068	11.169.943	-7
Sul	4.634.429	3.221.272	5.477.484	141.137	13.474.322	9.525.862	41
Paraná	146.558	745.630	2.094.124	82.586	3.068.899	4.082.053	-25
Santa Catarina	593.133	1.070.398	1.355.125	22.596	3.041.252	2.493.101	22
Rio Grande do Sul	3.894.737	1.405.244	2.028.234	35.955	7.364.170	2.950.708	150
Centro-Oeste	6.421.583	259.190	4.542.601	241.364	11.464.737	1.855.413	518
Mato Grosso	862.259	77.619	1.102.774	0	2.042.651	659.261	210
Mato Grosso do Sul	3.456.009	94.034	635.140	0	4.185.182	506.860	726
Goiás	549.317	84.943	800.358	241.364	1.675.982	584.901	187
Distrito Federal	1.553.999	2.594	2.004.329	0	3.560.922	104.392	3.311
Total	25.505.369	7.369.103	21.107.194	1.998.664	55.980.330	42.556.088	32

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

1 - As operações inter-regionais e interestaduais foram rateadas entre as Unidades da Federação, beneficiadas segundo critérios do BNDES.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Sistema BNDES - Desembolsos segundo os Ramos e Gêneros de Atividade
Cr\$ Milhões Constantes

RAMOS E GÊNEROS DE ATIVIDADE	BNDES A		SUBSIDIÁRIAS B		TOTAL 1992	TOTAL 1991	VARIAÇÃO (%)
	DIRETAS	INDIRETAS	FINAME	BNDESPAR	C = A + B	D	(C/D)
Extração de Minerais	344.370	98.538	136.371	35.107	614.386	299.922	105
Agropecuária	159.513	1.346.733	3.848.845	1.132	5.356.222	2.457.342	118
Indústria de Transformação	6.642.940	3.911.772	6.722.312	850.201	18.127.225	22.518.469	-20
Transformação Prod. Min. Não-Metálicos	60.348	302.426	265.928	0	628.702	410.359	53
Metallurgia	541.205	636.192	988.396	45.085	2.210.878	2.070.098	7
Mecânica	179.811	117.192	683.854	118.740	1.099.597	842.318	31
Material Elétrico e de Comunicação	314.165	142.983	102.854	70.429	630.430	461.002	37
Material de Transporte	535.635	155.512	437.726	3.167	1.132.041	1.368.761	-17
Madeira	0	75.168	101.683	0	176.851	183.840	-4
Mobiliário	0	41.096	25.210	0	66.306	90.297	-27
Papel e Papelão	2.569.626	277.167	1.002.935	532.763	4.382.491	6.884.447	-36
Borracha	0	16.112	43.466	2.901	62.478	154.019	-59
Couros, Peles e Artefatos para Viagem	0	33.297	14.949	0	48.246	53.931	-11
Química	1.197.757	410.237	261.659	3.511	1.873.164	4.739.103	-60
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	6.402	46.319	26.952	0	79.672	41.536	92
Perfumaria, Sabões e Velas	0	4.011	14.625	0	18.636	10.754	73
Produtos de Matérias Plásticas	69.451	153.166	396.834	0	619.451	739.415	-16
Têxtil	378.827	281.577	347.829	70.261	1.078.494	1.019.346	6
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	7.569	105.601	42.668	0	155.838	274.628	-43
Produtos Alimentares	380.551	774.927	973.434	0	2.128.912	2.070.005	3
Bebidas	338.083	115.159	850.722	3.344	1.307.308	416.851	214
Fumo	0	14.288	85.887	0	100.175	481.557	-79
Editorial e Gráfica	63.509	104.083	40.488	0	208.080	125.011	66
Diversas	0	105.260	14.215	0	119.475	81.191	47
Serviços	5.762.359	920.701	5.500.574	262.060	12.445.694	8.650.228	44
Atividades de Apoio (Util.) e Serv. Car. Indl.	1.794	55.511	1.748	0	59.053	319.077	-81
Atividades Administrativas	0	191	1.357	0	1.548	94	1.544
Construção	1.567.401	9.713	254.059	0	1.831.173	703.956	160
Serviços Industriais de Utilidade Pública	733.056	387	1.553.803	241.364	2.528.610	1.223.880	107
Comércio Varejista	2.246	201.778	84.189	0	288.213	298.415	-3
Comércio Atacadista	0	21.343	49.789	0	71.132	39.670	79
Instituições de Crédito, Seguro e Capitalização	0	2.785	2.020	0	4.804	4.462	8
Comércio, Incorporação e Administração de Imóveis, Títulos e Valores Mobiliários	0	0	5.967	0	5.967	4.517	32
Transportes	3.333.683	34.391	3.401.704	0	6.769.779	5.551.120	22
Comunicações	64.085	15.077	15.279	0	94.441	743	12.603
Alojamento e Alimentação	0	384.046	4.124	0	388.170	141.075	175
Reparação, Manutenção e Confecção	0	21.274	1.570	0	22.844	22.097	3
Higiene Pessoal, Saunas, Termas e Fisioterapias	0	0	0	0	0	0	-
Diversões, Radiodifusão e Televisão	8.626	408	10.487	0	19.521	26.009	-25
Diversos	18.438	75.419	84.134	20.697	198.688	218.841	-9
Serviços Profissionais	0	98.378	30.345	0	128.723	83.986	53
Administração Pública Direta e Autarquias	33.029	0	0	0	33.029	10.154	225
Entidades de Desenvolvimento	0	0	0	0	0	2.130	-100
Outros	25.449	0	936	0	26.385	51.162	-48
Total	12.934.631	6.277.743	16.209.038	1.148.500	36.569.912	33.977.123	8

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Sistema BNDES - Desembolsos segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação
Cr\$ Milhões Constantes

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	BNDES A		SUBSIDIÁRIAS B		TOTAL 1992	TOTAL 1991	VARIAÇÃO (%)
	DIRETAS	INDIRETAS	FINAME	BNDESPAR	C = A + B	D	(C/D)
Norte	806.783	92.539	285.975	0	1.185.297	2.143.098	-45
Rondônia	0	516	3.836	0	4.352	4.862	-10
Acre	912	7.915	3.194	0	12.022	1.453	727
Amazonas	394.338	73.874	53.460	0	521.672	924.163	-44
Roraima	0	0	822	0	822	0	-
Pará	342.276	9.074	171.167	0	522.517	1.174.517	-56
Amapá	2.735	0	8.661	0	11.396	15.306	-26
Tocantins	66.522	1.159	44.834	0	112.516	22.797	394
Nordeste	2.671.930	714.446	2.629.185	131.920	6.147.481	8.557.946	-28
Maranhão	41.870	52.553	27.886	0	122.310	186.136	-34
Piauí	0	2.254	16.116	0	18.370	8.383	119
Ceará	47.709	67.251	376.552	0	491.512	137.186	258
Rio Grande do Norte	0	36.458	87.084	0	123.543	60.308	105
Paraíba	0	33.710	24.713	1.591	60.014	51.745	16
Pernambuco	79.048	162.101	1.095.982	0	1.337.130	974.651	37
Alagoas	10.976	82.291	199.490	3.511	296.268	237.218	25
Sergipe	0	6.921	77.496	0	84.417	91.986	-8
Bahia	2.492.326	270.907	723.866	126.818	3.613.917	6.810.333	-47
Sudeste	6.456.599	2.720.998	6.323.293	658.393	16.159.283	14.987.614	8
Minas Gerais	582.611	573.260	1.163.958	22.403	2.342.231	1.210.582	93
Espírito Santo	130.342	142.758	168.228	31.467	472.796	1.244.711	-62
Rio de Janeiro	3.881.923	456.152	554.502	51.242	4.943.819	5.036.186	-2
São Paulo	1.861.724	1.548.828	4.436.605	553.280	8.400.437	7.496.135	12
Sul	971.448	2.495.050	4.547.516	116.824	8.130.837	6.973.446	17
Paraná	366.413	535.121	1.990.952	89.796	2.982.283	2.677.466	11
Santa Catarina	347.521	872.201	1.092.756	7.628	2.320.105	2.042.555	14
Rio Grande do Sul	257.514	1.087.729	1.463.808	19.399	2.828.449	2.253.425	26
Centro-Oeste	2.027.871	254.710	2.423.069	241.364	4.947.014	1.315.020	276
Mato Grosso	218.351	121.530	798.234	0	1.138.114	465.568	144
Mato Grosso do Sul	659.573	70.962	414.914	0	1.145.449	332.704	244
Goiás	340.696	54.988	600.496	241.364	1.237.544	393.855	214
Distrito Federal	809.251	7.231	609.426	0	1.425.907	122.892	1.060
Total	12.934.631	6.277.743	16.209.038	1.148.500	36.569.912	33.977.123	8

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1992, com base no IGP-DI.

1 - As operações inter-regionais e interestaduais foram rateadas entre as Unidades da Federação, beneficiadas segundo critérios do BNDES.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Anexo 5

Sistema BNDES - Pessoal em Exercício - 31.12.92

UNIDADE ADMINISTRATIVA	CHEFIA E ASSESSORAMENTO	TÉCNICOS	APOIO	TOTAL
BNDES	320	483	681	1.484
Presidência/Diretoria	60	48	111	219
Auditoria	10	15	8	33
Consultoria Jurídica	9	9	13	31
Área de Operações	13	43	18	74
Área de Projetos de Infra-Estrutura	21	50	38	109
Área de Projetos Empresariais	19	67	28	114
Área de Crédito	33	83	49	165
Área de Planejamento	24	39	38	101
Área de Administração	73	53	232	358
Área Financeira	51	64	132	247
DEPOC	7	12	14	33
Subsidiárias	84	94	114	292
FINAME	25	39	66	130
BNDESPAR	59	55	48	162
Total	404	577	795	1.776

Anexo 6

Sistema BNDES - Principais Operações Aprovadas - 1992
Cr\$ Milhões

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
1. BNDES			
A. DIRETAS			
Aracruz Celulose S.A.	ES	1.783.093	Papel e Papelão
Bahia Sul Celulose S.A.	BA	1.136.474	Papel e Papelão
Cebrasp S.A.	SP	366.460	Bebidas
Companhia Aços Especiais Itabira	MG	259.215	Bebidas
Companhia Nacional de Álcalis	RJ	360.635	Química
Distrito Federal	DF	1.553.999	Transportes
Estado do Rio de Janeiro	RJ	1.155.344	Construção
Ferronorte S.A. - Ferrovias Norte Brasil	MS	3.099.312	Construção
Itamarati Norte S.A. - Agropecuária	MT	786.368	Serviços Industriais de Utilidade Pública
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. (MBR)	MG	643.620	Mineração
Operação de Projetos Elétricos Ltda. (Opel)	GO	500.046	Serviços Industriais de Utilidade Pública
Papel e Celulose Catarinense S.A.	SC	587.916	Papel e Papelão
Riocell S.A.	RS	3.603.554	Papel e Papelão
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas)	MG	1.644.449	Metalurgia
Outros (184 operações com valor inferior a Cr\$ 230 bilhões)		5.178.178	
Subtotal		22.658.662	

continua

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
B. INDIRETAS (Repasso Específico)			
Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo)	RS	875.782	Agropecuária
Banco Bamerindus do Brasil S.A.	PR	180.052	Comunicações
Berneck Aglomerados S.A.	PR	82.352	Madeira
Chapecó - Cia. Industrial de Alimentos	SC	68.159	Produtos Alimentares
Cimento Tupi S.A.	MG	89.578	Transformação de Produtos Minerais Não-Metálicos
Clímax - Indústria e Comércio S.A.	SP	80.078	Material Elétrico e de Comunicação
Companhia Real de Hotéis	SP	72.791	Alojamento e Alimentação
Cooperativa Agrícola Consolata Ltda.	PR	80.789	Agropecuária
Cremer S.A. Produtos Têxteis e Cirúrgicos	SC	110.779	Diversos-Indústria
Hotel Deville Guarulhos Ltda.	SP	63.381	Alojamento e Alimentação
lochpe Maxion S.A.	SP	112.055	Comércio Varejista
MD Nicolaus Indústria de Papéis Ltda.	SP	95.162	Papel e Papelão
Mesbla S.A.	RJ	57.866	Comércio Varejista
Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A.	RJ	89.327	Química
Rek Construtora Ltda.	SP	60.171	Apoio à Indústria
S.A. Marvin	RJ	93.301	Metalurgia
Outros (159 operações com valor inferior a Cr\$ 57 bilhões)		1.600.526	
Subtotal		3.812.149	

C. INDIRETAS (DEPOC)

Americana - Granitos do Brasil Ltda.	SC	16.213	Produtos Alimentares
Cerâmica Urussanga S.A.	SC	12.307	Transformação de Produtos Minerais Não-Metálicos
Chocolate Prink S.A.	SP	22.204	Produtos Alimentares
Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda.	PR	12.173	Produtos Alimentares
Crown Indústria Têxtil Ltda.	SP	14.591	Vestuário e Calçados
Embalagens Bavi Ltda.	SP	22.834	Papel e Papelão
Engebasa - Mecânica e Usinagem S.A.	SP	23.045	Metalurgia
Gráfica Editora Gazeta de Alagoas Ltda.	AL	12.271	Editorial e Gráfica
Hospital de Olhos do Recife Ltda.	PE	12.181	Serviços Profissionais
Hudson Brasileira de Petróleo S.A.	SP	23.416	Transportes
Indústria Mineradora Horizonte Novo Ltda.	SP	12.206	Extração de Minerais
Indústria de Bebidas Antártica do Nordeste S.A.	BA	12.175	Bebidas
Maggisiegel Agroindustrial Ltda.	PR	12.213	Produtos Alimentares
Moinho Pacífico S.A.	SP	14.434	Produtos Alimentares
Panatlântica S.A.	RS	12.182	Metalurgia
Plus Vita do Nordeste Ltda.	PE	12.083	Produtos Alimentares
Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.	RS	12.319	Química
S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor	SP	12.174	Produtos Alimentares
São Carlos S.A. Indústria de Papel e Embalagens	SP	13.666	Papel e Papelão
Tinturaria e Estamparia de Tecidos Artec Ltda.	SP	20.921	Têxtil
Usina Matary S.A.	PE	12.244	Química
Outros (1.219 operações com valor inferior a Cr\$ 12 bilhões)		3.239.103	
Subtotal		3.556.953	

continua

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
D. FMM			
Chaval Navegação Ltda.	RJ	310.583	Transportes
Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro	RJ	250.000	Transportes
Comercial Quintella - Comércio e Exportação Ltda.	SP	149.354	Transportes
Di Gregório Navegação Ltda.	AM	225.340	Transportes
Ishikawajima do Brasil Estaleiros S.A. (Ishibrás)	RJ	387.782	Transportes
Navegação Mansur S.A.	RJ	741.000	Transportes
Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil S.A.	RJ	674.956	Material de Transporte
Outros (sete operações com valor inferior a Cr\$ 115 bilhões)		107.692	
Subtotal		2.846.707	
Total BNDES		32.874.471	
2. FINAME			
A. PROGRAMA ESPECIAL			
Almax Alumínio S.A.	RJ	119.465	Metalurgia
Auto Viação Nossa Senhora do Carmo Ltda.	PR	172.926	Transportes
Cebrasp S.A.	SP	226.545	Bebidas
Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf)	SE	755.643	Serviços Industriais de Utilidade Pública
Companhia Paranaense de Energia	PR	244.238	Serviços Industriais de Utilidade Pública
Distrito Federal	DF	1.883.565	Transportes
Indústrias de Papel Simão	SP	306.916	Papel e Papelão
Itamarati Norte S.A. Agropecuária	MT	146.527	Agropecuária
Papel e Celulose Catarinense S.A.	SC	141.915	Papel e Papelão
Riocell S.A.	RS	177.384	Papel e Papelão
Taxi Aéreo Pantanal Ltda.	MS	167.882	Transportes
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas)	MG	760.552	Metalurgia
Outros (551 operações com valor inferior a Cr\$ 115 bilhões)		2.219.169	
Subtotal		7.322.728	
B. PROGRAMA AUTOMÁTICO		8.454.809	
Programa BNDESMAQ		114.366	
Programa Agrícola		4.652.962	
Programa Finamex		562.329	
Total FINAME		21.107.195	
3. BNDESPAR			
Aracruz Celulose S.A.	ES	180.878	Papel e Papelão
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	GO	241.387	Serviços Industriais de Utilidade Pública
Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas)	MG	446.149	Têxtil
Companhia Votorantim de Celulose e Papel (Celpav)	SP	209.600	Papel e Papelão
lochpe Maxion S.A.	SP	254.336	Comércio Varejista
Outros (26 operações com valor inferior a Cr\$ 115 bilhões)		666.315	
Total BNDESPAR		1.998.664	
Total Sistema		55.980.330	

Anexo 7

Sistema BNDES - Operações Aprovadas - Prestação de Garantia - 1992
Em Subscrição de Ações ou Debêntures

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
Aracruz Celulose S.A.	ES	159.162	Papel e Papelão
Companhia Nacional de Tecidos Nova América	RJ	66.651	Têxtil
lochpe Maxion S.A.	SP	203.459	Comércio Varejista
Refrigeração Paraná S.A. (Refripar)	PR	66.069	Mecânica
Outros (35 operações com valor inferior a Cr\$ 57 bilhões)		403.710	
Total		899.051	

Anexo 8

BNDESPAR - Carteira de Investimentos - 31.12.92

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO (%)	
	TOTAL	VOTANTE
ABC Xtal Microeletrônica S.A.	19,43	0,00
Aços Villares S.A.	39,49	26,91
Adiboard S.A.	19,34	0,00
Agro Industrial do Vale do São Francisco S.A. - Agrovale	25,58	0,00
Agro Industrial Fazendas Unidas S.A.	26,79	0,00
Alfatest - Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos S.A.	30,00	0,00
Alpina do Brasil S.A. - Máquinas e Implementos Agrícolas	21,80	0,00
Aracruz Celulose S.A.	10,88	12,48
Autel S.A. - Telecomunicações	21,76	0,00
Bahia Sul Celulose S.A.	26,01	0,00
Banco do Brasil S.A.	0,18	0,00
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	29,13	10,96
Barueri Indústrias Químicas S.A.	48,03	13,50
Barzenski S.A. Indústria de Móveis	33,33	0,00
Batik Equipamentos S.A.	22,98	0,00
Belprato S.A. Produtos Alimentícios	14,83	0,00
Bese - Bio Engenharia de Sistemas e Equipamentos S.A.	6,38	0,00
Biobrás - Bioquímica do Brasil S.A.	11,18	0,00
Bio Fill - Produtos Biotecnológicos S.A.	25,00	0,00
Braskap Indústria e Comércio S.A.	18,77	0,00
Braspérola Indústria e Comércio S.A.	20,00	0,00
Caraíba Metais S.A.	31,97	32,99
Carbomil S.A. - Mineração e Indústria	30,00	0,00
Carbonífera Criciúma S.A.	4,60	0,00
Celuzorzi S.A. (Celulose Cambará S.A.)	27,44	0,00
Cemag - Ceará Máquinas Agrícolas	6,35	0,00
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	22,61	26,46
Ceval Agro Industrial S.A.	0,31	0,00
Chocolate Vitória S.A.	14,37	0,00
Cia. Agro Industrial Nossa Senhora do Carmo	14,78	0,00
Cia. Alagoas Industrial - Cinal	7,18	0,00
Cia. Brasileira de Antibióticos - Cibran	13,14	0,00
Cia. Brasileira de Moda (Del Rio)	4,62	0,00
Cia. Brasileira de Participações Agroindustrial - Brasagro	10,54	10,54
Cia. Brasileira de Rações - CBR	18,97	0,00
Cia. Catarinense de Alcool	6,02	0,00

continua

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO (%)	
	TOTAL	VOTANTE
Cia. de Participação Barreto de Araújo - CPBA	33,33	0,00
Cia. de Tecidos Norte de Minas - Coteminas	19,95	0,50
Cia. De Zorzi de Papéis	45,40	22,13
Cia. do Jari	1,24	1,24
Cia. Fabril Mascarenhas	15,17	0,00
Cia. Itacolomy de Cervejas	0,38	0,00
Cia. Nacional de Tecidos Nova América	25,09	0,00
Cia. Paranaprint de Empreendimentos Florestais	66,82	20,86
Cia. Paulista de Ferro Ligas	6,62	0,00
Cia. Petroquímica do Camaçari - CPC	11,30	0,00
Cia. Riograndense de Nitrogenados - CRN	45,32	45,32
Cia. Vale do Rio Doce	2,17	3,25
Cia. Votorantim de Celulose e Papel - Celpav	33,33	2,39
Cimetal Siderurgia S.A.	4,05	6,93
Cobra - Computadores e Sistemas Brasileiros S.A.	8,92	6,43
Cocelpa - Cia. de Celulose e Papel do Paraná	19,81	0,00
Cofap - Cia. Fabricadora de Peças	7,17	0,00
Comicro - Informática e Tecnologia S.A.	26,41	0,00
Conepar - Cia. Nordeste de Participações	11,76	0,00
Compart - Indústria Eletrônica S.A.	26,93	0,00
Copene - Petroquímica do Nordeste S.A.	19,61	0,00
Copesul - Cia. Petroquímica do Sul (*)	30,72	30,72
Cosigua - Cia. Siderúrgica da Guanabara	5,32	5,32
Dedini S.A. Administração e Participações	31,73	0,00
Delp Engenharia Mecânica S.A.	4,45	0,00
Destilaria Tocantins Indústria S.A.	5,00	0,00
Destilaria Água Limpa	7,93	0,00
Dixie Lalekla S.A.	25,85	0,00
Dona Isabel S.A.	0,82	0,00
Ecil S.A. Produtos e Sistemas de Medição e Controle	10,00	0,00
Edisa Informática S.A.	0,30	0,00
Elebra S.A. - Eletrônica Brasileira	18,84	0,00
Elekeiroz do Nordeste Indústria Química S.A.	18,13	0,00
Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.	(...)	0,00
ENB - Extratos Naturais do Brasil Indústria e Comércio S.A.	33,33	33,33
Engemaq - Equipamentos, Máquinas e Eletrônica S.A.	22,00	0,00
Enxuta S.A.	13,96	0,00
EPN - Empresa Petroquímica Nacional S.A. (ex-Nordlor)	25,77	0,00
Ferragens e Laminação Brasil S.A. - Fechabra	3,45	0,00
Francisco Stedile S.A.	0,51	0,00
Gradiente Eletrônica S.A.	14,91	0,00
Heliodinâmica S.A.	24,69	0,00
Hércules S.A. - Fábrica de Talheres	15,95	0,00
Inbrac S.A. Condutores Elétricos (Condugel)	12,10	0,00
Indústria de Bebidas Antártica da Paraíba	0,22	0,00
Indústria de Confeções Vila Romana	27,00	27,00
Indústria de Máquinas Agrícolas Fuchs S.A.	23,20	0,00
Indústria de Papéis Santo Amaro S.A.	14,82	0,00
Indústria Villares S.A.	17,85	0,00
Inepar S.A. - Indústria e Construções	6,81	0,00
Lacesa S.A. - Indústria de Alimentos	13,25	0,00
Ligas de Alumínio S.A. - Liasa	5,52	10,00
Macife S.A. Materiais de Construção	35,06	9,03
Madal S.A.	27,18	0,00
Madef S.A. Indústria e Comércio	20,29	0,00

continua

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO (%)	
	TOTAL	VOTANTE
Madeira Sintética S.A. - Madetec	5,99	0,00
Madezorzi S.A.	21,53	0,00
Mangels Industrial S.A.	4,93	0,00
Master S.A. Tecidos Plásticos	0,01	0,00
Mecânica Bonfanti S.A.	17,25	0,00
Menegaz S.A. Indústria e Comércio	12,92	0,00
Metal Leve S.A. Indústria e Comércio	0,35	0,00
Metalúrgica Matarazzo S.A.	33,33	0,00
Metanor S.A. - Metanol do Nordeste	11,24	0,00
Minasplac S.A. Indústria e Reflorestamento	10,72	6,26
Mineração Caraíba Ltda.	99,99	99,99
Monor - Micro Motores do Nordeste S.A.	5,70	0,00
Motorádio S.A. Comercial e Industrial	11,99	0,00
Multitel Tecnologia S.A.	5,39	0,00
Mundial Artefatos de Couro S.A.	17,57	0,00
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.	12,58	0,00
Nesber Bergamo S.A.	20,00	20,00
Nordeste Química S.A. - Norquisa	10,06	0,00
Orion S.A.	6,42	0,00
Oxiteco Nordeste S.A. - Indústria e Comércio	(...)	0,00
Pena Branca Agro-Industrial S.A.	23,90	0,00
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	14,06	2,05
Petroquímica do Rio de Janeiro S.A. - Petrorio	5,60	0,00
Peval - Pedreiras Valéria S.A.	8,62	8,62
Pisa - Papel de Imprensa S.A.	19,66	0,00
Polimetal Indústria e Comércio S.A.	39,50	39,50
Polimetal - Cia. de Participações e Empreendimentos Industriais	40,00	40,00
Ponderosa - Administração, Indústria e Comércio S.A.	14,01	0,00
Porcelana Schmidt S.A.	13,76	0,00
Pronor Petroquímica S.A.	38,99	0,00
Quimisinós S.A. Indústrias Químicas	18,77	0,00
Renk Zanini S.A. Equipamentos Industriais	0,79	0,79
Rima Impressoras S.A.	14,90	0,00
Riocell S.A.	29,44	0,00
RL Cavalcanti Comércio e Indústria S.A. - Rusa	10,73	10,73
Salgema Indústrias Químicas S.A.	15,60	0,00
Saronord S.A. Roupas do Nordeste	13,91	0,00
Semeato S.A. - Indústria e Comércio	29,91	0,00
Sharp S.A. Equipamentos Eletrônicos	0,76	2,12
Sibra - Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.	25,83	0,22
Sid Informática	8,70	0,00
Sid Microeletrônica S.A.	5,00	3,32
Sisinter S.A.	17,50	0,00
Soel - Soma Eletromecânica S.A.	11,72	4,46
Solonico S.A. Indústria e Comércio	11,94	0,00
Staroup S.A. Indústria de Roupas	19,33	0,00
TDA - Indústria de Produtos Eletrônicos S.A.	13,04	20,00
Trol S.A. Indústria e Comércio	0,08	0,23
Trombini S.A. Administração e Participação	3,19	0,00
Tupy S.A.	8,38	0,00
Ughini S.A. - Indústria e Comércio	22,42	0,00
Villejack Industrial S.A.	0,62	0,00
Vulcabrás S.A. Indústria e Comércio	19,04	0,00
Wetzel Fundação de Ferro S.A.	0,09	0,00
Zivi S.A. Cutelaria	16,61	0,00

(*) Ações ainda não transferidas, pendentes de ação judicial. (...) Participação inexpressiva.

EDITADO PELO
Departamento de Relações Institucionais - DERIN

PROJETO GRÁFICO
Nelson Cruz

PRODUÇÃO E ACOMPANHAMENTO GRÁFICO
Nelson Cruz / Mario Duarte

EDITORACÃO ELETRÔNICA
Jorge L. Morandi

REVISÃO
Nilson Souto Maior

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Gráfica Riex Editora S.A.

Rio de Janeiro, 1993

**BNDES**

Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social

Av. República do Chile, 100
Caixa Postal 1910
CEP 20001-970 - Rio de Janeiro - RJ
Telex: (21)34110/21857 - Tel.: (021) 277-7447
Fax: (021) 220-2615

FINAME

Agência Especial de Financiamento Industrial

Av. República do Chile, 100 - 17º andar
Caixa Postal 1439
CEP 20001-970 - Rio de Janeiro - RJ
Telex: (21)34110/21857 - Tel.: (021) 277-7447
Fax: (021) 220-7909

BNDESPAR

BNDES Participações S.A.

Av. República do Chile, 100 - 20º andar
Caixa Postal 469
CEP 20001-970 - Rio de Janeiro - RJ
Telex: (21)34110/21857 - Tel.: (021) 277-7447
Fax: (021) 220-5874

ESCRITÓRIOS**Brasília**

Setor Bancário Sul - Quadra 1 - Bloco E
Ed. BNDES - 13º andar
CEP 70076-900 - Brasília - DF
Telex: (61) 1190 - Tel.: (061) 225-4350
Fax: (061) 225-5179

São Paulo

Av. Paulista, 460 - 13º andar
CEP 01310-000 - São Paulo - SP
Telex: (11) 35568 - Tel.: (011) 251-5055
Fax: (011) 251-5917

Recife

Rua do Riachuelo, 105 - 7º andar
CEP 50050-400 - Recife - PE
Telex: (81) 2016 - Tel.: (081) 231-0200
Fax: (081) 221-4983



RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
1992